



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2021**

**ATA NÚMERO ONZE/DOIS MIL E VINTE E UM**

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO**
- 6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO**
- 10 - INFORMAÇÕES – SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 12 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 13 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 14 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, CARLOS BERNARDES**
- 15 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A JOÃO MATOS, PAULO CÉSAR VAZ MENDES  
(PAULETA) E DIOGO SANTOS**
- 16 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ARTISTA JULIÃO  
SARMENTO**
- 17 – APRESENTAÇÃO SOBRE AS INTERVENÇÕES EM LINHAS DE ÁGUA MUNICIPAIS**
- 18 - PROPOSTA Nº. 1171/20 - GAP - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA  
POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS**

- 19 - PROPOSTA Nº. 288/21 - DOM - Pº. 2021/58-DGEP - “EXECUÇÃO DE PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL, EM ALGÉS” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 20 - PROPOSTA Nº. 328/21 - DGP - ATRIBUIÇÃO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE**
- 21 - PROPOSTA Nº. 332/21 - DGA - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS AO “ACORDO CIDADE VERDE”**
- 22 - PROPOSTA Nº. 346/21 - DRU - AUGI DO CASAL DA CHOCA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS DE COMPARTICIPAÇÃO PELAS INFRAESTRUTURAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS E EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - ARTIGO MATRICIAL 416º. - RUA D. SANCHO I - LOTE 13**
- 23 - PROPOSTA Nº. 347/21 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE, PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RETIRADA DA COBERTURA DE AMIANTO**
- 24 - PROPOSTA Nº. 348/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA LAJE, PARA LIMPEZA DO CENTRO CULTURAL DA LAJE NO ANO DE 2021**
- 25 - PROPOSTA Nº. 349/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO FOLEFEST, PARA ORGANIZAÇÃO DA 14ª. EDIÇÃO DO FESTIVAL FOLEFEST**
- 26 - PROPOSTA Nº. 350/21 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO MENUHIN PORTUGAL, PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO PROJETO MUS-E, NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA AQUILINO RIBEIRO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AQUILINO RIBEIRO**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

- 27 - PROPOSTA Nº. 351/21 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO PARA AS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO E INSPEÇÃO ÀS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO**
- 28 - PROPOSTA Nº. 352/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 11ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL**
- 29 - PROPOSTA Nº. 353/21 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E APOIO LOGÍSTICO AO CLASSIC CLUBE DE PORTUGAL, PARA REALIZAÇÃO DA 4ª. EDIÇÃO DO OEIRAS ECO RALLY PORTUGAL**
- 30 - PROPOSTA Nº. 354/21 - GATPI – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PROVÍNCIA MOÇAMBICANA DOS SACERDOTES DO CORAÇÃO DE JESUS DA CONGREGAÇÃO DOS DEHONIANOS, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE FABRICAÇÃO DE TIJOLOS, NO ÂMBITO DO “PROJETO DE REFORÇO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E AGRICULTURA, EM MOÇAMBIQUE”**
- 31 - PROPOSTA Nº. 355/21 - DDPE - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 2020/2021 - ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 894/2020, DE 21 DE OUTUBRO**
- 32 - PROPOSTA Nº. 356/21 - DAEGA - REFEIÇÕES ESCOLARES DOS ALUNOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO EM REFEITÓRIOS ADJUDICADOS PELA DGESTE - PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES CONSUMIDAS NOS MESES DE DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO DE 2020/2021**
- 33 - PROPOSTA Nº. 357/21 - DP - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS, ACORDO DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO - EDIFÍCIO 51, SITO NA FÁBRICA DA PÓLVORA, EM BARCARENA**
- 34 - PROPOSTA Nº. 358/21 - DPE - Pº. 04/DPE/2021 - AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO**

**CLUBE DE VÓLEI DE OEIRAS - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREITADA**

- 35 - PROPOSTA Nº. 359/21 - DPE - CONCURSO PÚBLICO 35/DPE/2020 - CENTRO CULTURAL DE BARCARENA - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO**
- 36 - PROPOSTA Nº. 360/21 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS PARA OBRAS OU AQUISIÇÃO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO DE OEIRAS (RAAD), ANO - 2021**
- 37 - PROPOSTA Nº. 361/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS, PARA CONCERTO COMEMORATIVO DO “XXIII ANIVERSÁRIO DA FÁBRICA DA PÓLVORA DE BARCARENA”**
- 38 - PROPOSTA Nº. 362/21 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO JULIÃO DA BARRA, DESTINADO AO CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE OEIRAS, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO CONCELHO PARA O ANO DE 2021**
- 39 - PROPOSTA Nº. 363/21 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE TEMPOS LIVRES NO ANO LETIVO 2020/2021**
- 40 - PROPOSTA Nº. 364/21 - SIMAS - RESPONSABILIDADE DOS SIMAS NA GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS DA MARINA DE OEIRAS E PISCINA OCEÂNICA DA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 41 - PROPOSTA Nº. 365/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A EMPREITADA**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**DESTINADA À EXECUÇÃO DO “COLETOR 59 - REMODELAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NA PRAÇA CENTRAL DE QUEIJAS”**

- 42 - PROPOSTA Nº. 366/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTRADA DA FALAGUEIRA E ARRUAMENTOS CONFINANTES, NA FREGUESIA DA FALAGUEIRA-VENDA NOVA, NA AMADORA**
- 43 - PROPOSTA Nº. 367/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA**
- 44 - PROPOSTA Nº. 368/21 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO CONTROLO DE PRAGAS - DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS**
- 45 - PROPOSTA Nº. 369/21 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS ORIGINÁRIOS NO “PRINTING & FINISHING” - ALTERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO E GESTOR DO CONTRATO**
- 46 - PROPOSTA Nº. 370/21 - DP - ALARGAMENTO DO PERÍODO DE NÃO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE POR PARTE DA “NMRJ - GESTÃO DE NEGÓCIOS, S.A.”, PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ELETRICIDADE E DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DO COMPLEXO DE PADEL**
- 47 - PROPOSTA Nº. 371/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À**

**CASA DO PARQUE, PARA CONTRATAÇÃO DE COLABORADORES**

- 48 - PROPOSTA Nº. 372/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AZEREDO PERDIGÃO, Nº. 5, 2º. DTO., NO BAIRRO DO POMBAL**
- 49 - PROPOSTA Nº. 373/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE, PARA A AQUISIÇÃO DE 2 CAMAS ARTICULADAS/ELEVATÓRIAS PARA A ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS**
- 50 - PROPOSTA Nº. 374/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À “PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL”, PARA DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES**
- 51 - PROPOSTA Nº. 375/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO LITERATURA, LITERACIA E MEDIAÇÃO (ALEM), PARA APOIO A POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL FACE AO COVID-19**
- 52 - PROPOSTA Nº. 376/21 - DCS - APOIO EXTRAORDINÁRIO À “APOIO - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL”, PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS AOS UTENTES DA UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA, NO 1º. TRIMESTRE DE 2021**
- 53 - PROPOSTA Nº. 377/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS E À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS, NO ÂMBITO DO PLANO MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - COVID-19**
- 54 - PROPOSTA Nº. 378/21 - DCS - TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO À “PET B HAVIOR” RENOVAÇÃO DE PROPOSTA**
- 55 - PROPOSTA Nº. 379/21 - DCS - ALTERAÇÃO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL E DA**



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1125/2020, DE 16 DE DEZEMBRO**

- 56 - PROPOSTA Nº. 380/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO NAVARRO, Nº. 6, 3º. A, NA UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA**
- 57 - PROPOSTA Nº. 381/21 - DGSH - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 999/2020 APROVADA A 18 DE NOVEMBRO, RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA QUINTA DO SALES, Nº. 5, 2º. ESQº., NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA, EM CARNAXIDE, POR NECESSIDADE DE REAJUSTAMENTO TIPOLOGICO**
- 58 - PROPOSTA Nº. 382/21 - DGSH - TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, Nº. 4 A, NO BAIRRO S. MARÇAL, EM CARNAXIDE, POR NECESSIDADE DE MUDANÇA PARA PISO TÉRREO**
- 59 - PROPOSTA Nº. 383/21 - DGSH - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 5, R/C DTO., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS, EM CARNAXIDE**
- 60 - PROPOSTA Nº. 384/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 1, R/C ESQº., NO BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO**
- 61 - PROPOSTA Nº. 385/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONSUELO CENTENO, Nº. 22, NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA**
- 62 - PROPOSTA Nº. 386/21 - DGSH – REAJUSTAMENTO TIPOLOGICO PARA FOGO SITO NA RUA DR. NUNO SIMÕES, Nº. 11, R/C ESQº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 63 - PROPOSTA Nº. 387/21 - DAEGA - DESCABIMENTAÇÃO DE 4 BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE OEIRAS - ANO LETIVO 2020/21**
- 64 - PROPOSTA Nº. 388/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO XAVIER, PARA AQUISIÇÃO DE UMA**

**AMBULÂNCIA**

- 65 - PROPOSTA Nº. 389/21 - GCAJ - EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO SOBRE PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, EM VILA FRIA - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO**
- 66 - PROPOSTA Nº. 390/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, Nº. 14, R/C ESQº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS**
- 67 - PROPOSTA Nº. 391/21 - DOM - Pº. 2020/158-DEM - “REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA SECUNDÁRIA AMÉLIA REY COLAÇO, EM LINDA-A-VELHA” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR, 2º. PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 68 - PROPOSTA Nº. 392/21 - DOM - Pº. 5307/UGPO/20 - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM SUBSTITUIÇÃO) DOS EQUIPAMENTOS HOTELEIROS DE TODOS OS REFEITÓRIOS E BARES DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL DO JÚRI - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 69 - PROPOSTA Nº. 393/21 - DOM - Pº. 2020/156-DEM - “REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA SECUNDÁRIA DE MIRAFLORES, EM ALGÉS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR, 2º. PRELIMINAR E FINAL, E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 70 - PROPOSTA Nº. 394/21 - DAQV - REGULARIZAÇÃO DA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E A COMISSÃO VITIVINÍCOLA DA REGIÃO DE LISBOA**
- 71 - PROPOSTA Nº. 395/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÃO FINANCEIRA À CULTURXIS, PARA A REALIZAÇÃO DA III EDIÇÃO DO CONCURSO DE PIANO DE OEIRAS**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**72 - PROPOSTA Nº. 396/21 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/20, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - RELATÓRIO DOS 6º BIMESTRE DE 2020 E 1º BIMESTRE DE 2021**

**73 - PROPOSTA Nº. 397/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 12ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL**

**74 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2021 -----

-----ATA NÚMERO ONZE/DOIS MIL E VINTE E UM-----

----- Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Oeiras, reuniu em videoconferência, através da Plataforma CiscowebeX, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

----- Faltou o Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves tendo a Câmara considerado justificada a respetiva falta. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às quinze horas e cinquenta minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia. -----

**2 - APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número nove, de dois mil e vinte e um, de sete de abril, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia. -----

### 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de três de maio de dois mil e vinte e um a sete de maio de dois mil e vinte e um, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e um, constatando-se um saldo orçamental positivo de oitenta e nove milhões oitocentos e trinta mil quatrocentos e trinta e um euros. -----

### 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número cento e dezasseis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e noventa, de dois mil e vinte e um - DMAG/DFP/DP - Desafetação de parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras, sita em Linda-a-Velha, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a desafetação de uma parcela de terreno para construção com a área de cento e trinta e quatro vírgula vinte metros quadrados, sita a nascente da Rua Carlos Saraiva, em Linda-a-Velha, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, confrontando a norte com domínio público municipal, alvará de loteamento dez, de dois mil e sete, a sul com Krestpor, a nascente com domínio público municipal-alvará de loteamento dez, de dois mil e sete e a poente com domínio público municipal, alvará de loteamento dez, de dois mil e sete, avaliada em dezanove mil trezentos e quarenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Número cento e dezassete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e oito, de dois mil e vinte e um - DMAG/DFP/DP - Concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a exploração de dezasseis pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos normais, em locais públicos de acesso público, no Concelho de Oeiras, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, tendo por finalidade a concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a exploração de dezasseis pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos normais em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras. ---- -----

----- As peças do procedimento, compostas por anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos.-----

----- A composição do júri do procedimento, composto por três membros efetivos, um dos quais preside e quatro membros suplentes, com competência para proceder à apreciação das candidaturas e das propostas, pedir esclarecimentos aos concorrentes e elaborar relatórios de análise.---- -----

----- A delegação de competências no júri. -----

----- A nomeação do Gestor do Contrato, para todos os contratos de concessão, com a possibilidade de vir a ser auxiliado por órgão de apoio técnico à atividade da mesma, a ser constituído simultaneamente ou nomeado em momento posterior.-----

----- Número cento e dezoito, dando conhecimento que na reunião de vinte e sete de abril apreciou a proposta de deliberação número duzentos e doze, de dois mil e vinte e um - GAEP -

Retificação à proposta de deliberação número vinte e seis, de dois mil e vinte e um - “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal” - Relatório trimestral de execução orçamental referente ao terceiro trimestre de dois mil e vinte e quarto trimestre de dois mil e dezanove.-----

-----Número cento e dezanove, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e dezanove, de dois mil e vinte e um - GCAJ - Revogação da proposta de deliberação número seiscentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte, de cinco de agosto e aprovação dos termos do novo protocolo de cooperação entre o Município de Oeiras e os Municípios de Lisboa e de Loures, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, e o Metropolitano de Lisboa, Entidade Pública Empresarial - “LIOS - Linha Intermodal Sustentável”, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a revogação da assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos, para os anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, relativos ao protocolo de cooperação em causa, aprovado através da proposta de deliberação número cento e dez, de dois mil e vinte, de vinte e dois de setembro, bem como aprovar a celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município de Oeiras e os Municípios de Lisboa e de Loures, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e o Metropolitano de Lisboa, Entidade Pública Empresarial. -----

-----A repartição de encargos para os anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois a assumir com o Protocolo de Cooperação e de acordo com o cabimento, conforme os valores que se indicam: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Ano - montante:-----

----- Dois mil e vinte e um - quatrocentos e setenta e oito mil trezentos e sete euros;-----

----- Dois mil e vinte e dois - vinte e cinco mil cento e setenta e quatro euros;-----

----- Total - quinhentos e três mil quatrocentos e oitenta e um euros.-----

----- Designar para efeitos de acompanhamento, monitorização e execução financeira do Protocolo e ao abrigo da cláusula sétima, do protocolo previsto no ponto três e ali melhor identificado, como membro representante do Município de Oeiras, no Grupo de Trabalho que garantirá o acompanhamento permanente do desenvolvimento do Projeto, autorizando-se a alteração da sua constituição, a todo o tempo, através de Despacho do Vereador responsável, o Diretor do Departamento de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano, ou quem nessa qualidade o substitua.-----

----- Número cento e vinte, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e trinta, de dois mil e vinte e um - GAF - Manutenção de competências no âmbito de intervenção do Município, na qual deliberou, por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, dois do Partido Social Democrata e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda e com uma abstenção do Centro Democrático Social-Partido Popular, aprovar:-----

----- Que as competências ou o exercício de parte das mesmas, abaixo mencionadas, por se revestirem de carácter estruturante para o Município ou para a execução de missões de interesse geral e comum, não sejam objeto de transferência para os órgãos das Freguesias e permaneçam no Município:-----

----- Gestão e manutenção dos espaços verdes - todas as competências nesta área serão exercidas pelo Município, atendendo a que se encontra em vigor um contrato celebrado pelo

Município em resultado de um concurso internacional para manutenção de zonas verdes distribuídas pelas cinco Freguesias do Município;-----

-----Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros - o Município manterá em todas as cinco Freguesias sob sua gestão direta a limpeza das vias municipais principais, bem como algumas secundárias, por se considerarem estruturantes e de interesse geral que pelas suas características carecem de intervenção com diversos equipamentos pesados não disponíveis pelas Freguesias. Além disso encontram-se em vigor contratos celebrados com empresas privadas, em resultado de anteriores concursos. Excetuam-se, no entanto, as zonas delimitadas e indicadas no anexo primeiro à proposta de deliberação, que passam a ser delegadas nas Juntas de Freguesia de Porto Salvo, Barcarena e União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo que atuam em complemento com o Município, no que às tarefas de limpeza manual diz respeito. As restantes Freguesias não aceitaram a transferência de competências nesta área de atuação; -----

-----Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado em espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão - todas as competências serão exercidas pelo Município, atenta a necessidade de uma gestão global e direta, geradora entre outros benefícios, de uma economia de escala nos processos de aquisição, bem como de uma coerência na imagem dos diferentes espaços. Acresce que em virtude da anterior experiência no âmbito dos Acordos de Execução, as Freguesias não aceitaram a transferência desta competência;

-----Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados - o Município manterá a sua competência nesta área de atuação, uma vez que se afigura ajustado e aconselhável do ponto de vista da estratégia municipal de apoio à população, com exceção da gestão e manutenção dos Mercados Municipais de Carnaxide e de Queijas, que será transferida para a União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, face à experiência demonstrada no exercício desta competência. Há largos anos que os mercados Municipais de Carnaxide e Queijas se encontram



Câmara Municipal  
de Oeiras

descentralizados na Junta de Freguesia, sendo esta responsável pela gestão, conservação, reparação e limpeza destes equipamentos, primeiro através da celebração de Protocolo e posteriormente com a celebração de Acordo de Execução. Desde a assinatura do primeiro Protocolo, que esta transferência de competência não constitui encargos diretos para o Município, uma vez que à União das Freguesias foi concedido o poder de efetuar a cobrança e arrecadar as receitas provenientes da ocupação e exploração (permanente ou acidental) das bancas, lojas e lugares de terrado existentes nos equipamentos, afetando o produto das mesmas à sua gestão, nos termos contratualizados; -----

----- Relativamente à realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico - o Município procurando assegurar a continuidade das boas práticas e a celeridade na resolução de pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino e os efeitos positivos resultantes da articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, decorrente da experiência dos anteriores acordos de execução, delega esta competência nas condições constantes do anexo segundo à proposta de deliberação; -----

----- No que respeita à manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, tratando-se dos mesmos estabelecimentos de educação previstos no ponto anterior, existiu recetividade de todas as cinco Freguesias do Concelho de Oeiras em assumirem esta competência, que não se encontrava delegada nos anteriores acordos de execução, a qual será exercida pelas Juntas de Freguesia nos termos acordados; -----

----- Entende o Município e aceite pelas Freguesias, que se devem manter na sua esfera de competências estas matérias indispensáveis para a execução de missões de interesse geral e comum, de modo a ficar garantida uma atuação coerente e uniforme nos processos de decisão, no que se refere à utilização e ocupação da via pública (solos ou subsolos), aos licenciamentos de

construção, à fixação de publicidade, à autorização e exploração das mais diversas atividades, à autorização da colocação de recintos improvisados, à realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins ou ar livre, a autorização para acampamentos ocasionais, bem como a realização de fogueiras ou queima ou lançamento de artigos pirotécnicos, com vista a uma coordenada operacionalidade de todos os sistemas de gestão direta ou indireta do Município, indutores de segurança, ordem pública e qualidade de vida urbana e paisagística de todo o território;-----

-----Decorrente do anteriormente exposto, está mencionado no quadro da proposta de deliberação, o resumo das competências a considerar manter, no âmbito da intervenção do Município ou a transferir para as Freguesias.-----

-----A transferência de competências para as Freguesias irá ser concretizada através da celebração dos futuros Autos de Transferência de Recursos. -----

-----Número cento e vinte e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e sessenta e dois, de dois mil e vinte e um - GAF - Autos de transferência de recursos para as Freguesias do Concelho de Oeiras, na qual deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a transferência de recursos acordada entre o Município e as cinco Freguesias do Concelho e constantes das propostas dos cinco Autos de Transferência de Recursos. -----

-----O montante anual a atribuir a cada um dos autos de transferência de recursos, conforme respetivos mapas financeiros a saber: -----

-----União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha, Cruz Quebrada/Dafundo - quinhentos



Câmara Municipal  
de Oeiras

e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos; -----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - quinhentos e vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos;-----

----- União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - um milhão vinte e três mil duzentos e vinte e oito euros e quarenta e nove cêntimos;-----

----- Freguesia de Porto Salvo - trezentos e trinta e sete mil setecentos e oitenta e dois euros e setenta e oito cêntimos; -----

----- Freguesia de Barcarena - cento e noventa e três mil quinhentos e setenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos.-----

----- Número cento e vinte e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e oitenta, de dois mil e vinte e um - GCAJ - Aprovação do projeto de Regulamento de Apoio Extraordinário à Recuperação da Atividade Económica no Concelho de Oeiras no âmbito da Pandemia COVID-Dezanove, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o Projeto de Regulamento de Apoio Extraordinário à Recuperação da Atividade Económica no Concelho de Oeiras, no âmbito da Pandemia COVID-Dezanove, sem realização de consulta pública. -----

----- Número cento e vinte e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e vinte e um - GCAJ - Aprovação do projeto do “Regulamento das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Oeiras” - Transferência de competências para as Autarquias Locais, na qual deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político

Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com três abstenções da Coligação Democrática Unitária, aprovar o projeto de Regulamento das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município de Oeiras. -----

-----Número cento e vinte e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número duzentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte e um - DMOAGAH/DHM/DPCHM – Processo sessenta e um-DH/dos mil e dezoito - “Requalificação do espaço público do Parque Urbano da Quinta da Politeira - Barcarena” - Aprovação da reprogramação financeira, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação, referente à “Requalificação do espaço público do Parque Urbano da Quinta da Politeira - Barcarena”, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada pela proposta de deliberação número cento e oitenta e seis, de dois mil e vinte, no dia dezoito de março de dois mil e vinte, pela seguinte: -----

-----Dois mil e vinte e um - um milhão seis mil oitocentos e trinta e dois euros e noventa e quatro cêntimos, com IVA;-----

-----Dois mil e vinte e dois - quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e setenta euros e oitenta e dois cêntimos, com IVA; -----

-----Dois mil e vinte e três - catorze mil seiscentos e trinta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos, com IVA. -----

-----Número cento e vinte e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO



Câmara Municipal  
de Oeiras

número duzentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e um - DMOAGAH/DHM/DPCHM – Processo trinta-DPCHM/dois mil e vinte - “Requalificação do espaço público do Bairro dos Navegadores, fases dois e três - Porto Salvo” - Aprovação da reprogramação financeira, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, cinco do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a adequação dos montantes em sede de cabimentação, referente à “Requalificação do espaço público do Bairro dos Navegadores, fase dois e três - Porto Salvo”, substituindo-se a programação financeira anteriormente aprovada pela proposta de deliberação de Câmara número oitocentos e três, de dois mil e vinte, em sete de outubro de dois mil e vinte, pela seguinte: -- -----

----- Dois mil e vinte e um - um milhão novecentos e vinte e um mil duzentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos, com IVA; -----

----- Dois mil e vinte e dois - um milhão duzentos e trinta e oito mil trezentos e dezanove euros e treze cêntimos, com IVA; -----

----- Dois mil e vinte e três - quatro mil cento e oitenta euros e noventa e oito cêntimos, com IVA. - -----

**5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR CARLOS MORGADO:-----**

----- O Senhor Vereador Carlos Morgado prestou à Câmara as seguintes informações:--

----- “Começo por cumprimentar o Senhor Presidente e os colegas Vereadores, assim como todos os dirigentes e colaboradores desta Câmara Municipal que assistem a esta reunião, esperando que estejam todos de boa saúde. -----

----- Início com uma referência ao Teatro Independente de Oeiras que, num curto espaço de tempo, estreou duas peças de teatro: o musical “No Reino da Felicidade” na noite do passado

dia vinte e três de abril e a comédia “HDois MUm Parte Quatro A Alzheimer é Lixada”, na noite do passado dia vinte e oito de abril, constituindo, mais uma vez e à semelhança do que nos vem habituando, peças com muita qualidade que proporcionam momentos bastante divertidos. -----

-----Seguidamente, irei fazer uma alusão a uma data marcante - Vinte e cinco de Abril.---

-----Poder Local foi a maior conquista do Vinte e cinco de Abril e contribuiu, de uma forma bastante significativa, para o desenvolvimento do nosso País.-----

-----O investimento foi levado a todos os sítios por força do poder local democrático, sendo este determinante e decisivo na infraestruturização do território. -----

-----Aqui, não posso deixar de destacar a participação ativa na vida política local das pessoas através das candidaturas de vários movimentos de cidadãos garantindo uma dimensão participativa na nossa democracia. -----

-----Todos sabemos que a relação entre eleitos e eleitores é muito mais estreita ao nível local, estamos mais perto dos problemas das pessoas e instituições que não podemos ignorar. Como diria alguém, um euro numa Câmara Municipal ou numa Junta de Freguesia vale mais do que um euro no Terreiro do Paço. -----

-----E portanto, Oeiras fez jus à enorme importância desta data, homenageando-a e celebrando-a com um conjunto de iniciativas que enobreceram esta comemoração: começou com o hastear das bandeiras em frente aos Paços do Concelho, seguiu-se a sessão comemorativa onde, habitualmente, são homenageados ex-autarcas - este ano apenas se mencionaram os seus nomes realizando-se a homenagem muito brevemente - depois tivemos a entrega de, nove viaturas a várias Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho e quatro viaturas à Polícia de segurança Pública de Oeiras, seguindo-se a comemoração dos vinte e cinco anos da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----

-----Logo após o almoço, teve lugar a inauguração das novas instalações do Núcleo de Karaté de Oeiras no Bairro do Pombal, que tem desenvolvido um trabalho bastante meritório na



Câmara Municipal  
de Oeiras

comunidade, seguindo-se a inauguração, do parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde de Barcarena e do Obelisco do Templo no Parque dos Poetas, não tendo assistido a estas duas últimas inaugurações por ter um compromisso pessoal.-----

----- Depois, uma outra nota para o facto de já termos bastantes saudades da celebração dos aniversários das instituições. -----

----- Assim, no passado dia Um de Maio, pelas quinze horas e trinta minutos, estive presente, assim como alguns colegas Vereadores, na cerimónia comemorativa do septuagésimo segundo aniversário da Sociedade de Educação e Recreio Os Unidos de Leceia, deixando aqui uma referência elogiosa para todas as pessoas que contribuíram para a história riquíssima desta instituição. -----

----- Seguidamente, não posso deixar de me referir ao primeiro troço do Eixo Verde e Azul, que foi inaugurado na manhã do dia Um de Maio, não podendo estar presente por ter um compromisso pessoal. -----

----- Todavia, tive a oportunidade de me deslocar ao mesmo na manhã do dia dois de maio, aproveitando para fazer o meu exercício físico e constatando que, por ali, circulavam muitas pessoas. Trata-se de um corredor verde que tem uma pista pedociclável ao longo do Rio Jamor, onde as pessoas poderão fruir da natureza e onde é possível verificar a excelente qualidade das águas e a requalificação do espaço envolvente, havendo uma boa harmonia paisagística. -----

----- Assim, além do Passeio Marítimo na nossa costa, as pessoas passarão agora a usufruir destes corredores ribeirinhos que vêm dar-nos uma extraordinária beleza natural. -----

----- Outra nota para o excelente trabalho que é feito pelos vários clubes do Concelho na formação.- -----

----- E digo isto porque no passado dia três de maio, o Sporting Clube de Portugal, a quem felicito e saúdo, sagrou-se Campeão Europeu de Futsal, salientando o facto de fazerem parte do

seu plantel três atletas que fizeram a sua formação em clubes do concelho: João Matos no Clube de Carnaxide Cultura e Desporto, tendo sido já homenageado neste mandato num Sete de Junho, o Pauleta que nasceu no Alto de Santa Catarina e, mais tarde, viria a mudar-se para o Bairro Bento de Jesus Caraça, fez a sua formação no Clube Recreativo Leões de Porto Salvo tendo chegado ainda à sua equipa sénior, e o jovem de dezoito anos, Diogo Santos, que fez a sua formação no Clube Recreativo Leões de Porto Salvo e no Clube de Futsal de Oeiras.-----

-----Seguidamente, uma referência para a minha presença nos seguintes eventos: -----

----- - No dia vinte e quatro de abril, pelas dez horas, presenciei a inauguração da ciclovia empresarial;-----

----- - No dia trinta de abril, pelas onze horas e trinta minutos, assisti à inauguração das obras de ampliação da APOIO na Residência Madre Maria Clara, na Outurela, tendo, logo de seguida, estado na inauguração das obras de requalificação da sede da Pombal Vinte e Um;-----

----- - No dia três de maio, pelas onze horas e trinta minutos, desloquei-me ao Templo da Poesia, para assistir ao lançamento do novo Portal desta Câmara Municipal tendo ficado bastante agradado com o que presenciei.-----

-----Finalmente, gostaria de felicitar o Senhor Presidente pelo anúncio da sua recandidatura nas próximas eleições autárquicas. Considerando que não me revejo nas outras candidaturas apresentadas pelos vários partidos políticos e/ou outros movimentos de cidadãos, atendendo ao facto do nosso movimento independente se extinguir no final do corrente mandato, dado não se justificar a continuidade da existência de dois movimentos independentes no nosso concelho, e tendo a certeza de que o doutor Isaltino Morais constitui a melhor solução para dar continuidade ao excelente trabalho que tem sido feito, quero manifestar-lhe o meu apoio nas próximas eleições autárquicas.” -----

**6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:** -----

-----O Senhor Vereador Pedro Patacho iniciou o seu período de informações dando



Câmara Municipal  
de Oeiras

conta do seguinte: -----

----- “Nos dias vinte e quatro de abril e Um de Maio, o Senhor Vereador Carlos Morgado já referiu, mas gostava de reforçar, tiveram lugar duas atividades que considero importantes: a inauguração da Ciclovía Empresarial e a inauguração da primeira fase do Eixo Verde e Azul. ----

----- As razões pelas quais as considero relevantes tem a ver com a apresentação que os Senhores Vereadores tiveram oportunidade de visionar numa das reuniões anteriores, do Plano Municipal para o Desenvolvimento e Inovação no Desporto e na Atividade Física dois mil e vinte e um/dois mil e trinta.-----

----- Ele tem no seu modelo conceptual uma área designada ambientes ativos, com essa área pretende-se promover no Concelho infraestruturas construídas, espaço público, que promovam e salvaguardem o direito de todos os munícipes a terem boas condições e condições de segurança para serem fisicamente ativos, quer do ponto de vista recreativo, quer do ponto de vista dos seus modos de mobilidade e associado a essa área está o Eixo Seis, que se designa Modernizar e Aumentar as Infraestruturas pra o Desporto e para a Atividade Física, e dentro deste o objetivo Seis ponto Quatro Promover a Mobilidade Ativa, que tem associada um ação específica, ligada ao desporto, mas também com o DOM, com o DAQV e com outras unidades orgánicas da Câmara, que é implementar a rede de ciclovias em todo o Concelho.-----

----- Estou a sinalizar isto para reforçar que a inauguração das ciclovias não é nada casuístico, muito pelo contrário, corresponde a uma estratégia muito bem pensada, muito bem delineada, que tem uma dimensão relevante na promoção do desporto e da atividade física, mas não só, relaciona-se também com a promoção da mobilidade ativa e não meramente como lazer, mas na vida quotidiana das pessoas e juntamente com outros equipamentos que estão a ser colocados no espaço público, particularmente o “fitness outdoor”, são de grande importância. ----

----- O Vereador Carlos Morgado falou nos valores do desporto e é sempre importante assinalarmos os atletas que se superam e que conseguem alcançar resultados extraordinários,

sobretudo aqueles ligados ao nosso Concelho, às nossas coletividades, mas é importante sempre que fazemos isso ter presente o número de praticantes ligados diretamente aos nossos clubes e coletividades desportivas, anda na ordem dos dez por cento de praticantes, sejam praticantes federados, sejam praticantes informais, o que deixa de fora cento e sessenta mil pessoas e quando falamos da promoção da atividade física, é evidente que queremos mais gente a praticar atividade desportiva federada, enquadradas com o bom enquadramento técnico que os clubes e as coletividades desportivas conseguem garantir, mas o que nos deve, verdadeiramente, mover é a transformação do território para promover infraestruturas e espaço público urbano de qualidade, que ofereça condições a estes cento e sessenta mil que não estão abrangidos pelo sistema educativo e que têm o direito de ser fisicamente ativos em condições de conforto, de segurança e que estão a começar a surgir e cuja velocidade de surgimento vai aumentar tremendamente nos próximos tempos dada a quantidade de projetos que estão finalizados ou em vias de serem finalizados e os concursos que já foram lançados ou estão em vias de serem lançados. -----

----- - No dia vinte e quatro de abril, estive da parte da manhã e tive a oportunidade de almoçar com uma série de jovens do nosso Concelho que estão a participar na iniciativa Jovem mais Ativo, que decorre do "Programa Eu Participo tu Decides", que foi lançado há algum tempo numa grande sessão que teve lugar no Auditório na Assembleia Municipal, numa sessão presidida pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Tive oportunidade de voltar a ver estes jovens, de conversar com eles e tomar contacto com aquilo que tem sido a sua experiência de participação e de reflexão sobre o envolvimento das suas comunidades. -----

-----Nós temos jovens extraordinários no nosso Concelho e não devemos embarcar na conversa que, por vezes, se ouve por aí, que esta geração não está preparada, que esta geração isto, que esta geração aquilo, isso é tudo conversa que não interessa, nós temos jovens muitíssimo bem preparados, a geração mais bem preparada de sempre e aqueles que são bons,



Câmara Municipal  
de Oeiras

são muitíssimo bons, foi o caso daqueles com quem tive a oportunidade de almoçar no passado dia vinte e quatro e abril e que senti um orgulho enorme de exercer estas funções no Concelho onde temos jovens com aquela qualidade e portanto, augura um futuro ótimo para os líderes que vão emergir deste Concelho. -----

----- - Sobre as comemorações do Vinte e Cinco de Abril, certamente, o Senhor Presidente falará e terá muito para dizer. -----

----- -No dia vinte e seis, teve lugar a reunião ordinária do Conselho Municipal da Juventude de modo descentralizado, desta feita na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, que tem uma novíssima bancada, que temos que lhe dar uso, custou setenta mil euros, foi o Município que a pagou, porque parece que o Parque Escolar não tinha dinheiro e agora que lá está temos que usar e, portanto, realizámos lá a reunião do Conselho Municipal da Juventude com todas as condições e com todo o conforto e fomos muitíssimo bem recebidos pelo Senhor Professor António Seixas, que gostou muito de lá nos ter a realizar esta reunião do Conselho Municipal. -----

----- - No dia trinta acompanhei o Senhor Presidente ao Bairro do Pombal, para abertura formal da Sala de Apoio ao Estudo da Associação Pombal Vinte e Um. -----

----- Parece que é uma coisa de somenos importância, mas não é, é uma coisa muitíssimo importante, parece que é uma mera sala, mas não é, o que ali é importante é o que aquelas pessoas estão a conseguir fazer com aquela sala, porque há muitas pessoas a quem se dá uma sala e não fazem nada, ali existe uma sala, mas as pessoas que estão atualmente na Associação Pombal Vinte e Um estão a conseguir fazer uma coisa extraordinária com a sala como nunca se fez até hoje, já passaram muitos anos e já se podia ter feito, neste momento, estão a acompanhar cinquenta crianças, mais espaço houvesse e mais crianças poderiam acompanhar, mas não estão a acompanhar cinquenta crianças de qualquer forma, estão a acompanhar porque têm contacto estabelecido com a Escola Gomes Freire de Andrade, acesso direto aos professores, que

sinalizam as crianças que precisam de apoio, as encaminham para o Centro que, por sua vez, dá “feedback” aos professores do trabalho que faz com os meninos, reúne com os pais e encarregados de educação, com as famílias e dá-lhes “feedback” do trabalho que fazem com os meninos.-----

-----O trabalho que está a ser feito naquela sala, que eu considero notável, é um exemplo que vamos procurar que seja seguido noutros pontos do Concelho, porque a Associação Pombal Vinte e Um está a conseguir com muito sucesso construir o triângulo virtuoso escola/família/comunidade. -----

-----Um processo que historicamente pode caber aos professores e às escolas liderar, mas que, neste caso é o vértice da comunidade que está a liderar, mas com uma excelente colaboração com a escola, com os professores e com as famílias, o que é de saudar. -----

-----Eu queria dizer-vos isto, porque, de facto, ele é um bom exemplo do que deve ser feito nesta ligação escola/família/comunidade.-----

----- - Estive presente no aniversário da SERUL - Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia”, que, para além da sua atividade desportiva, para quem não sabe, está também a desenvolver dois projetos muitíssimo interessantes na área das artes dramáticas e na área da música em colaboração com o “Programa Oeiras Educa”, atividades essas que estão disponibilizadas para a nossa comunidade oeirense e não apenas para os meninos de Leceia. -----

----- - Gostaria de dar os parabéns ao Senhor Vice-Presidente e a toda a equipa que com ele colaborou da Câmara Municipal, porque foi lançado no dia três de maio, o novo Portal do Município, que foi um trabalho longo, muito aturado, certamente muito difícil e, portanto, técnicos, dirigentes e o Senhor Vice-Presidente estão de parabéns pelo bom trabalho que se alcançou e por aquilo que foi apresentado, que é garantidamente um passo em frente relativamente à qualidade da relação digital do Município com os seus munícipes do ponto de vista informativo, do ponto de vista dos serviços, etc.. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- - No dia três de maio, teve lugar a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Educação para discussão e debate de dois importantes instrumentos estratégicos de gestão do sistema educativo local, designadamente a proposta de Plano Educativo Municipal, se bem se recordam em dois mil e quinze, pela assinatura do Contrato Interadministrativo o Município ficou obrigada a elaborar um Plano Educativo Local, que nunca foi feito-----

----- Fez-se o longo trabalho de participação da comunidade e de envolvimento e essa proposta de Plano Educativo Municipal ficou pronta já algum tempo e foi agora apreciada e discutida pelo Conselho Municipal de Educação.-----

----- Para além disto o outro documento estratégico importante é a Carta Educativa, que apresenta uma proposta de reorganização da rede escolar.-----

----- A preparação deste documento foi concluída há algum tempo e foi agora apreciado e discutido nesta reunião.-----

----- Relativamente a ambos os documentos, o Conselho pronunciou-se com uma série de recomendações e de sugestões, agora vai seguir-se a continuidade do trabalho, quer com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas que por inerência de funções têm assento no Conselho, quer com vários Conselheiros, no sentido de revermos os documentos e integrarmos as sugestões e os contributos do Conselho Municipal de Educação para que, daqui a alguns meses, possamos fazer uma nova reunião e apresentar versões estabilizadas destes documentos ao Conselho Municipal de Educação e podermos depois então de forma mais confiante e com amplo compromisso construído com a comunidade avançar para a apresentação desses documentos ao Órgão Executivo ao Órgão Deliberativo e posterior submissão da remessa para a Tutela da proposta de homologação.”-----

**7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----**

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Demos início a um programa de animação nos vários ERPIS da Rede Solidária do

Concelho numa estreita ligação e cooperação com o Departamento de Cultura que, desde já agradeço. -----

-----Temos um programa com fado, músicas e técnicas circenses, cantares, magia, músicas dos festivais, contos de histórias, serenatas, para animar todos os idosos que estão em lar.-----

-----Este programa vai ser até junho. -----

-----Já tive oportunidade de estar presente nalgumas destas atividades e tem sido incrível a forma como os nossos idosos reagem quando reconhecem uma música, uma história ou algo assim e realmente estas atividades, depois de toda esta situação que temos vivido, tem sido muito gratificante e todas as pessoas, não só os funcionários, como os utentes, estão muito satisfeitos com toda esta animação. -----

-----Os Centros de Dia têm aberto de forma progressiva, já sabemos que os Centros de Dia que têm ERPIS não vão abrir os Centros de Dia, porque não têm capacidade para isolar os utentes, por isso, nós vamos continuar a apoiar todos os projetos e todas as atividades que queiram desenvolver, não só com os utentes que ficaram em casa, como também nos Centros de Dia as atividades que possam promover o bem-estar e benefícios na saúde, mental e física dos nossos idosos. -----

----- - No dia oito de maio, sábado, voltaremos a ter a uma cerimónia de entrega de fogos e vamos atribuir dezanove fogos a famílias com necessidade habitacional. Teremos cerca de cinquenta e dois munícipes que estão incluídos nesta cerimónia. -----

----- - Relativamente à vacinação e ao Centro de Vacinação até à data já foram vacinados mais de cinquenta mil munícipes dos sessenta e cinco anos para cima. -----

-----A medida de apoio a transportes - Táxi, já foram executados vinte mil quinhentos e trinta e oito serviços, no valor de cento e trinta e sete mil euros. -----

-----Relativamente à testagem massiva que demos início no dia cinco de abril, durante o



Câmara Municipal  
de Oeiras

mês de abril já testámos quatro mil trezentas e cinquenta pessoas, mil trezentas e vinte e nove na unidade móvel e três mil e vinte e uma nas farmácias. -----

----- Com esta aplicação dos testes, as pessoas sentem-se mais seguras e pode-se controlar de uma forma mais eficaz as vias de transmissão, o que continua a fazer com que os nossos números continuem controlados. -----

----- Estamos com uma incidência de sessenta e dois casos por cem mil habitantes. Continuamos em risco baixo. -----

----- Por fim dizer que, neste momento, temos um total de doze mil quinhentos e oitenta casos, recuperados doze mil cento e noventa e cinco, óbitos duzentos e oitenta e sete, o número de casos ativos neste momento, no Concelho, é de noventa e oito.” -----

**8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO:-----**

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto**, no âmbito das suas informações, disse o seguinte: -

----- “Quanto ao COVID informar os números no universo da Autarquia e dizer que desde o início da pandemia até agora, tivemos trezentos e quarenta e quatro infetados e neste momento estamos com zero infetados e duas situações de isolamento social, porque a norma agora determina o isolamento aos familiares das crianças que os colegas estejam infetados.-----

----- - Apesar da pandemia, nós mantivemos o emprego apoiado em mercado aberto dirigido a pessoas com deficiência e apesar de termos menos candidatos, ainda assim, mantemos cinco pessoas portadoras de deficiência a trabalhar ao abrigo desta medida. -----

----- De igual forma os trabalhadores desempregados de longa duração inscritos no Centro de Desemprego, portanto, estamos a falar de Contratos de Emprego e Inserção, mantemos dezassete trabalhadores beneficiários. -----

----- - Na passada sexta-feira inaugurámos a ampliação do Centro de Dia na Unidade Madre Maria Clara e este alargamento permite que se alargasse de setenta e cinco para cem utentes para o Serviço de Apoio Domiciliário e de cinquenta para oitenta utentes no Centro de

Dia, permitiu também que houvesse um espaço, onde todos os residentes da Madre Maria Clara possam ser integrados nas atividades desenvolvidas pela APOIO.-----

-----Esta obra teve um investimento de perto de duzentos e cinquenta mil euros e este investimento justifica-se pela qualidade do serviço e pela ampliação do serviço que foi possível fazer.-----

----- - Como também já referiu o Senhor Vereador Pedro Patacho inaugurámos no mesmo dia a requalificação das instalações da Associação Pombal Vinte e Um.-----

-----O investimento é muito mais reduzido, cerca de quinze mil euros, mas que permite o apoio escolar às crianças do primeiro e segundo ciclo, com um apoio que depois foi atribuído para a contratação de professores.-----

----- - Costumamos dizer que o Passeio Marítimo é o melhor polidesportivo a céu aberto que nós temos, neste momento, temos um tão bom como o Passeio Marítimo que é o Eixo Verde e Azul e é dos projetos mais bonitos que vejo naquela área concretizados nos últimos anos.-----

----- - No passado, dia Um de Maio associei-me a algumas comemorações do Dia do Trabalhador.-----

----- - Transmitir aquilo que me parece que será também o sentimento de todos, dar os parabéns ao atleta Diogo Antunes, atleta do Benfica, porque sendo oirense, representou Portugal no Mundial de Estafetas, na Polónia e Portugal obteve a medalha de bronze.”-----

#### **9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO:-----**

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo, no âmbito das suas informações, disse o seguinte:--- -----

-----“Gostava de dar uma pequena nota, naturalmente não a visitas que fiz, mas áquilo que tive oportunidade de assistir, ontem, na Assembleia Municipal.-----

-----Não vou fazer mais comentários, mas espero ter a oportunidade de na própria Assembleia Municipal poder fazer um esclarecimento cabal sobre aquilo que foi dito e que não



Câmara Municipal  
de Oeiras

foi dito e da forma como foi dito.-----

----- Eu no mandato de mil novecentos e noventa e três a mil novecentos e noventa e sete fui Membro da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- E, por isso, todo esse processo do Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide foi votado na Assembleia Municipal da Amadora e não de Lisboa, em duas sessões, numa primeira sessão a nove de março de mil novecentos e noventa e seis, e numa segunda sessão para votação final do Plano de Pormenor, a dez de outubro de mil novecentos e noventa e sete.-----

----- O que quer dizer que este processo começou a ser desencadeado no mandato de mil novecentos e oitenta e nove a mil novecentos e noventa e três. -----

----- E esta é que é a verdade, por isso longe de mim pensarem que eu tive interferência na aprovação do Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide na Câmara da Amadora. -----

----- De maneira que, quando isto é atribuído ao PS, portanto neste caso o PS sou eu, toda a gente sabe que a Câmara da Amadora nunca teve um presidente do PS antes de eu chegar, e quando ganhei as eleições em quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, só tomei posse em dezanove de janeiro de mil novecentos e noventa e oito. -----

----- Foram tomadas decisões em reuniões de Câmara, nesse período entre a eleição e a tomada de posse da nova Câmara, que depois tive que anular, nomeadamente a aprovação de uma área de construção de trinta e três mil metros quadrados na zona de influência da Estrada dos Salgados, há ainda em Tribunal um processo de indemnização em curso.-- -----

----- Isto com base em nenhum fundamento, nem em nenhum instrumento de planeamento, porque não foi baseado em nenhum Plano de Pormenor aprovado na Câmara Municipal, nem na Assembleia Municipal, nem pelo Governo. O Plano de Pormenor da Serra de Carnaxide, foi ratificado em reunião de Conselho de Ministros, porque não cumpria o PDM aprovado e publicado em mil novecentos e noventa e quatro, e por isso o referido PPSC foi aprovado em vinte de junho de mil novecentos e noventa e oito, em Conselho de Ministros. -----

-----Lamento que tenham dado a ideia que o responsável do verdadeiro atropelo da Serra de Carnaxide tenha sido eu, como Presidente da Câmara.-----

-----Relembro mais uma vez que este processo começa a ser desencadeado entre mil novecentos e oitenta e nove e mil novecentos e noventa e três, eu só entrei para a Câmara Municipal da Amadora em mil novecentos e noventa e oito, e nessa altura, eu era membro da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

-----Não vou dizer mais nada neste momento, eu tenho um conjunto de formas de estar na vida, não tenho nenhum complexo, assumo as minhas responsabilidades, mas não posso assumir as responsabilidades dos outros, nunca ninguém me viu a desculpar-me com os outros nos meus debates que tenho politicamente com o A, B, ou C, essa não é a minha forma de estar, eu penso livremente, penso com a minha cabeça, é tudo com base na minha opinião, mesmo consultando algumas pessoas, as decisões são minhas, não sou um seguidista e como tal tenho opinião própria”-----

#### **10 - INFORMAÇÕES – SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA:-----**

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** informou a Câmara do seguinte:-----

-----“Como já vem sendo hábito, de resto desde o início do mandato, a CDU aproveita este ponto das informações não tanto para prestar informações, mas para pedir informações e é justamente isso que eu pretendo fazer relativamente a três matérias concretas.-----

-----Eu gostava de saudar o facto de o movimento cultural do Concelho poder ter oportunidade de reganhar vida, reganhar espaço, de reganhar público e apresentação da componente criativa, tendo em conta a abertura das salas de espetáculo e também espaços de outras vertentes culturais e isso é de saudar.-----

-----De registar que o setor cultural foi daqueles que foi mais flagelado por este período de confinamento e nós devemos ter isso em conta em matéria de apoios e é justamente sobre um apoio concreto, que eu gostava de ouvir o Senhor Presidente, porque me recordo de, há uns



Câmara Municipal  
de Oeiras

meses atrás, o Executivo Municipal ter estado a assistir a uma peça de teatro no TIO e o Senhor Presidente, nessa estreia, teve oportunidade de se dirigir ao público e também à equipa do TIO e na altura prometeu o apoio da Câmara Municipal para a mudança das cadeiras na plateia daquele espaço, dizendo inclusivamente que tinha comprovado que eram desconfortáveis e, portanto, que haveria necessidade de substituir aquela plateia. -----

----- Eu queria perguntar se está para breve a concretização desse compromisso que o Senhor Presidente assumiu ali, publicamente, tendo em conta que já decorreram alguns meses sobre aquilo que o Senhor Presidente referiu, relativamente àquele espaço. -----

----- Por outro lado, as outras duas questões prendem-se de alguma forma com processos de igualdade. -----

----- Falou-se aqui na questão do Vinte e Cinco de Abril e das comemorações desse dia. --

----- Eu gostava de dizer que comemorar Abril é comemorá-lo permanentemente e fazer com que efetivamente sejam concretizados aqueles direitos que foram conquistados com o Vinte e Cinco de Abril e um desses direitos é, justamente, o direito à igualdade e à não discriminação, e a promoção das igualdades deve ser uma constante no nosso trabalho nas instituições públicas, onde estamos em representação das populações e, por isso, venho retomar uma questão que me lembro de ter levantado duas vezes ao longo deste mandato e como nos começamos a aproximar a passos largos do final do mandato, eu gostava que fosse feito um ponto da situação relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido para a eliminação das barreiras arquitetónicas no Concelho, sabemos que não é um trabalho que se consegue fazer de um dia para o outro, mas é importante, não apenas nos edifícios públicos e no acesso aos edifícios públicos, mas também no espaço público, nas ruas, onde as populações têm a oportunidade e o direito de circular para aceder onde quiserem, é importante que essas barreiras arquitetónicas não sejam implementadas e as que existem sejam erradicadas, nesse sentido, eu gostava de saber que planos têm sido desenvolvidos para a erradicação progressiva das barreiras arquitetónicas nos

espaços públicos no Concelho de Oeiras. -----

-----A outra questão integro também de alguma forma nas matérias da igualdade, a qual tem a ver com a procura de erradicação de todos os materiais contendo amianto nos edifícios públicos, em particular nas escolas, mas é importante perceber também que essa matéria perigosa persiste ainda em vários outros tipos de edificado e designadamente nos bairros sociais em Oeiras, e, portanto, eu vinha também colocar a questão, qual a perspectiva que nos pode ser dada relativamente à intervenção sobre a monitorização, ou remoção no caso em que ela deve ser feita, de amianto dos bairros sociais em Oeiras da responsabilidade da Câmara Municipal.” -----

**11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:** -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“No seguimento da postura que tenho tido nas reuniões de Câmara, não mencionar especificamente todos os locais onde tenho estado, alguns acompanhado pelos Senhores Vereadores, sob peso de tornar demasiado exaustivo, houve, no entanto, um assunto que não foi falado, que me parece de mais elevada importância e, por isso, irei falar dele.-----

-----Hoje é o dia da língua portuguesa, não falámos dela, são duzentos e sessenta milhões de falantes, essa língua portuguesa tantas vezes ferida em discursos, em palavras mal ditas, em textos mal escritos, atropelando a ortografia, tem sido, no entanto, homenageada aqui em Oeiras, através do Parque dos Poetas e o Parque dos Poetas, no dia Vinte e Cinco de Abril, como todos sabemos, teve um dos seus momentos altos, que foi a inauguração do Obelisco, e como é sempre bom não fugir a uma boa polémica gostava de trazer um pequeno texto que publiquei nas minhas redes sociais, que é basicamente uma curta investigação sobre o que são os obeliscos: -----

-----“De monumentos sagrados a memoriais de evocação e memória, os obeliscos têm sido utilizados ao longo da história com uma forte função sagrada e simbólica pelas mais diversas civilizações, nomeadamente as civilizações megalíticas galaico-portuguesas, em que estes assumiam a primeira forma de “menhir”, passando pelo antigo Egipto, onde estes



Câmara Municipal  
de Oeiras

monumentos tinham uma relação primitiva com o culto solar, como meio de adoração ao deus solar Rá, sendo erigidos em pares para proteger magicamente os templos. -----

----- Estes monumentos egípcios espalharam-se pelo mundo ocidental, sendo alguns deles transportados para a Europa, como foi o caso do Obelisco da Praça de São Pedro no Vaticano, bem como vários outros em Itália, nomeadamente o que está no centro da Piazza del Popolo, com os seus trinta e seis vírgula cinco metros de altura, assim como o Obelisco de Montecitório, o Obelisco de Pincio, etc.. -----

----- Quase todos eles eram feitos de granito rosa, cumprindo assim um dos canones da sua função. -----

----- Um dos mais conhecidos em França é o Obelisco de Luxor da Praça da Concórdia, que veio do Egipto, com os seus vinte e dois metros de altura e duzentas e vinte toneladas de peso. -----

----- Em Inglaterra, o mais célebre é a Agulha de Cleópatra de Londres, localizado em Westminster, proveniente da antiga cidade de Iunu, a “Heliópolis” do Egipto. -----

----- Em Nova York está o outro par da Agulha de Cleópatra de Londres, conhecido como a Agulha de Cleópatra de Nova York, que se encontra no Central Park, em Manhattan. -----

----- Noutros países foram construídas réplicas de obeliscos, como foi o caso na Argentina do Obelisco de Buenos Aires, com os seus sessenta e sete metros de altura, construído em nove de julho de mil novecentos e trinta e seis, para comemorar o quarto centenário da fundação da cidade. -----

----- No Uruguai foi construído em Montevideo o Obelisco aos Constituintes de mil oitocentos e trinta, em vinte e cinco de agosto de mil novecentos e trinta e oito, igualmente em granito e com quarenta metros de altura, em vinte e cinco de agosto de mil novecentos e trinta e oito, como homenagem aos participantes da primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Estado, que em mil oitocentos e trinta aprovaram a primeira Constituição do

Uruguai. --- .....

-----De todos o mais célebre no ocidente é o Memorial de Washington, nos EUA, com os seus cento e sessenta e nove metros, construído entre mil oitocentos e quarenta e oito e mil oitocentos e oitenta e quatro, em granito e outros materiais, para homenagear George Washington, como comandante-chefe do Exército Continental, na Guerra Revolucionária Americana e Primeiro Presidente dos Estados Unidos. -----

-----Obeliscos no espaço público em Portugal.-----

-----O Alto da Memória ou Outeiro da Memória, localiza-se no cimo do Jardim Duque da Terceira, no centro histórico da cidade e Concelho de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, nos Açores. --- .....

-----O Obelisco da Praia da Memória ou Obelisco da Memória é um obelisco em Matosinhos, Portugal, cuja construção foi efetuada em memória do desembarque de oito de julho de mil oitocentos e trinta e dois, ocorrido na praia junto a Arnosa do Pampelido, entre as Freguesias de Perafita e de Lavra do concelho de Matosinhos. -----

-----O Monumento aos Restauradores é um obelisco no centro da Praça dos Restauradores, em Lisboa. Tem trinta metros de altura e foi inaugurado em vinte e oito de abril de mil oitocentos e oitenta e seis. Comemora a libertação do País do domínio espanhol em um de dezembro de mil seiscentos e quarenta. -----

-----Obelisco Comemorativo da Batalha do Bussaco.-----

-----A Batalha do Bussaco foi uma batalha travada durante a Terceira Invasão Francesa, no decorrer da Guerra Peninsular, na Serra do Bussaco, a vinte sete de setembro de mil oitocentos e dez. De um lado, na defensiva, encontravam-se as forças anglo-lusas sob o comando do Duque de Wellington. Do outro lado, na ofensiva, as forças francesas lideradas pelo Marechal André Massena. No fim da batalha, a vitória sorriu aos anglo-lusos. -----

-----Obeliscos da Quinta da Prelada, no Porto.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dois obeliscos com doze vírgula seis metros de altura que atualmente se encontram no Jardim do Passeio Alegre (Foz) são os mesmo que originalmente se encontravam à entrada da Quinta da Prelada, tendo sido idealizados por Nicolau Nasoni, quando no Século Dezoito projetou aquela quinta, com a respetiva residência, jardins e outros elementos decorativos, para a família dos Noronhas e Menezes.-----

----- Obelisco de Faro. -----

----- A cinco de julho de mil novecentos e dez, na oportunidade das festas da cidade de Faro, foi inaugurado o primeiro monumento civil da cidade, em homenagem ao cidadão José Bento Ferreira d'Almeida, na então avenida Dona Amélia (hoje avenida da República).-----

----- O magnífico e majestoso obelisco, que se ergue na baixa fareense, foi oferecido à cidade pelos amigos do antigo ministro da marinha portuguesa, que nascera em Faro, a sete de maio de mil oitocentos e quarenta e sete e falecera em Livorno (Itália), a quatro de setembro de mil novecentos e dois.-----

----- Obelisco de Vila Real de Santo António, na Praça Marquês de Pombal.-----

----- Obelisco situado no centro da praça e erguido em homenagem ao rei Dom José Primeiro. Rodeado por pequenos pilares, apresenta, no topo, uma coroa em ferro.-----

----- Obelisco de Santa Sofia. -----

----- Obelisco com quatro metros de altura, datado de mil setecentos e um, localizado em Santa Sofia, em frente à Igreja de Santa Sofia, situada a cerca de treze quilómetros de Montemor-o-Novo, pertencente à Arquidiocese de Évora. -----

----- E agora o de Oeiras, símbolo máximo de homenagem à poesia, aos poetas do parque, escultores e mecenas do mesmo, obra de profundo significado recheada de datas e simbologia do Concelho”.”-----

**12 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:** -----

----- O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

-----“As últimas duas semanas foram tão intensas em atividades da Câmara, que contrariam alguma maledicência relativamente ao Obelisco. -----

-----O Obelisco foi pretexto para nas redes sociais chamar a atenção que o dinheiro gasto naquele monumento podia ter sido gasto noutras coisas, designadamente no combate à pandemia, na construção de estradas, ou de jardins, na verdade até se podia não ter construído o Parque dos Poetas. -----

-----O Parque dos Poetas é um investimento que ultrapassa os quarenta milhões de euros e com esses quarenta milhões de euros podia-se ter feito outras coisas, o problema é que essas outras coisas nenhuma deixou de ser feita, porque em todas as frentes a Câmara está ativa, não é com os recursos gastos no Obelisco que deixámos de fazer habitação social. -----

-----Neste momento estamos em velocidade cruzeiro na realização de projetos de execução para construção de quinhentos fogos de habitação municipal, pois como sabem já está assinado o acordo, firmado o contrato e garantido o financiamento.-----

-----Estamos a negociar já uma segunda fase com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urban para a construção de mais mil casas, destinadas estas a colocar no mercado a renda acessível para a classe média. -----

-----Também estão a ser instalados outros monumentos escultóricos em rotundas, parques, etc..-----

-----O que se passou nos últimos quinze dias é uma demonstração clara de como este Município atua em simultâneo em todas as frentes, e se algumas situações, por ventura, não estão mais adiantadas, deve-se ao facto de toda a burocracia, que implica a realização de projetos.-----

-----Mas até nessa área há muito projeto que vai ser lançado nos próximos meses e nos próximos anos. -----

-----Não deixa de ser surpreendente a concentração das atenções no dito Obelisco, esquecendo tudo o resto.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Vou fazer uma breve síntese destas duas semanas, que de resto os Senhores Vereadores, nuns casos uns, noutros casos outros, já abordaram, mas precisamente por isso não me alongarei muito.-----

----- - No dia vinte e dois de abril, dei uma entrevista com um jornalista ligado à Federação Portuguesa de Táxis, que acharam extraordinário a iniciativa da Câmara fazer um acordo com os taxistas para transporte dos idosos para o Centro de Vacinação, uma medida que caiu muito bem, as pessoas estão a elogiar porque lhes facilita muito a vida, não é só a questão do pagamento do táxi, mas o conforto e a rapidez.-----

----- Já tive oportunidade de fazer um elogio aos taxistas, porque já falei com alguns e até estão a regenerar a imagem que as pessoas têm dos taxistas, quando confrontados com a Uber, que tem carros mais confortáveis, que os motoristas são mais simpáticos, etc..-----

----- Já tive idosos que me comunicaram a sua satisfação pelo facto de serem transportados por taxistas, e houve casos em que os taxistas levaram idosos ao colo, por terem dificuldade de mobilidade, que podiam ter sido vacinados em casa, porque também há essa modalidade, mas preferiram ir ao Centro de Vacinação.-----

----- Essa entrevista surgiu dessa curiosidade que a Federação Portuguesa de Táxis tinha sobre esta medida, que de resto depois foi seguida por Sintra, por Lisboa, por Cascais, mas foi aqui que foi iniciada.-----

----- - Ainda no mesmo dia estive presente no Teatro Eunice Muñoz na peça de teatro da Eunice Muñoz e da neta. “A margem do tempo”, uma peça silenciosa, onde não há diálogo, só gestos, mas pela expressão facial da grande artista que é Eunice Muñoz e a neta segue as suas pisadas, é uma peça que não nos deixa indiferentes, porque nos faz pensar muito.-----

----- Essa peça teve, mais tarde, a presença do Senhor Presidente da República.-----

----- - No dia vinte e três, estive presente na Secção de Limpeza de Oeiras, porque se ia reformar um dos nossos encarregados, o Costa e os colegas quiseram fazer-lhe uma despedida e

tive oportunidade de ir lá e fiquei impressionado, e nós autarcas temos que estar presentes nestes momentos, pessoas que trabalham vinte, trinta anos, na Câmara Municipal e não temos o hábito, mas temos que o criar de homenagear os nossos reformados, quando saem, com um gesto qualquer que simbolize o reconhecimento que lhes é devido.-----

-----Fiquei muito bem impressionados, sobretudo pela ligação que estes funcionários estabelecem com a Câmara Municipal, são pessoas que vestem a camisola, a Câmara é a sua segunda casa e é sempre importante que o Presidente da Câmara ou um Vereador estejam presentes nesses momentos.-----

----- No dia vinte e quatro, inaugurámos a Ciclovía Empresarial.-----

-----É um equipamento extraordinário, vai de Cacilhas ao Lagoas Park, Quinta da Fonte até à estação de Paço de Arcos, é uma via importante para quem quiser.-----

-----Na minha opinião as ciclovias são essencialmente de lazer, mas também podem servir para a mobilidade das pessoas se deslocarem para o trabalho.-----

-----Ligar a estação de Paço de Arcos a esses dois parques empresariais do Concelho, foi muito importante.-----

----- - O dia Vinte e Cinco de Abril foi um dia muito cheio:-----

-----Começámos pelo hastear da bandeira às nove horas, nos Paços do Concelho;-----

-----Uma cerimónia que procurámos fosse contida, porque ainda estávamos no confinamento;-----

-----Às dez horas e trinta minutos, procedeu-se à Sessão Solene do Vinte e Cinco de Abril no monumento escultórico aos presos políticos, na prisão de Caxias.-----

-----No ano passado inaugurámos um monumento escultórico de homenagem aos presos políticos. É uma homenagem aos presos políticos, mas é também a cultura associada e uma forma de chamar a atenção para o sofrimento e para a luta, dos presos políticos, aqueles que lutaram pela liberdade e para que tivéssemos um regime democrático em Portugal, e essa



Câmara Municipal  
de Oeiras

homenagem foi através da cultura e de um monumento escultórico, que passou a fazer parte do acervo escultórico do nosso Concelho, de arte pública, espalhada um pouco por todo o Concelho;

----- - Às onze horas e trinta minutos, no Centro Cívico, entregámos nove viaturas a IPSS e quatro à PSP, naturalmente que num Estado rico seria responsabilidade deste, mas nós aqui entendemos, para criar melhores condições de funcionamento à PSP, que a Câmara deve estar disponível viaturas, equipamento informático, instalações, todas as instalações em Oeiras foram construídas pela Câmara Municipal; -----

----- Às doze horas e trinta minutos teve lugar a comemoração dos vinte e cinco anos da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----

----- Havia uma biblioteca onde é hoje o Salão Nobre da Câmara, com oitenta metros quadrados e passamos para mais de três mil metros. -----

----- Uma cerimónia muito bonita com uma declamação do José Fanha, numa versão do Manifesto Anti Dantas aplicado à leitura e às bibliotecas; -----

----- Entretanto, houve um almoço, no Palácio Marquês de Pombal; -----

----- Às quinze horas, teve lugar a inauguração da Sede do Núcleo de Karaté de Oeiras, no Bairro do Pombal; -----

----- Às dezasseis horas, teve lugar a inauguração do parque de estacionamento, em Tercena, para servir fundamentalmente o Centro de Saúde de Barcarena; -----

----- Às dezoito horas ocorreu a inauguração do Obelisco, previsto desde dois mil e um, como homenagem aos escultores, poetas e mecenas; -----

----- Com a construção das duas pontes, que ligam as três fases, o parque de estacionamento com cerca de quatrocentos lugares e o Obelisco resta agora apenas o Garden Center, cujo projeto está pronto. -----

----- O Templo da Água também irá enriquecer o Parque dos Poetas. -----

----- - No dia vinte e sete, teve lugar a apresentação da ambulância para o Hospital de

Santa Cruz, que contou com a presença da Doutora Rita Peres, Presidente do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, que engloba o Hospital de Santa Cruz, o Hospital São Francisco Xavier e o Hospital Egas Moniz. -----

-----A Liga dos Amigos do Hospital de Santa Cruz apresentou à Câmara o pedido de uma ambulância medicalizada e segundo me dizem uma das mais modernas do País, porque está já preparada para doentes COVID com processo de desinfeção e oxigénio, com um custo de sessenta mil euros, equipamento que deveria ser o Estado a fornecer, mas mais uma vez a Câmara de Oeiras substituiu.-----

----- - No dia vinte e nove, tive uma reunião com o Grupo Parlamentar do PSD, com autarcas de Cascais, Sintra, Amadora e a Administração da Tratolixo, para colocar o problema do sistema do depósito de embalagens não reutilizáveis de plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio, que por uma decisão do Governo se prepararam para entregar esta reciclagem às grandes superfícies, ou seja as Câmaras Municipais recolhem os indiferenciados e aquilo que dá algum dinheiro, nomeadamente os vidros, aí já interessa às grandes superfícies, de modo que há a oposição das Câmaras e da Tratolixo para este assunto ser resolvido. -----

-----Ocorrerá reuniões com todos os Grupos Parlamentares.-----

----- - No dia trinta, às nove horas e trinta minutos, visitei a Quinta do Jardim, no Murganhal, é uma quinta do Século Dezassete, muito bonita, cujos moradores pretendem vender, mas não é fácil vender no mercado privado e colocaram o assunto à Câmara para esta a adquirir.

-----Mandei fazer a avaliação, como até maio estará pronto o Parque Urbano da Pedreira Italiana, da margem direita, com esta aquisição ficamos com a possibilidade de ligar toda a margem esquerda desde a Pedreira Italiana até Caxias com um grande parque urbano, que se vai juntar à Quinta do Ministério da Justiça, à Quinta da Cartuxa, ao Paço Real de Caxias, designadamente ao Jardim de Bucho e à Estação de Caxias.-----

----- - Nesse mesmo dia, às dez horas e trinta minutos, visitei a Unidade de Saúde



Câmara Municipal  
de Oeiras

Familiar, do Jardim dos Plátanos, no Centro de Saúde de Linda-a-Velha, e apresentaram-me a necessidade de ampliação do Centro de Saúde. -----

----- Não apresentaram ao Governo, apresentaram à Câmara, lá vamos nós estudar a possibilidade de ampliar ou fazer um novo Centro de Saúde, em Linda-a-Velha. -----

----- - No mesmo dia, pelas onze horas e trinta minutos, ocorreu a inauguração das obras de ampliação da Unidade Residencial Madre Maria Clara, na parte do Centro de Dia que já funciona no âmbito da IPSS - APOIO.-----

----- É um dos melhores Centros de Dia do Concelho e veio criar condições para aumentar o número de apoio em termos de apoio domiciliário, passando de oitenta para cem e o Centro de dia de cinquenta para oitenta.-----

----- Vai-se traduzir em melhoria de qualidade de vida para os idosos daquela zona.-----

----- - Às doze horas e trinta minutos teve lugar a inauguração da Sala de Estudo da Associação Pombal Vinte e Um.-----

----- Temos que reconhecer sempre o trabalho que os agentes sociais e culturais desenvolvem no Concelho e é indiscutível que com a nova Direção, o Presidente da Associação, está a procurar que a Associação se entrose com o Bairro, com as famílias, com as crianças e este projeto pode ter um efeito extraordinário cujos resultados se podem ver nos próximos três/quatro anos.-----

----- Isto significa que quando há projetos bons a Câmara Municipal apoia, portanto, haja projetos concretos e a Câmara Municipal apoia. -----

----- - Às dezasseis horas, visitei a Casa da Pesca, na Estação Agronómica Nacional, ao contrário do que aconteceu com o Parque dos Poetas, que já muito tarde se instalaram equipamentos de atendimento aos cidadãos, cafés, esplanadas, etc., pretendemos aqui, no momento em que possamos dizer que está aberto ao público, haja algum equipamento, cafetaria, para dar apoio aos visitantes. -----

----- - Dia Um de Maio, inaugurámos o Eixo Verde e Azul, que é de facto extraordinário, pois inaugurámos quatro quilómetros e meio de um contacto muito próximo entre as pessoas e a natureza, mas também é um exemplo vivo daquilo que tem sido o trabalho ao longo dos anos, das Câmaras Municipais de Oeiras, Sintra, Amadora e Cascais, no sentido da despoluição das ribeiras, se há trinta anos estas ribeiras eram linhas de esgoto, com mau cheiro, sem flora, sem fauna, hoje, naquele pequeno percurso já se consegue visualizar patos, galinholas, galinhas de água, rãs, pintassilgos, melros, rola turca, muito pássaros que ali arribaram e o que acontece no Vale de Algés, também acontece no Vale de Barcarena ou no Vale da Ribeira da Lage. -----

-----É uma alternativa ao Passeio Marítimo, até porque, brevemente, todos os eixos irão ligar ao Passeio Marítimo. -----

----- - No dia três, no Templo da Poesia, no Parque dos Poetas, ocorreu a apresentação do novo Portal da Câmara.” -----

### **13 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----**

-----Reportando-se às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, o **Senhor Vereador Nuno Neto** clarificou o seguinte:-----

-----“Relativamente à questão do amianto nos bairros, no início de dois mil e dezoito começámos a preparar um diagnóstico do estado de conservação de todos os bairros municipais.

-----Esse diagnóstico inclui o levantamento da presença de amianto, nas coberturas em especial e no Bairro Moinho das Rolas também nas anteparas, nas proteções dos estendais de roupa. -----

-----Temos em curso o plano de recuperação dois bairros, já terminámos o Bairro da Politeira, este verão terminamos o Bairro dos Navegadores, e esse plano contempla também a remoção do amianto, onde estiver a criar alguma situação de perigosidade, sendo que na generalidade apenas se encontra presente nas coberturas. -----

-----Já demos início ao estudo da substituição das coberturas do Bairro da Outurela que é



Câmara Municipal  
de Oeiras

onde se encontra presente em maior quantidade.-----

----- A questão está diagnosticada, está a ser acompanhada e existe já um plano de intervenção, que oportunamente faremos chegar aos Senhores Vereadores.”-----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu o seguinte:-----

----- “Nesta situação de pandemia não deixámos de apoiar os agentes culturais e está a ser antecipado o financiamento à gestão e manutenção das suas atividades, porque há, por exemplo, o pagamento de cinquenta por cento aos artistas e estamos a falar de quinhentos mil euros, que deveriam ter atuado nas festas e por via da sua não realização entendemos antecipar metade do custo.-----

----- Em relação à intervenção do Senhor Vereador Carlos Morgado, registo com muita simpatia o que disse em relação ao anúncio da minha candidatura, que será apresentada oportunamente.-----

----- Relativamente ao Senhor Vereador Joaquim Raposo, gostaria de dizer que o Senhor Vereador me enviou uma mensagem relativa ao que se passava na reunião da Assembleia Municipal sobre a Serra de Carnaxide.-----

----- Como sabem eu não sou politicamente correto, sou muito espontâneo, digo aquilo que penso e não quero que o Vereador pense que estou a ser injusto com ele, porque a análise que eu faço é uma espécie de libelo acusatório ao Vereador Joaquim Raposo, enquanto Presidente da Câmara da Amadora.-----

----- Sinceramente considero que o Vereador Joaquim Raposo, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Amadora foi um excelente Presidente de Câmara, é uma avaliação que eu faço de uma Câmara, que é nossa vizinha, que é uma irmã de Oeiras, pois a Amadora foi uma Freguesia de Oeiras e em mil novecentos e setenta e oito foi criado o Município e é indiscutível que a marca do Joaquim Raposo na Amadora é indelével, está lá, deixa o seu legado e não tenho dúvidas que fez um grande trabalho na Amadora e que fique claro que sempre o tive como um

bom Presidente de Câmara. -----

-----Às vezes há danos marginais de determinadas intervenções que fazemos e o que aconteceu ontem na reunião da Assembleia Municipal tem a ver com algo que se tem vindo a passar ao longo dos últimos meses. -----

-----Na realidade eu disse na reunião da Assembleia Municipal que o Plano tinha sido aprovado pelo Partido Comunista, que liderava a Câmara, que o Plano foi ratificado pelo Governo do engenheiro António Guterres, um Governo Socialista e que o processo teve andamento com um Presidente de Câmara socialista, mas tive o cuidado de dizer que, provavelmente, o Presidente da Câmara socialista não tinha condições de reverter aquele Plano, como o Presidente Isaltino em Oeiras não tinha condições de fazer reverter o Parque Urbano de Miraflores, mas está a ser acusado, por pessoas do PS, que o Presidente da Câmara de Oeiras, o Isaltino Morais, é o responsável por aquele parque e também tive oportunidade de dizer que aquele parque foi aprovado em mil novecentos e sessenta e dois, pelo Governo, não foi pela Câmara, foi novamente revisto em mil novecentos e setenta e dois, de novo pelo Governo, não pela Câmara, em mil novecentos e setenta e cinco/mil novecentos e setenta e seis foi intervencionado pelo Estado, a empresa Habitat foi intervencionada e o Estado tomou conta da empresa, em mil novecentos e setenta e sete/mil novecentos e setenta e oito foi devolvida aos proprietários, à Habitat e foi imediatamente desenvolvido um Plano que teve uma pequena revisão em mil novecentos e oitenta e dois e foi finalmente aprovado o Plano de Pormenor do Vale de Algés em mil novecentos e oitenta e cinco, pelo Governo também, ainda eu não era Presidente de Câmara, portanto o que se está lá a desenvolver corresponde ao Plano que foi aprovado, porque as competências eram do Secretário de Estado da Habitação e depois do Vinte e Cinco de Abril, particularmente a partir de mil novecentos e oitenta e três é que foram atribuídas mais competências aos Municípios em matéria de urbanismo.-----

-----O mesmo se diga em relação ao Porto Cruz, que é um projeto aprovado pela Câmara



Câmara Municipal  
de Oeiras

Municipal de Oeiras, estávamos a desenvolver um projeto de loteamento, estava em discussão pública e a Câmara podia fazer reverter, mas tinha que pagar uma indemnização de cem milhões de euros e não faz sentido a Câmara pagar uma indemnização de cem milhões de euros. -----

----- Tive oportunidade de dizer na reunião da Assembleia Municipal que quem punha em causa a legalidade do Plano, em vez de sistematicamente a pôr em causa, que recorressem para os Tribunais, para o Ministério Público. -----

----- Foi isso que fizeram, um grupo de cidadãos recorreu para o Ministério Público e este interpôs uma providência cautelar, vamos ver o que isso vai dar. -----

----- Já tivemos a experiência do chamado “Mamarracho dos Poetas”, que também foi embargado por uma providência cautelar e treze anos depois, depois de ter passado pela primeira, segunda e terceira instância, pelos Tribunais comuns, pela Relação e pelo Supremo Tribunal, acabou por dar razão quer à Câmara, quer ao Promotor e o dito “Mamarracho” está construído e não é tão “Mamarracho” como isso, é um edifício bonito. -----

----- Tive o cuidado de dizer isto tudo. -----

----- Não confundo o Vereador Joaquim Raposo com a atitude do Partido Socialista hoje, o problema é que o Vereador apanha por ricochete da atitude que os socialistas na Assembleia Municipal têm hoje, que apresentaram uma Proposta de Recomendação a desafiar a Câmara Municipal a associar-se ao Bloco de Esquerda e ao PAN para determinar que não pretende nenhuma construção na Serra de Carnaxide, que está de acordo com a classificação daquela zona, etc.. -----

----- Tive oportunidade de dizer que era demagogia, puro populismo do Partido Socialista, que nunca teve a preocupação de salvaguardar a Serra de Carnaxide do lado da Amadora e vem agora procurar que a Câmara Municipal de Oeiras adira a um processo que na realidade não passa de uma falácia do Partido Socialista, porque se alguém tem defendido a Serra de Carnaxide é a Câmara Municipal de Oeiras, é do domínio público, eles é que não querem ver, porque a

Câmara Municipal de Oeiras já comprou quarenta e sete hectares na Serra de Carnaxide, que foram arborizados pela Câmara em mil novecentos e noventa e um, os pinheiros, zambujeiros, sobreiros, as diferentes espécies florísticas que estão ali plantadas, fui eu que as andei a plantar ou mandei plantar, em mil novecentos e noventa e um o Professor Cavaco Silva esteve lá a plantar pinheiros.-----

-----O que dizem ser hoje um património natural, não é um património natural, é um património humano, é um património que tem trinta anos e que hoje tem um aspeto completamente diferente. -----

-----Sempre foi a Câmara de Oeiras que salvaguardou e o Partido Socialista não tem uma palavra para o que foi feito durante trinta anos na Serra de Carnaxide, se o PS dissesse que a Câmara de Oeiras ao longo dos trinta anos tem procurado salvaguardar a Serra de Carnaxide, realizou milhares de plantações de árvores, comprou quarenta e sete hectares de terrenos, o que dá cerca de cem hectares em Oeiras. -----

-----Ao nível do PDM podemos dizer que poderá haver vinte e sete hectares de implantação, não quer dizer que haverá, é no sentido de criar condições para salvaguardar mais trinta hectares de terreno, que podem vir para a Câmara a título gratuito, como contrapartida, caso contrário podem fazer uma reserva, uma classificação, mas depois os cidadão não têm acesso e nós queremos que a Serra de Carnaxide seja um parque urbano e para ser um parque urbano, é preciso que seja propriedade do Município, mas, de repente, o PS adere às teses do Bloco de Esquerda e do PAN e querem classificar a Serra passando por cima, branqueando completamente aquilo que tem sido a atividade da Câmara de Oeiras e nem sequer reconhecendo que o lado da Amadora, a seu tempo, deviam ter procurado salvaguardar a situação.-----

-----Com isto não quis atacar o Vereador Joaquim Raposo, antigo Presidente da Câmara.

-----A minha reação não é de natureza pessoal, é ao PS e a todos os partidos que agora, demagogicamente, estão a tomar uma posição que deviam ter tomado antes. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O que é que andaram a fazer nos últimos trinta anos? -----

----- Quando o engenheiro António Guterres era Primeiro Ministro e o Partido Comunista na Câmara já tinha aprovado aquele Plano, devia ter feito alguma coisa. -----

----- Em mil novecentos e oitenta e oito/mil novecentos e oitenta e nove eu propus ao Partido Comunista na Amadora a elaboração de um plano intermunicipal para a Serra de Carnaxide e o Partido Comunista rejeitou. -----

----- O problema da Serra de Carnaxide não é de hoje, mas naquela altura os socialistas andavam todos a dormir e os comunistas só defendem o ambiente nos concelhos onde não são poder, onde são poder fazem aquilo que entendem, onde não são criticam tudo o que se faz, reclamam que não há jardins, que não se faz nada, etc..-----

----- Acredito que Oeiras é o primeiro Município com mais área verde por habitante, mas, curiosamente, na semana passada, uma revista fez o Top Dez dos Municípios com mais verde por habitante e Oeiras aparece em sexto lugar, Cascais nem sequer aparece, mesmo que eu pense que é o primeiro, não é relevante que seja o sexto, sendo Oeiras o décimo primeiro em população, significa que se reconhecem que é o sexto em matéria de espaços verdes, é muito positivo e ainda não estava considerada a Estação Agronómica Nacional, nem o Convento da Cartuxa, nem o espaço que referi da Pedreira Italiana, quando for adicionado passamos para terceiro ou quarto.-----

----- Repito que não quis atacar o Vereador Joaquim Raposo.-----

----- Amadora era um Concelho muito deprimido, não quis aderir ao PER, o PER só avançou quando o Joaquim Raposo foi a Presidente de Câmara, porque o antigo Presidente não queria fazer habitação social, porque era uma responsabilidade do Governo, a Câmara não tinha que fazer habitação, era esta a prática dos autarcas do Partido Comunista. -----

----- Eu sei distinguir as coisas, por muita consideração que tenha pelo antigo Presidente Joaquim Raposo, não posso pactuar com as diatribes do Partido Socialista, na verdade o Partido

Socialista está-se- marimbando para o ex-Presidente Joaquim Raposo, porque se tivesse algum respeito, preparavam as coisas de modo diferente, até poderia haver um entendimento do que se poderia salvaguardar na Serra de Carnaxide, mas partindo daquilo que temos. -----

-----E o que temos?-----

-----Quarenta e sete hectares do lado de Oeiras. -----

-----Podemos alargar mais isto? -----

-----O problema é que isto surge num contexto de politiquice. -----

-----Há dias um partido foi fazer um vídeo promocional da campanha eleitoral de um candidato, na Serra de Carnaxide, encostado a uma pedra com uma inscrição a dizer que foi o Cavaco Silva e o Isaltino que reiniciaram o programa de florestação da Serra de Carnaxide e ele batia na pedra e dizia: “Este é o nosso legado, temos que respeitar o nosso legado e o património que está aqui...”-----

-----Estou convencido que não leu a placa, porque se tivesse lido e visse o meu nome tinha ido fazer o vídeo noutra sítio. -----

-----Portanto, não quis centrar no Vereador o problema, o Partido Comunista aprovou, o Governo Socialista ratificou e o Vereador Joaquim Raposo herdou e ao herdar tinha duas hipóteses: ou não dava andamento e tinha que indemnizar aquela gente toda e durante trinta anos a Câmara não fazia mais nada senão pagar indemnizações, ou deixar andar o que estava aprovado.-- -----

-----Eu também gostava que na margem esquerda de Miraflores não nascesse nenhuma construção, mas para o impedir são precisos cem milhões de euros e a Câmara não pode sacrificar para o benefício de mais qualidade de vida dos moradores de Miraflores, em prejuízo de todos os outros do Concelho, até porque vivemos num estado de direito.-----

-----Uma coisa é poder ou não fazer, outra coisa é ter autoridade moral para falar. Não é o Joaquim Raposo, o Partido Socialista não tem autoridade moral para apresentar uma Proposta de



Câmara Municipal  
de Oeiras

Recomendação como a que apresentou passando por cima de tudo o que a Câmara de Oeiras tem feito.-----

----- Senhor Vereador Joaquim Raposo, não o quis atingir, tenho o maior respeito por si e enquanto Presidente da Câmara reconheço que, Oeiras é Oeiras, Amadora é Amadora, Cascais é Cascais, e reconheço que durante o período que estive lá, indiscutivelmente, marcou e deu um salto qualitativo a Amadora, esse é um capital que o Joaquim Raposo tem.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Eu vi o vídeo e a forma como o Senhor Presidente se enervou com a provocação e o Senhor Presidente que é uma pessoa com experiência, com calo, conseguiu perder-se no ar, com a irritação de um membro da Assembleia Municipal do PS. -----

----- É verdade.-----

----- O problema não foi atacar o PS, já o disse, até porque há muito tempo eu tenho uma postura diferente daquilo que é o PS no Concelho de Oeiras, tenho uma maneira de pensar diferente, atuo de maneira própria, porque eu já fui poder e isto são os complexos de quem nunca foi poder, por isso está tudo mal e criticam tudo e eu não faço isso. -----

----- Este projeto é muito antigo e o Senhor Presidente disse que em mil novecentos e oitenta e oito/mil novecentos e oitenta desafiou o poder da altura na Amadora para a elaboração de um plano intermunicipal para a Serra de Carnaxide e não aceitaram, porque nessa altura já estavam a tratar deste projeto.-----

----- Na altura a proposta foi votada na Câmara e na Assembleia Municipal, por membros do PS, do PCP, do PSD, do CDS, ou seja, por toda a gente e de repente toda a gente condena aquilo que na altura aprovou e ninguém encostou a espada à parede, aprovaram porque quiseram, inclusivamente não cumpriram o PDM em vigor, por isso é que teve que ser ratificado no Conselho de Ministros.-----

----- O Senhor Presidente nunca me viu reagir em relação ao PS da Assembleia

Municipal, mas tive que reagir quando fez referência a quem era Presidente da Câmara, na altura, que era do PS, aliás, corroborou com a intervenção da Edite Estrela no Concelho de Sintra.-----

-----Se eu tivesse dito uma coisa idêntica do Presidente Isaltino, também tinha reagido como eu reagi.-----

-----Desiludiu-me um pouco, porque em relação às pessoas eu tenho uma certa forma de estar, até porque o Senhor Presidente sabe o que eu penso de si enquanto autarca.-----

-----Lembro-me perfeitamente quando ganhei as eleições, a pergunta que me fizeram, de que é que eu gostava de ser e eu respondi que gostava de ser como o Isaltino Morais e estava a falar em dezembro de dois mil e noventa e sete, porque vejo o que é o Concelho dele e vejo o que é o Concelho da Amadora, vejo que lá acabou com as barracas e aqui continuam a construir barracas, por isso tenho uma opinião perfeitamente definida pelo Senhor Presidente e por isso ninguém me faz ir para o caminho que eu não quero e o Senhor Presidente com a experiência que tem não se pode deixar ir por miúdos que por uma primeira provocação o Senhor Presidente reage, e mais grave, reagiu em relação a mim e não tinha nenhum motivo para o fazer, nem no passado, nem no presente.-----

-----Quem não se sente não é filho de boa gente, é evidente que fiquei sentido e convidado o Senhor Presidente a ver o vídeo sozinho e ver a intervenção que fez, nessa parte, e vai perceber, se se puser no papel de quem está longe, de quem não está na Assembleia e ouve aquele tipo de intervenção, que não pode ficar satisfeito.-----

-----Agradeço que tenha reconhecido que não foi nesse sentido, mas a verdade é que o alvo fui eu, se o objetivo deles foi conseguido? Foi, porque o Senhor Presidente reagiu em relação a mim e não aos membros da Assembleia.-----

-----Eu não guardo rancor.-----

-----Há uns que não me ferem, mas há outros, por quem tenho consideração e respeito que me ferem.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Vereador Joaquim Raposo, não falei uma única vez no seu nome, falei sempre no Partido Socialista.-----

----- Não era minha intenção e se entendeu essa interpretação, na verdade não era, porque eu estava a falar para o PS. -----

----- A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia falou no TIO e penso que deve estar para breve, porque recebi o Diretor do Teatro que me disse que já tinham a encomenda feita, mas vou averiguar qual é a situação. -----

----- Relativamente à barreiras arquitetónicas, quer ao nível da Câmara, quer ao nível dos trabalhos que as Freguesias têm vindo a fazer, tem sido uma constante a eliminação das barreiras arquitetónicas, particularmente ao nível das passadeiras e nalguns prédios cuja intervenção devia ser dos privados e que a Câmara Municipal tem vindo a assegurar, porque normalmente são prédios com condomínio antigos e têm muita dificuldade, principalmente na Avenida Carolina Michaelis, em Linda-a-Velha, mas um pouco por todo o lado, como é o caso do Parque dos Poetas que foram dadas orientações, sendo um equipamento moderno e recente, no entanto, na segunda fase tem uma zona de escadaria que uma senhora se for com o carrinho do bebé tem dificuldade em circular, de modo que se vai fazer uma rampa paralela à escada justamente para permitir melhor mobilidade.-----

----- O ideal é que os arquitetos quando fazem os projetos pensem nisso tudo, porque as orientações são essas, mas ainda há um trabalho muito grande a fazer, porque durante muitos anos não houve essa preocupação.-----

----- Temos um acordo com uma empresa para fazer esse trabalho em casas particulares, quando há deficientes, de modo a facilitar a mobilidade e a acessibilidade.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** acrescentou o seguinte: -----

----- “Genericamente temos essa preocupação e está subjacente a todas as empreitas

genéricas e específicas.-----

-----A remoção da calçada em vidro também estamos a fazer por pavimento betuminoso, criando corredores mais acessíveis, mais confortáveis e mais seguros.”-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Quanto ao amianto, para o próximo ano fica erradicado em todas as escolas.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** acrescentou o seguinte: -----

-----“Os Senhores Vereadores têm acompanhado face às propostas apresentadas de decisão de contratar, bem como das adjudicações, portanto têm acompanhado a dinâmica das empreitadas, a maioria delas, vai-se iniciar agora, para se aproveitar a primavera e o verão, melhor altura para mexer nas coberturas, não só nas escolas, mas em todos os quartéis dos Bombeiros, na PSD que atribuímos um subsídio para a remoção do amianto.”-----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“Ainda bem que o Senhor Vereador Armando Soares falou no Obelisco, porque, ultimamente, uma minoria, tem feito ruído, procurando confundir as pessoas, no sentido de minorizar aquela obra, que seria um símbolo maçónico, mas isso também traduz a ignorância das pessoas, quando querem dizer mal, dizem, porque a maçonaria é uma jovem organização, tem trezentos anos, os Obeliscos têm cinco mil anos, o primeiro Obelisco encontrado data de três mil anos antes de Cristo e nem sequer chegou a ser acabado.-----

-----Os Obeliscos têm as mais diversas simbologias, desde a homenagem a uma constituição, a uma batalha, a uma personalidade importante, a heróis, há um Obelisco na cidade de São Paulo, que o Vereador Armando Soares não referiu, que tem uma característica muito interessante, é alusivo à Constituição Brasileira de mil novecentos e trinta e dois e cada vez que há uma violação da Constituição é posto um sinal no Obelisco, no nosso caso concreto a homenagem é aos escultores, aos poetas e aos mecenas. -----

-----Tenho procurado ir lá para ver as reações das pessoas e verifico que já é o objeto



Câmara Municipal  
de Oeiras

mais fotografado do Parque.-----

----- Muitas pessoas me dizem que não tinham percebido, mas ao verem os nomes perceberam que era uma homenagem aos poetas e aos escultores. -----

----- É mais um objeto cultural.-----

----- A publicidade negativa feita é tanta, que acaba por ser proveitosa, porque vi um casal de estrangeiros com uma criança a tirar fotos, ele é o treinador da equipa de “rugby” do Técnico, que está em Portugal há dois anos e viu nas redes sociais falar no Obelisco, nunca tinha ido ao Parque dos Poetas e foi lá ver o Obelisco e disse que estava encantado, porque nunca pensou em Portugal encontrar um Parque como aquele, com tanta escultura, com arte pública, etc., de modo que só pela publicidade que foi feita, já está pago, porque era importante que o Parque dos Poetas fosse apropriado pelos cidadãos e nos últimos fins de semana tem sido uma coisa extraordinária, mas eu acho que o que veio valorizar o Parque foi a construção as duas pontes, que ligam as três fases, criaram condições para as pessoas viverem mais o Parque, porque iam para uma fase, tinham que ir para a rua para passar para a outra e agora não, criou condições de apropriação do Parque. ----

----- Possivelmente até ao fim do ano iremos ter mais um restaurante e uma cafetaria, isso vai valorizar muito o espaço e vai ser um chamariz.-----

----- Naturalmente que daqui a meia dúzia de anos se ponha bilheteira no Parque dos Poetas, situação que logo desde o início foi pensada, mas quando estiver concluído o Templo da Água, o Templo da Poesia com mais ocupação cultural, provavelmente será cobrado um bilhete que dá acesso aquilo tudo.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

----- “Sobre toda a comunicação que houve do Obelisco foi detetado e publicitado um erro ortográfico que constava na inscrição junto ao Obelisco, ou seja em vez de “lazer” estava “laser”, tendo em conta o respeito que temos que ter pela língua portuguesa, como já foi referido nesta

reunião, gostaria de saber se está previsto fazer a correção deste erro, o qual não é admissível.” --

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Tem toda a razão e esse é um dos pontos em que as pessoas têm razão, porque é imperdoável aquele erro ortográfico, mas penso que a placa foi tirada imediatamente e está a ser refeita, mas penso que houve confusão porque o momento ia ter “laser”.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** explicou o seguinte: -----

-----“No dia da inauguração foi detetado o erro e foi solicitado de imediato ao empreiteiro para corrigir, e o empreiteiro neste momento está a substituir a questão do “laser”, a iluminação sénica lateral e a placa de gravação, a custas do próprio empreiteiro, porque o erro terá sido dele.”-----

#### **14 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, CARLOS BERNARDES: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal do **Senhor Presidente** exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Carlos Bernardes.-----

-----O qual deverá ser transmitido à família e à Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

#### **15 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR A JOÃO MATOS, PAULO CÉSAR VAZ MENDES (PAULETA) E DIOGO SANTOS:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal do **Senhor Vereador Carlos Morgado**, exarar em ata um voto de louvor aos três atletas, que se sagraram Campeões Europeus de Futsal, que fizeram a sua



Câmara Municipal  
de Oeiras

formação em clubes do Concelho: João Matos, no Clube de Carnaxide Cultura e Desporto, tendo sido já homenageado neste mandato num Sete de Junho, o Paulo César Vaz Mendes (Pauleta) que nasceu no Alto de Santa Catarina e, mais tarde, viria a mudar-se para o Bairro Bento de Jesus Caraça, fez a sua formação no Clube Recreativo Leões de Porto Salvo tendo chegado ainda à sua equipa sénior, e o jovem de dezoito anos, Diogo Santos, que fez a sua formação no Clube Recreativo Leões de Porto Salvo e no Clube de Futsal de Oeiras, todos atletas do Sporting Clube de Portugal, o qual lhes deverá ser transmitido. -----

**16 - ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ARTISTA JULIÃO SARMENTO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal do **Senhor Presidente** exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do artista Julião Sarmiento -----

----- O qual deverá ser transmitido à família.-----

**17 – APRESENTAÇÃO SOBRE AS INTERVENÇÕES EM LINHAS DE ÁGUA MUNICIPAIS:---**

----- Antes de dar início à apresentação a **doutora Sílvia Breu** salientou o seguinte: -----

----- “Oeiras é traçada por cinco linhas de água principais, as Ribeiras da Lage, Porto Salvo, Barcarena, Algés e o Rio Jamor. -----

----- Entre as linhas de água principais e os afluentes, o território tem uma rede hidrográfica com cerca de noventa quilómetros lineares, é expressivo.-----

----- O que vai ser apresentado é o trabalho que tem vindo a ser feito ao nível da limpeza, manutenção, monitorização, sensibilização e restauro das galerias ripícolas.-----

----- Aquilo que hoje assistimos nas linhas de água contrasta claramente, como era há vinte anos atrás, quando começámos a tomar conta das linhas de água e a intervir nas mesmas. ---

-----O culminar deste trabalho, entre outras coisas, é o facto de todas as praias oficiais de Oeiras serem galardoadas com a Bandeira Azul, é um facto inédito, é o único Município que tem todas as suas praias oficiais com esta Bandeira.” -----

-----Sobre as intervenções em Linhas de Água Municipais, a **doutora Selma Rodrigues** fez uma apresentação através da aplicação WebEx da Cisco, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital.-----

-----O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

-----“Agradeço esta apresentação, estava muito bem.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** teceu os seguintes comentários: -----

-----“Gostaria de agradecer à minha equipa que tanto orgulho me dá em trabalhar com eles nestas apresentações.-----

-----No âmbito da Divisão de Gestão Ambiental, assim como, de todas as unidades orgânicas do Departamento de Ambiente, temos a Administração Direta como sempre tivemos, mas nestas matérias que são, absolutamente nucleares no Departamento de Ambiente, é imprescindível o “outsourcing”. -----

-----Iniciámos o “outsourcing” neste mandato, estamos a fazer o investimento financeiro que é significativo, cerca de dois milhões e meio de euros para estas duas ações, entre a limpeza dos infestantes e o desassoreamento. -----

-----É um trabalho contínuo e permanente, nunca se vai esgotar, hoje retiramos as canas e daqui a dez dias já há mais no mesmo local, a administração direta e o “outsourcing” vão ter que acompanhar sempre o trabalho nestas matérias.-----

-----O investimento como vêm é significativo e ainda hoje tive o cuidado de remeter para os meus dois departamentos a taxa de execução e, no ano passado, nesta altura, era de dois vírgula quatro por cento e hoje é de vinte e seis ponto dois por cento, onde está muito estruturado nestes investimentos o que temos feito nas linhas de água. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Ao fazermos este investimento temos uma fruição plena dos corredores ribeirinhos, podemos testemunhar isso na inauguração que tivemos no dia Um do Maio no Eixo Verde e Azul, o Senhor Presidente teve a oportunidade de dizer isso no seu discurso de inauguração, o que era o rio Jamor há trinta anos e o que é agora.-----

----- Este investimento proporciona uma fruição plena das linhas de água, mas também das suas margens e é o resultado que temos nas praias, este ano mais uma vez as praias de Santo Amaro, Torre, Paço de Arcos e Caxias tiveram a Bandeira Azul, assim como o Porto de Recreio.

----- É ponto de honra parabenizar todas as equipas envolvidas nesta temática, conseguimos provar isso no dia Um de Maio, mas também vamos conseguir comprovar o resultado da Divisão de Gestão Ambiental no dia Sete de Junho na Sessão Solene e no dia Dez de Junho, quando fizermos o convite à população para visitar a Estação Agronómica Nacional. --

----- Conseguem ver todo o trabalho que foi feito na Ribeira da Lage, muito trabalho ainda vai ser feito com a construção de uma bacia de retenção a norte e todo o trabalho que é feito nas margens da Estação Agronómica, é um trabalho titânico que tem sido feito no último ano e meio e tenho a certeza absoluta de que os cidadãos vão ficar muito orgulhosos no trabalho que a Câmara Municipal de Oeiras tem feito neste espaço, o que comprova que o acordo de gestão que a Administração Central cedeu a gestão ao Município, foi um acordo muito sensato em que a Câmara honrou as suas responsabilidades.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** teceu o seguinte comentário: -----

----- “Em nome da CDU quero saudar esta apresentação que foi muitíssimo clara, que nos dotou de uma forma muito transparente na abordagem do conhecimento concreto sobre aquilo que se está a fazer, as imagens ajudaram muito a complementar a informação daquilo que estava a ser dito, queria dar os parabéns pela apresentação que foi preparada e pela forma como foi feita.

----- A pergunta que queria fazer centra-se numa questão que para a CDU e para os Verdes em concreto, é absolutamente importante, porque não termos uma conceção de

valorização e preservação da biodiversidade apenas nas áreas que são classificadas, designadamente a nível nacional ou municipal, mas pugnamos para que fora dessas áreas classificadas haja uma continuidade dessa preocupação, relativamente à valorização da biodiversidade. -----

-----O espaço urbano ao contrário daquilo que se considerava há uns anos atrás, e julgo que houve uma alteração de paradigma muito importante nesse sentido, é um espaço muito propício à valorização e à promoção da biodiversidade e aqui está um exemplo concreto de uma intervenção bastante completa e complexa que pode promover esse objetivo. -----

-----Acho importante que a par de um objetivo de limpeza, de desassoreamento esteja a ser feita esta componente também de identificação das espécies de uma forma que me pareceu muito cuidada.-----

-----Já percebemos que o horizonte temporal desta intervenção serão os três anos, depois haverá uma continuidade, relativamente ao trabalho de manutenção e de monitorização e isso ficou claro, mas gostava de saber se esse trabalho de monitorização contínua vai abranger também esta monitorização, relativamente à identificação das espécies e à presença de espécies e até ao seu eventual crescimento nestes espaços que se estão a intervencionar.-----

-----Gostava de ter essa garantia quanto à manutenção e à monitorização que como dizia a Senhora Vereadora não terá fim.” -----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** salientou o seguinte: -----

-----“Gostaria de dar os parabéns, quer à doutora Sílvia Breu, quer à doutora Selma Rodrigues, com a gestão da Senhora Vereadora Joana Baptista, pelo orgulho, o privilégio de vivermos em Oeiras, num Município que consegue conviver o meio urbano com tão bom ambiente.-- -----

-----Hoje falou-se nas intervenções das linhas de água municipais, mas podíamos falar da preservação do património arbóreo, património arquitetónico, etc., e na verdade, tem sido um



Câmara Municipal  
de Oeiras

grande trabalho, neste caso, da Divisão de Gestão Ambiental.-----

----- Na área de todo o ambiente é bastante difícil, tenho essa consciência, o Estado só complica, a legislação não é sempre favorável àquilo que é uma gestão eficiente e cuidada como deveria ser apurada, vivemos isso quando foi a questão dos lixos durante o mandato, é lamentável, mas é preciso lidar com a legislação como ela está.-----

----- Espero que algum dia o Município possa evoluir noutros sentidos possíveis, talvez facilitar um pouco, há uma velha ideia, nomeadamente na gestão dos resíduos sólidos urbanos de avançarmos um dia para uma entidade empresarial municipal, não digo necessariamente isto em toda a área do ambiente, mas a verdade, é que aquilo que nós temos conseguido fazer com recursos próprios, tem sido verdadeiramente fascinante, os meus parabéns pelo trabalho que tem sido exímio.”-----

----- **O Senhor Vereador Pedro Patacho** frisou o seguinte: -----

----- “Gostaria de me associar aos parabéns à equipa e fazer uma modesta sugestão, como se sabe costuma-se dizer que a ignorância é a mãe da felicidade e há tanta ignorância por aí que algumas pessoas com muita felicidade dedicam-se a dizer as maiores barbaridades e asneiras, parecendo que não se está a fazer nada nas ribeiras, que não estão a ser tratadas, que não é identificada a biodiversidade, que há coisas que não são acauteladas. -----

----- Deixo uma modesta sugestão que é divulgar este trabalho através de materiais dedicados aos nossos munícipes para perceberem como estão a ser cuidadas as nossas ribeiras e o hercúleo trabalho que se está a fazer e que a todos beneficia, porque nunca é demais informar as pessoas sobre aquilo que se está a fazer, parece que muita gente não sabe.”-----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** referiu o seguinte: -----

----- “Gostaria de me congratular pelo trabalho que é feito pela Câmara Municipal e dar os parabéns à equipa que preparou esta apresentação. -----

----- Sou daquelas pessoas que dá mesmo muita importância, o ambiente não é dos

ambientalistas, é de todos, fazer ressaltar aqui a importância gigante do trabalho que aqui foi apresentado.-----

-----A par deste trabalho que vem sendo desenvolvido há muitos anos, o Programa de Educação Ambiental tem levado às crianças deste Concelho a noção da importância e do respeito pelo ambiente.-----

-----É uma manifestação do trabalho que aqui foi apresentado e na sequência do que disse o Senhor Vereador Pedro Patacho associar-me também ao que ele disse, referindo que este Programa de Educação Ambiental, que agora pode ser apresentado no terreno, deve ser alargado o conhecimento a todos para que todos tenham consciência da importância do trabalho que é feito todos os dias no Concelho de Oeiras e não só.-----

-----Esta transformação das linhas de água é um trabalho que é de muitos, elas têm origem também noutros Concelhos e o trabalho que é articulado e concertado com os outros municípios aqui à volta é também mérito desta equipa, nesse sentido associar-me ao voto do Senhor Vereador Pedro Patacho dizendo que este trabalho deve ter uma ampla divulgação, para que os munícipes vejam que ele está a ser levado a cabo, que ele está a ser transmitido às novas gerações e que tem que ser um compromisso de todos a salvaguarda do património ambiental.”--

-----O **Senhor Vereador Carlos Morgado** frisou o seguinte:-----

-----“Gostaria de felicitar também as doutoras Sílvia Breu e Selma Rodrigues e a Senhora Vereadora Joana Baptista como responsável política pelo pelouro, não só por esta brilhante apresentação, onde é bem visível o excelente trabalho que tem sido feito nas várias linhas de água e como já foi referido nas várias informações “Antes da Ordem do Dia”, esse trabalho é bem visível e pode-se constatar no terreno, nomeadamente na Ribeira da Lage, aquela que eu conheço melhor e também no Rio Jamor, onde foi agora inaugurado o primeiro troço do Eixo Verde e Azul, onde é perfeitamente visível o trabalho exaustivo que tem sido feito.-----

-----Quero felicitar toda a equipa por esse excelente trabalho.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Marlene Rodrigues** mencionou o seguinte:-----

----- “Eu já tinha mandado um SMS à Senhora Vereadora Joana Baptista relativo ao corredor Eixo Verde e Azul, que foi há pouco tempo objeto de um passeio muito bonito no qual eu não estive presente. -----

----- Associo-me às palavras do Senhor Vereador Pedro Patacho, é muito injusto confundir toda uma retórica, uma narrativa das podas e do trabalho que é mal feito, quando existe um conjunto de intervenções que visam desde a limpeza das ribeiras à requalificação das mesmas, à preservação das espécies, da biofísica das ribeiras, ao usufruto pedonal, que é tão bonito agora nesta fase de maior liberdade podermos usufruir da natureza. -----

----- De facto, devia haver uma informação a contrariar toda uma política de constante maldizer, quando existe trabalho tão importante que tem sido feito pela equipa do ambiente na alçada da Senhora Vereadora Joana Baptista.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar, dar os parabéns a toda a equipa na pessoa da Senhora Vereadora Joana Baptista, à doutora Sílvia Breu, que muito bem está nesse lugar, a sua alegria e a forma como apresenta as propostas só mostra que está no lugar certo, foi pena ter demorado tanto tempo a chegar lá, porque estaria muito melhor na área do ambiente, isso é graças à equipa que se tem, nós temos técnicos à altura, sempre disse isto. -----

----- A Câmara de Oeiras tem a possibilidade, a sorte e o saber de escolher bons técnicos, mantê-los não podendo numerá-los de uma maneira diferente do ponto de vista do carinho e sempre de uma palavra amiga, quando fazem bem é reconhecido, quando fazem mal e isso acontece a todos os que trabalham, não tem mal nenhum desde que sejamos sinceros e que reconheçamos quando fazemos bem.-----

----- Há a parte política e a parte técnica e aquilo para mim não é nenhuma surpresa, sabia que era capaz disto e de muito mais.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** mencionou o seguinte: -----

-----“Também concordo que a doutora Sílvia Breu está muito mais feliz desde que é Diretora do Departamento de Ambiente, nota-se perfeitamente, está à vista de todos.-----

-----Quanto às questões apontadas pela Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, temos tido o cuidado em todas as linhas de água, em todos os corredores ribeirinhos, publicitarmos toda a sua riqueza e diversidade presente.-----

-----Suponho que a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia não tenha estado presente na inauguração do Eixo Verde e Azul, mas esteve o Senhor Vereador Nuno Boavida e percebe-se que ao longo de todo o seu percurso existem painéis que elucidam toda a biodiversidade presente, bem como, na Estação Agronómica Nacional, provavelmente a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia anda não teve o prazer de visitar.-----

-----Neste momento, está a ser feito um guia da biodiversidade municipal, onde existe toda a biodiversidade fauna e flora existente em Oeiras e onde também publicitamos todos os percursos para famílias e para as escolas, é fundamental publicitar, não basta ser.-----

-----Tenho que dar razão ao Senhor Vereador Pedro Patacho devíamos publicitar este trabalho em toda a sua componente positiva, porque existe muita desinformação alimentada face à maleficência das redes sociais, mas são os dias de hoje, temos que nos confrontar com aquilo que são as redes sociais, ainda ontem tivemos uma apresentação sobre uma via na Assembleia Municipal e por mais informação que possamos dar sobre a matéria e sobre a pertinência daquela via, o que é certo é que, não obstante isso, as redes sociais posteriormente continuam a causar desinformação com base em maleficência.-----

-----No que respeita às linhas de água concordo e vou propor ao Senhor Presidente a publicitação deste trabalho nas necessárias plataformas.”-----

-----A **doutora Sílvia Breu** mencionou o seguinte:-----

-----“Queria agradecer em meu nome e de toda a equipa as amáveis palavras que tiveram.



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dizer também que sou muito feliz, porque também tenho uma equipa que todos os dias me faz muito feliz e isso vale sempre a pena. -----

----- Relativamente ao material que se retira do desassoreamento, os inertes que de lá retiramos estamos a usá-los para requalificação dos novos espaços verdes, nomeadamente nas rotundas que têm visto como acabadas os que aí se encontram foram retirados das ribeiras, estamos a tentar ir aproveitando aquilo que tiramos para a economia circular mais ou menos. ----

----- Estamos mesmo a terminar o Plano Estratégico de Biodiversidade, que depois a Senhora Vereadora Joana Baptista fará chegar e que sistematiza um pouco aquilo que estamos a fazer na área da biodiversidade, que como puderam ver é muito importante para nós, temos toda a gente muito empenhada nisto, é uma alegria.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Quero felicitar esta equipa, tem feito um bom trabalho, mas normalmente, quem mais trabalha é a quem mais se exige, quanto mais coisas fazem, mais se pretende que se faça e a recomendação que dou a esta equipa é a que faço a mim mesmo. -----

----- Esta coisa das redes sociais, todo esse ruído, nós não temos hipótese de os combater, porque era preciso não fazermos outra coisa, temos que informar e há muita informação a dar, mas não nos podemos preocupar excessivamente com o ruído das redes sociais, acontece em todas as dimensões nas diferentes áreas, mas tenho a consciência que a generalidade dos cidadãos e aqueles ambientalistas, mas também se usa depreciativamente a expressão ambientalista, porque há ambientalistas sérios, designadamente vocês, que estão a trabalhar no ambiente, mas há muita gente que, por vezes, fala no ambiente de uma forma mais acalorada, que nós etiquetamos de olha mais um e não é verdade. -----

----- Há muita gente que se preocupa com o ambiente de uma forma séria, que dá sugestões, que dá contributos e que nós devemos de aceitar, essas pessoas apercebem-se do trabalho que se está a fazer.-----

-----Quando há pouco a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia falava no problema da biodiversidade em espaço urbano, é indiscutível que têm sido feitos progressos extraordinários e uma das coisas que verifico, porque vou muito ao Parque Urbano de Miraflores e tenho o cuidado de circular por onde muita gente não circula, entro no meio dos choupos e vou à linha de água para ver se há peixes, patos, galinholas e um destes dias fiquei encantado porque vi lá uma galinha de água preta de bico vermelho, são espécies muito raras, não é em qualquer linha de água que se encontra estas galinhas. -----

-----Julgo que, neste momento, em todas as ribeiras do Concelho há galinhas de água, também vejo os pardais, os pintassilgos, os melros, as rãs, toda aquela fauna que há por ali e já muitas pessoas com crianças a passear por ali e mostrarem-lhes as espécies que há ali. -----

-----A educação ambiental faz-se na escola e estamos a fazê-lo, mas também aqui os pais têm um papel muito importante que é levá-los a ver as coisas. - -----

-----Já recomendei à doutora Sílvia Breu para plantarem árvores de fruto, como seja amoreiras, figueiras, porque há pássaros de arribação que vêm agora, como seja o rouxinol, o tralhão e vêm comer as amoras das silvas, entre o mês de junho e agosto desde que haja comida eles vêm e chegam da zona de Marrocos, como seja as rolas e quando começa o frio voltam para lá, desde que haja comida eles aparecem e, por isso, é fundamental continuarmos a plantar árvores de fruta, designadamente amoreiras, até porque mesmo os humanos comem as amoras. --

-----No jardim de Algés junto ao Caravela de Ouro há ali quatro ou cinco amoreiras que dão as amoras brancas muito saborosas, o mesmo acontece com as nêspersas junto à Estação Agronómica Nacional, portanto, Senhora Vereadora Heloísa Apolónia estou inteiramente de acordo e acho que os Serviços estão a fazer esse trabalho. -----

-----Nos últimos trinta anos, quer ao nível da fauna, quer ao nível da flora, têm sido dados passos extraordinários e é, por isso, que eu sou um otimista nessa matéria, porque quando oiço fazer discursos catastróficos do ponto de vista ambiental, acho que muita gente não está a



Câmara Municipal  
de Oeiras

acompanhar as transformações que estão a acontecer por todo o mundo, em Portugal e, designadamente em Oeiras, a paisagem que temos hoje é muito diferente da que tínhamos há trinta anos. -----

----- Às vezes, até levamos com alguma ironia aquele trabalho da plantação das papoilas na Estação Agronómica Nacional para as borboletas e para as abelhas, tudo isso é importante e as pessoas se tiverem conhecimento que as coisas existem e que as visitam, vão-se apropriando, vão reconhecendo o trabalho que se está a fazer. -----

----- Vamos divulgar, tudo quanto seja informação, nunca é demais, mas o que é importante é que as coisas aconteçam e vocês estão a fazer acontecer e quando as coisas acontecem é sempre uma satisfação enorme, mais uma vez os meus parabéns.”-----

**18 - PROPOSTA Nº. 1171/20 - GAP - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS:-----**

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

**19 - PROPOSTA Nº. 288/21 - DOM - Pº. 2021/58-DGEP - “EXECUÇÃO DE PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL, EM ALGÉS” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO:-----**

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

**20 - PROPOSTA Nº. 328/21 - DGP - ATRIBUIÇÃO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE:-----**

----- I - O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Começo por agradecer o cuidado e o acompanhamento que o Senhor Vereador Joaquim Raposo deu a esta matéria.-----

-----Para explicar o que é que aconteceu desde a última reunião até hoje, na sequência da sugestão do Senhor Vereador Joaquim Raposo foi pedido um parecer final ao Professor Veiga Moura, que está já anexo à proposta de deliberação. -----

-----Sobre a questão que foi levantada pelo Senhor Vereador quanto à atribuição de suplemento que nós considerámos como funções afins veio o Professor Veiga Moura dizer que estas funções afins, contendo ligação ou nexos à lista de funções descrita na Lei do Orçamento de Estado, permitiriam a atribuição do suplemento de penosidade.-----

-----Nessa sequência foram pedidas as devidas fundamentações aos Serviços e resultou dois pontos. -----

-----Ponto um: A lista de funções afins foi depurada e foram eliminadas seis funções, cuja justificação não se encontra fundamentada, que eram fiéis de armazém, dois Assistentes Operacionais, ele diz que são administrativos e Assistente Operacional Motorista de Passageiros, portanto, a lista de funções afins passa a ficar resumida aos funcionários da limpeza urbana afetos aos mercados e estes têm toda a ligação que se encontra fundamentada à matéria de resíduos e tem também os carregadores, porque a fundamentação vem considerar especial a penosidade dos carregadores. -----

-----Outra alteração podem ver identificada na lista como DVM, aqui foram retirados os motoristas de passageiros, uma vez que não há qualquer ligação destes quanto à matéria de resíduos urbanos, considera o Professor Veiga Moura que não havia enquadramento legal para fazer a relação entre estas tarefas, tal como vêm descritas na lei. -----

-----Quanto ao resto mantém-se. -----

-----Tenho comigo o parecer do Professor Veiga Moura que está junto a todo o processo e tenho comigo a fundamentação que foi apresentada em relação a estas funções afins e foi esta a alteração que resultou da última reunião para agora. -----

-----Devemos agradecer nesta matéria a colaboração que tivemos, quer dos sindicatos,



Câmara Municipal  
de Oeiras

quer da Comissão de Trabalhadores, estruturas representativas, e tentámos que a interpretação quanto à aplicação do suplemento de penosidade fosse tão abrangente quanto possível, não havendo desligamento daquilo que é o conceito legal do suplemento.-----

----- Acolhemos uma série de sugestões das estruturas representativas, acolhemos as boas opiniões que foram também transmitidas pelo Senhor Vereador, acolhemos todas as sugestões que foram apresentadas pelos Serviços. -----

----- Não nos foi possível acolher tudo o que era o entendimento das estruturas representativas dos trabalhadores, sabemos que às estruturas representativas dos trabalhadores compete sempre pugnar pela melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores, por um substancial aumento dos rendimentos líquidos dos trabalhadores e havia posições que entendiam pelo pagamento do suplemento, pela taxa máxima a todos os trabalhadores.-----

----- Ora, não é esse o entendimento da lei, não é esse o entendimento que fizeram os Serviços e não foi esse o entendimento de equidade e de justiça relativa, que nós também entendemos nesta proposta.-----

----- Dizer também em jeito de conclusão, que este suplemento de penosidade era uma matéria há muitos anos aguardada pelos trabalhadores e pelas entidades empregadoras e que a aplicação deste suplemento de penosidade vem melhorar substancialmente todos aqueles que abrange em termos de remuneração. -----

----- Eu sei que é uma proposta que não agrada a todos até porque sabemos que a Administração Pública é mal paga, todos gostavam de poder pagar mais e melhor aos nossos funcionários, a verdade, é que o espírito da lei é este, ao definir três escalões, ao definir níveis de penosidade, foram seguidos todos os trâmites que entendemos adequados e resultou nesta proposta que vem melhorar a remuneração de quinhentos e setenta e quatro trabalhadores desta casa.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** mencionou o seguinte: -----

-----“Eu não assisti à discussão que foi feita na última reunião, porque esteve presente o Senhor Vereador Nuno Boavida, de qualquer modo, eu gostava de dizer algo sobre isto para que fique marcada a posição da CDU, tendo em conta que as forças políticas que integram a CDU têm de há muitos anos a esta parte, reivindicado a existência deste suplemento de salubridade, penosidade e risco para os trabalhadores das Autarquias Locais e é por isso que constatamos a falta de regulamentação da legislação de mil novecentos e noventa e a presença neste Orçamento de Estado de dois mil e vinte e um, uma norma que prevê este suplemento de penosidade e salubridade de uma forma restrita, face àquela que era a justiça de aplicação deste suplemento. --

-----Ficam muitos trabalhadores de fora de uma forma, na nossa perspectiva, inadmissível, por exemplo, os trabalhadores das designadas áreas verdes, que utilizam diversa maquinaria, que estão em contacto regular com microrganismos e agentes biológicos foco génitos, que estão sujeitos a condições atmosféricas como o frio e se nos lembrarmos dos trabalhadores assistentes operacionais com funções auxiliares de limpeza, e é decorrente da própria norma e do próprio Orçamento de Estado e da sua interpretação, estamos a aplicar este suplemento de uma forma restritiva. --

-----Face àquilo que referiu o Senhor Vereador Nuno Neto, eu gostava de colocar uma questão sem querer, obviamente, obstaculizar a votação da proposta, de modo nenhum, mas se não considerava que face a esse esclarecimento que acabou de referir, a alteração do universo dos beneficiários, se assim posso dizer, se não seria de também voltar a ouvir as estruturas representativas dos trabalhadores em relação a esta matéria.-----

-----Por outro lado, gostava, se possível, que me especificassem a aplicação deste suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores dos SIMAS que lidam com o saneamento e também aos trabalhadores da Oeiras Viva.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Em relação a esta matéria desde o início que tive a oportunidade de a acompanhar



Câmara Municipal  
de Oeiras

com o Senhor Vereador Nuno Neto, estamos de acordo em algumas situações, mas há uma diferença clara entre aquilo que é este suplemento remuneratório que advém do Orçamento Geral do Estado e está direcionado para quem especificamente desempenha estas funções tipificadas, em relação aquilo que é uma legislação aprovada há vários anos e que, de alguma forma, lhe faltou aprovar as Portarias Regulamentadoras, que tinham que ver com o subsídio de risco, salubridade e penosidade.-----

----- É evidente que esse regulamento tinha um objetivo, ser muito mais abrangente do que este que aqui está.-----

----- Na altura, alguns trabalhadores achavam que tirar fotocópias era um risco e, como tal, essas funções deveriam estar incluídas, levantaram-se muitas questões, mas não foi possível, na altura aprovar essa portaria.-----

----- Recordo-me de no final da legislatura passada, ter sido apresentada uma proposta da CDU sobre a portaria regulamentadora, de ter havido um documento assinado por apoiantes, para que pudesse ser a Assembleia a definir a situação da portaria, o Governo é que tinha a obrigação de a fazer e não o fez.-----

----- Na altura, consegui a subscrição da proposta por parte de vinte deputados da bancada do Partido Socialista, sendo a grande maioria ex-Presidentes de Câmara, Vereadores, Presidentes de Assembleias Municipais e Presidentes de Juntas de Freguesia e criar uma maioria parlamentar para aprovar a proposta da CDU, infelizmente a maioria do Parlamento que se constituiu, chumbou a proposta.-----

----- Recordo-me que vários autarcas, continuaram a processar o subsídio de Penosidade, Risco e Insalubridade, apesar da não publicação por parte do Governo da portaria regulamentadora, o que levou à condenação com pesadas multas muitos autarcas, lembro-me de um Presidente de Câmara da CDU que foi condenado a pagar uma pesada multa durante vários anos.-----

-----De maneira que, sobre esta matéria é preciso ter algum cuidado e tive a oportunidade de ir ver o que vários Municípios decidiram sobre esta matéria, por exemplo a Câmara do Porto, queria saber como é que esta Câmara reagia em relação a esta matéria, mas tem uma situação diferente, porque tem uma empresa que abarca a limpeza e outros setores e, como tal, está dentro da própria função da empresa, o que tem que ser validado pela Câmara e nem sei se pela Assembleia Municipal.-----

-----Toda a gente diz que o que devia de haver era a regulamentação da portaria de um projeto de lei que foi aprovado e que nunca foi regulamentado sobre esta matéria. -----

-----Depois fui ver a Câmara de Coimbra, tendo em conta que é presidida pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios, a posição não está muito longe da circular remetida pela DGAL acerca desta matéria. -----

-----Também procurei ver Câmaras do Partido Socialista, independentes e de outros partidos, no Norte, no Centro, no Litoral, nas Beiras, no Alentejo, e na Área Metropolitana de Lisboa, Almada, Cascais, Setúbal, Moita, Seixal, Loures e Odivelas e estas duas últimas têm uma gestão conjunta dos SMAS que integra para além da água, o saneamento, a higiene urbana e a recolha de resíduos.-----

-----A Câmara de Loures diz: Ok, nós achamos que isto devia ser para todos e afinal não pode ser, queremos é que a lei seja regulamentada e que inclua este subsídio de risco, a Câmara de Odivelas é da mesma opinião e o que é que sugerem, aplicar àqueles que estão tipificados na portaria e em relação aos outros, fazer um pedido de parecer relativo às tarefas afins e remeteram um pedido de parecer à CCDR, é uma posição. -----

-----Isto é uma medida apenas para este orçamento de dois mil e vinte e um, provisório portanto, não há garantia nenhuma que nós tenhamos a mesma medida no próximo orçamento, nada garante que vai estar incluída no orçamento de estado de dois mil e vinte e dois, como nada garante que não haja uma tomada de posição de fiscalização que leve à paralisação dos



Câmara Municipal  
de Oeiras

suplementos atribuídos, para quem for além daquilo que está tipificado e se a questão dos afins não for bem fundamentada, teremos problemas. -----

----- Se me perguntarem se o pessoal que está nos jardins têm direito, o que é certo é que não está lá tipificado na Lei, não é claro, posso dizer que, no meu entendimento da Lei, não é esse tipo de higiene urbana a que o legislador se refere, é à recolha e não à varredura, mas temos situações díspares de Município para Município, recolha de “monos”, cemitérios, mercados, casa de banho públicas, papeleiras, espaços verdes, varredura, sarjetas, canil, gatil etc, descentralizados ou contratualizados com as Uniões e/ou Juntas de Freguesia.-----

----- Há determinadas situações relativamente às oficinas, sobre as quais tenho dúvidas como os lubrificadores, pintores, eletricitas, mecânicos, lavadores de viaturas, etc., que não trabalham só com viaturas da recolha de resíduos. As avarias, em plena recolha, em que é preciso em alguns casos, intervir na viatura cheia de lixo, e que é necessário as oficinas deslocarem-se ao local da avaria ou rebocar a viatura para a oficina e procurar repará-la, isto além de injusto pode criar situações de conflito laboral. -----

----- Há Municípios que excluam os motoristas de viaturas pesadas, da atribuição do suplemento de Penosidade e Insalubridade, incluindo apenas os cantoneiros, o que é um verdadeiro disparate, outros incluam todos os motoristas e cantoneiros que trabalham na recolha de resíduos, ou seja, o tratamento não é uniforme em todos os Municípios, o que vai acentuar as injustiças e tensão nos serviços. -----

----- Muitas vezes quem faz a legislação não tem a noção de como são estas situações e isso levanta determinadas interrogações e injustiças que ninguém neste momento pode responder, se quem for para além do que está tipificado no Orçamento do Estado, se terá ou não penalizações, para além de poder haver a devolução por parte dos próprios trabalhadores do valor dos suplementos atribuídos, e para além de poder haver multas de acordo com as decisões dos decisores, há várias questões e isto é injusto, mas poucos se atravessaram sobre isto e está a ser

implementado com muitas pinças. -----

-----A maior parte deles dizem, nós queremos é que haja o cumprimento daquilo que são as normas da contratação, nomeadamente, dos direitos que têm em relação ao trabalho, ou seja, a tal portaria que falta, a tal portaria que foi aprovada há anos e que não há regulamentação, isso é que nós queremos. -----

-----Há uns que aprovam e não metem os pés de fora, porque dizem o que nós queremos é isto e nós já vimos que uma das situações que as greves suscitam são também sobre esta matéria e estão no seu pleno direito, não condeno nem os dirigentes, como os Vereadores, as organizações sindicais e as comissões de trabalhadores que defendam isso, o problema é que quando se aprova uma norma de base no Orçamento de Estado nós estamos limitados, há balizas que estão definidas, isto não é uma questão negocial, é aquilo que foi aprovado com esta condição, é pontual, para o ano pode não haver, se não houver não há grande risco para ninguém, a não ser deixar de receber.-----

-----Se houver e se eles até lá resolverem que em vez de alargarem ainda vão fechar mais, nós vamos ter problemas e, por isso, julgo e estou perfeitamente à vontade para aprovar sem a inclusão das funções afins. -----

-----Em relação ao Canil e Gatil, os trabalhadores estão todos lá ou só estão alguns, estão aqueles que lidam com a apanha de animais na rua, abrange-os ou não, há aqui várias situações que são complexas, então digam as funções e as justificações para essas funções e afins, se não forem aceites não podem.-----

-----Podemos aprovar aquilo que não fere e que não põe em causa a Lei e não incluir as funções afins, é o que está na legislação do Orçamento de Estado e em relação às outras nós deveríamos enviar um pedido de parecer à CCDR e à DGAL, há Municípios que o estão a fazer, o processo anda até determinado ponto e o resto fica pendente. -----

-----Quantos trabalhadores da limpeza estão sujeitos às mesmas condições, quando



Câmara Municipal  
de Oeiras

andam a limpar inúmeras coisas, estão piores do que muitos que andam no lixo e também não é justo, não é o caso de Oeiras, mas como é que outros Municípios gerem isso, mesmo no caso das Juntas e Freguesia, porque muitas vezes eles têm trabalho rotativo, acho que isso não dá nenhuma estabilidade.-----

----- Este é um processo que não é fácil, tenta-se gerir a situação sem correr riscos e o Senhor Vereador Nuno Neto disse que houve algumas situações que foram retiradas, porque do ponto de vista da fundamentação não se conseguiu a certeza sobre mesmas, no que respeita às funções afins, em relação a alguns isso foi retirado, não agrada a nenhum trabalhador e à Senhora Diretora dos Espaços Verdes ter trabalhadores que não tenham este tipo de suplemento de salubridade.-----

----- Tendo em conta tudo isto, o que se devia fazer em relação aos que não precisam fundamentar as funções afins é avançar, em relação aos outros, mesmo àqueles que dificilmente se conseguem justificar as funções afins devia de se pedir um parecer à CCDR e à DGAL.-----

----- É evidente que não nos podemos comparar com alguns Municípios, no caso de Setúbal são duzentos e tal trabalhadores e com isso já está a contar com sessenta e tal que vão ser admitidos, há um processo de admissão em curso, não é o caso dos Municípios de Oeiras, Porto, Loures, Odivelas ou Almada.-----

----- Na margem sul o problema da limpeza não se coloca tanto, eles têm uma estrutura de recolha de resíduos.-----

----- Quanto à interrogação que se coloca quanto à decisão dos SIMAS ter que ir à Assembleia Municipal, mas nós ainda não temos essa situação definida, porque neste momento não estamos a aprovar nada que diga respeito aos SIMAS, ficamos à espera que chegue uma proposta.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** perguntou o seguinte:-----

----- “Isto tem retroativos a janeiro, certo?-----

-----Só queria essa informação.”-----

-----Nesta altura, saiu definitivamente o **Senhor Presidente**, tendo assumido a presidência da reunião a **Senhora Vereadora Joana Baptista**.-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte:-----

-----“Este suplemento tem retroativos ao mês de janeiro.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** mencionou o seguinte:-----

-----“Gostava de começar agora pelo princípio para responder.-----

-----Concordaremos todos que esta matéria é importante, é sensível e desejamos todos o melhor para os nossos trabalhadores.-----

-----A Senhora Vereadora Heloísa Apolónia não esteve na última reunião, mas eu comecei por dizer que tenho demasiados medos em relação a esta matéria, demasiados medos em relação às consequências da forma de previsão desta matéria.-----

-----Ponto um - Em matéria de Direito do Trabalho, deve tratar-se nos instrumentos próprios, devia ter sido regulamentada a lei num instrumento legal que não fosse provisório e transitório, como é por natureza um Orçamento de Estado.-----

-----Ponto dois - Resulta desta forma de previsão que, conhecendo a situação e como se trata esta matéria e a forma como ela é prevista, é o meu grande medo que a propósito desta pandemia que estamos a atravessar, esta matéria não se encontre estabilizada suficientemente na legislação, para que possamos afirmar, com certeza que, no ano que vem e nos dez anos seguintes vamos ter suplemento de penosidade e insalubridade.-----

-----Dizer também que entendo, é uma opinião pessoal, que o suplemento que agora é de penosidade e insalubridade, mas deixou de ser de risco, não está suficientemente tratado na previsão legal que o vem agora acomodar.-----

-----Até aqui concordaremos todos e vem até isto no seguimento da intervenção, quer da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, quer do Senhor Vereador Joaquim Raposo.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Dizer-vos depois que a Lei do Orçamento de Estado prevê no artigo vigésimo quarto, que este suplemento, que é de penosidade e insalubridade, mas não é de risco, deva ser aplicado ao tratamento da área de recolha, de resíduos, efluentes, higiene urbana, saneamento, inumações exumações, trasladações, abertura e aterro de sepulturas de que resulte a comprovada sobrecarga funcional que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou risco potencial agravado de degradação do estado de saúde.-----

----- Significa isto que, se lermos a norma, ao contrário, vamos encontrar mais uma série de áreas funcionais onde resulta ou potencia o aumento e a probabilidade da lesão, etc.. -----

----- Ora isto, para dizer que também eu como vós e como os sindicatos, entendemos todos que não estão aqui previstas todas as áreas possíveis e, portanto, Senhora Vereadora eu e os sindicatos, tenho a certeza que Vossa Excelência e tenho a certeza de que também o Senhor Vereador Joaquim Raposo, nos associaremos a todos os movimentos que venham introduzir equilíbrio e justiça neste suplemento, mas a lei é esta e é com ela que temos que lidar, não é aquela lei que nós desejaríamos ter que aplicar, mas é a lei existente. -----

----- Passo agora à questão das dúvidas que foram levantadas quanto à segurança da aplicação, Senhor Vereador Joaquim Raposo quero-lhe transmitir que estou absolutamente seguro da proposta que faço. -----

----- A proposta que eu faço vem suportada no parecer do Doutor Veiga e Moura, que nos diz tão só que, devidamente fundamentada, caberá o pagamento aos funcionários. -----

----- Dar conta de outra questão, o suplemento é pago diariamente, significa isto que diariamente teríamos sempre a possibilidade, pelo menos, académica, de aferir, se diariamente cada um dos funcionários cujas funções são descritas nos mapas anexos deveria ou não receber. -

----- Que mapas anexos é que temos? -----

----- UPAG - cemitérios, assistentes operacionais expressamente previstos na lei, atribuição de nível alto, não me levanta qualquer questão. -----

-----UBEAFS - canil gatil que lidam diariamente com a remoção de cadáveres da via pública ou a captura de animais na via pública, que lidam diariamente com um risco, por exemplo, dou-vos conhecimento que o João Paulo Carvalho Dias, que é o primeiro da lista, está neste momento em casa, porque sofreu um ataque e uma mordedura de um cão e tem o pé numa desgraça, mas a verdade, é que diariamente lidam no tratamento do canil e do gatil com os dejetos animais e com os cadáveres que recolhem na via pública e que são entregues nos equipamentos municipais. -----

-----DLU - Divisão de Limpeza Urbana, também não me levanta nenhuma questão, a limpeza urbana faz, quer na recolha de papeleiras, quer a varredura de lixo, quer o despejo de sacos encontra-se expressamente prevista na lei. -----

-----DGA - Divisão e Gestão Ambiental, como vimos, são brigadas de ribeiras que fazem limpeza de inertes e que lidam diariamente também ou resíduos, não existe nenhum obstáculo, tem enquadramento perfeito na disposição legal. -----

-----Limpeza urbana, não me levanta nenhuma questão e fazer notar que os assistentes operacionais identificados estão expressamente previstos e para que não haja dúvidas os condutores de máquinas pesadas e especiais serão os motoristas dos camiões do lixo. -----

-----Divisão de Viaturas e Máquinas, dizer-vos que está expurgada esta lista de todos aqueles que não lidam diariamente com o arranjo, o concerto, a mecânica de camiões, tratarão também de outros, aqueles que só tratam de outros e dou-vos um exemplo, a doutora Sílvia Breu a quem eu agradeço penhoradamente a colaboração que deu em todo este processo, fez um trabalho que eu considero de ourives.-----

-----Foi analisada a função concreta de cada um destes quinhentos e setenta e tal funcionários, quem é que está na DVM, o lavador de carros da linha de carros ligeiros, não está.-

-----O lavador de carros da linha de carros pesados, camiões do lixo, obviamente, que está. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Mecânica, lubrificação, condução, eletricitas estão aqui todos aqueles que têm contacto com os camiões do lixo e estão expostos à penosidade e insalubridade, tal como prevista no artigo vigésimo quarto, da Lei do Orçamento de Estado. -----

----- Quanto às funções afins, não me levantam nenhuma dúvida, mercados, resíduos tipo três, tipo quatro, restos de carne, hortofrutícolas, peixe, lavagem de mercados, zonas insalubres. -

----- Carregadores, diariamente lidam com despejos em habitações municipais com remoção de uma série de questões, quer dentro da Câmara, quer fora da Câmara, na via pública, mereciam até estes um louvor que já foi atribuído várias vezes no Sete de Junho, são dos funcionários que eu mais admiro da Câmara, porque é e brigada talvez mais sobrecarregado pelo peso de tudo o que transportam, mas também pelo peso das funções, lidam diariamente com resíduos de todo o tipo e eu já testemunhei várias vezes quando há, por exemplo, os despejos das casas municipais, que têm que ir remover tudo e mais alguma coisa destas casas antes de entrarem em obras.-----

----- Quanto às funções afins, nem a categoria carregadores, nem a categoria mercados me levanta nenhuma dúvida.-----

----- Eu volto a dizer, que este não é o processo como nenhum de nós o desejaria, não é o processo com a abrangência que nenhum de nós desejaria, porque há uma multiplicidade de outras tarefas, de outros grupos de funcionários que mereceriam, porque era de justiça que lhes fosse pago este suplemento, entendo que todas as propostas que estão consubstanciadas nesta proposta de deliberação tem perfeito enquadramento legal e eu sinto-me à vontade para votar favoravelmente esta proposta, tal como ela está, com o enquadramento legal que tem, com o conforto jurídico que nos traz o Professor Veiga e Moura, a quem também devo agradecer, porque acompanhou este processo desde o início e acompanhou desde a questão da USST e da elaboração da matriz, das dúvidas que fomos tendo sobre o cabimento ou não de determinada função na previsão legal, deu depois conforto à solução final, sendo que o que pede foi aquilo

que a doutora Sílvia Breu me entregou esta semana e que era a fundamentação destas questões afins que poderiam ser estas e apenas estas questões afins a levantar algum tipo de dúvida, mas o enquadramento que é dada à fundamentação que foi produzida pelos Serviços e que se entenderem necessário poderei, para conforto de todos partilhar com os Senhores Vereadores levam-me a fazer-vos esta proposta, tal como ela está e recomendar-vos que a aprovem.-----

-----Isto na defesa dos direitos que entendemos de justiça de todos os trabalhadores desta casa, mas também com a consciência pesada que teremos todos, que esta não era a forma como nós queríamos este suplemento, queríamos e acho que devemos exortar os sindicatos, a Associação Nacional de Municípios, os Senhores Deputados que elaboraram as leis a trabalhá-las de uma forma mais consistente, pelos meios adequados e próprios para que não se corra o risco de finda a pandemia e o COVID-Dezanove e com o regresso da imunidade de grupo venham os trabalhadores a ser novamente prejudicados, como disse o Senhor Vereador Joaquim Raposo, apesar de ele e alguns outros, justamente terem exigido da Assembleia da República a regulamentação justa e pelo meio próprio de uma lei, a verdade, é que esta regulamentação é-nos apresentada enviesadamente através do Orçamento de Estado, num mecanismo que não nos traz segurança, nem garantia para o futuro.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Se há coisa que considere injusta, foi quando o velho subsídio de insalubridade e risco acabou, com a saída de uma legislação em que incluiu subsídio de insalubridade e risco, na altura, surgiu por uma falta de que quando se fez a legislação de quantos trabalhadores tinham as autarquias, para eles um assistente operacional era motorista, não havia dentro desta categoria outra e fizeram uma coisa desajustada à realidade-----

-----A culpa da portaria não estar feita não era dos Municípios, mas sim do Governo, seja ele qual for, naquela fase até houve vários Governos e foram penalizadas duas entidades, os trabalhadores e quem tomou a decisão teve problemas a seguir, como foi o caso do Presidente da



Câmara Municipal  
de Oeiras

Câmara de Beja que foi altamente penalizado, porque ele continuava a pagar, porque ele dizia que não tinha culpa que a portaria não estivesse feita, o que é certo é que foi penalizado e muitos Presidentes de Câmara a partir daí deixaram de pagar, a penalização é aplicada de acordo com o valor que está em causa.-----

----- No Município de Oeiras o que está em causa não são dez, vinte, trinta ou quarenta trabalhadores, são uns seiscentos e não são todos, se fossem, seriam muitos mais, se fosse em Lisboa onde existem treze mil, tirando os que estão em empresas Municipais, mas haverá alguém responsável, as empresas intermunicipais têm que ir à Assembleia Municipal. -----

----- Não sou defensor do oito ou oitenta, para se tirar duas fotocópias tem que se ter subsídio de risco, também não pode ser assim e não foi por acaso que tiraram o risco aqui, como é que se identifica o risco a um trabalhador que anda a recolher lixo ou os que andam a trabalhar em condições muitas vezes desumanas noutros Serviços, como seja em jardins, cortes de árvores, é muito mais insalubre do que o lixo de um contentor, há aqui situações injustas, isto não é um subsídio de risco, é um subsídio de penosidade e insalubridade. -----

----- Deviam ter posto isto de uma forma diferente, mas puseram-no de forma mais limitativa, mais fechada e o primeiro parecer que li do Professor Veiga e Moura foi muito defensivo, mas pensei que ele poderia ir mais além, mas não validou tudo o que são funções afins, nem assume validar, porque se assumisse dizia-se tenho aqui um parecer jurídico em que o nosso consultor afirma e subscreve, eu também já fui escaldado com pareceres, como não pedi um parecer escrito quem foi o responsável fui eu e depois isso tem que ver com o juiz. -----

----- Naquela altura, o próprio Ministério Público pedia a não condenação e o juiz entendeu que tinha de ser condenado a pagar na altura uma fortuna. -----

----- Pensei que tínhamos enviado ao Consultor Jurídico, coisas mais concretas das funções afins e que ele validava ou não, mas não foi isso, é um pouco no abstrato, arranjem lá vocês a justificação, se for aceite tudo bem, se não for está tudo mal, isto não é uma simples má

vontade. --- -----

-----As Câmaras do Partido Comunista e outras do Partido Socialista sempre com muita cautela, dizem todos, não é isto que queremos, o que devia de haver era uma legislação não desta forma pontual, mais clarificadora, há anos que estamos à espera, isso todos subscrevemos e isso não dá penalização nenhuma, o que dá penalização é ir para além daquilo que é o aceitar ou não, nós podemos justificar, mas pode haver uma pessoa que não justifica, não se enquadra.-----

-----Nós temos algum parecer, além deste externo, do nosso Gabinete Jurídico, de validação da assunção destas funções afins?-----

-----A pior coisa que eu posso fazer é aceitar uma coisa destas sem um parecer não externo, mas sim, dos Serviços da Câmara na área jurídica, para assim termos algum conforto.---

-----Se temos o azar de nos dizerem é assim, então agora é para aplicar a sério, ninguém nos salva, nem a nós, nem aos trabalhadores e acredito naquilo que o Senhor Vereador Nuno Neto disse, não ponho em causa, mas já tenho experiência, porque já tive esse problema e sei o que é.-----

-----Houve uma altura em que a EPAL estava a fazer uma obra na CREL e eu tinha que intervir numa ribeira devido à obra, fiz um acordo, foi à Câmara e à Assembleia Municipal, foi aprovado pagar-se à EPAL através de um contrato que fizemos e o que aconteceu foi eu ter que pagar porque autorizei a transferência e não tinha parecer jurídico, embora perguntasse, mas disseram-me que não era preciso, portanto, quando não se tem um suporte jurídico fundamentado, é complicado.-----

-----O meu problema são as funções afins e o parecer que foi dado não é a análise feita para acreditar que esta situação se aplique nos afins.-----

-----Do ponto de vista jurídico não há nenhum suporte jurídico do exterior ou da Câmara em relação a esta matéria.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- “Não há cenários ideais, há cenários razoáveis e este é o caso, é um cenário razoável e é o possível e é crucial a votação desta proposta de deliberação no dia de hoje até para não gerar mau estar nos trabalhadores face à expectativa gerada.-----

----- Por outro lado, como vimos aqui nesta proposta a abrangência é significativa, quase seiscentos trabalhadores estão envolvidos.-----

----- Quanto à aplicabilidade deste suplemento, houve um enquadramento jurídico genérico, mas houve um trabalho interno exaustivo de uma descrição sobre a funcionalidade de cada trabalhador e sobre a aplicabilidade ou não deste suplemento.-----

----- Não implica que este processo seja, como acabei de dizer, um processo perfeito, não é, pode acontecer que haja após a aplicabilidade deste suplemento. no futuro. reajustamentos que tenham que ser feitos, até porque o Senhor Presidente também assim o menciona, esta Administração está disponível para fazer reajustamentos e à data de hoje é a proposta que temos.”-----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto** aditou o seguinte:-----

----- “Eu estou tão confiante na proposta que faço e tão seguro da mesma que se a questão do Senhor Vereador Joaquim Raposo será um parecer jurídico elaborado pelo Gabinete Jurídico da Câmara quanto à lista dos afins, ou seja, o jurista não está no terreno a validar o que é que cada um faz, mas a descrição que é feita das funções destes dois grupos de trabalhadores está tão bem fundamentada que eu proponho votarmos a proposta tal como ela está.-----

----- Quanto às funções afins que estão aqui incluídas, eu comprometo-me a solicitar à doutora Verónica Maia, Diretora do Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico um parecer, votaremos tal como ela está, como propôs a Senhora Vereadora Joana Baptista e a doutora Verónica Maia produzirá o parecer legal de conforto a estas duas funções aos carregadores e aos funcionários dos mercados que, aliás, não vejo questão, mas solicitarei à doutora Verónica Maia que produza parecer quanto ao encaixe destes dois grupos de trabalhadores carregadores e

assistentes operacionais de mercados e propunha que se votasse tal como ela está e que fosse remetido depois aos Senhores Vereadores o parecer do Gabinete Jurídico quanto estas duas funções.” -- -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Não há aqui uns mais defensores do que outros, nós não devemos é correr alguns riscos e a Senhora Vereadora já teve em vários mandatos e já correu riscos e várias vezes foram condenados.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte: -----

-----“Quem está nestes cargos tem que assumir riscos.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** acrescentou o seguinte: -----

-----“Também tem que procurar assumir justificações, porque a partir da altura que se pede um parecer dessa natureza, quem o dá é tão responsável como eu e ele não vai fazer uma coisa que não tenha a certeza e a segurança daquilo que está a fazer.”-----

-----Aqui não há uns que defendem os trabalhadores e outros não, mas deixarei o meu voto depois de ter esse parecer e irei fazer uma declaração de voto, mas acho que é inadmissível decorrido tanto tempo que sujeitem os Municípios a situações destas de difícil sustentabilidade e clareza, daquilo que é a elementar justiça para os trabalhadores. -----

-----O que devia de ser feito era fazer a alteração em relação à publicação da portaria regulamentadora, isso sim e com isso acabavam-se os problemas e a injustiça, porque neste caso há uns que têm e outros que não têm, uns têm dois, três ou quatro euros isso é complicado e sei que há Municípios que não têm os três níveis, optaram pelo nível máximo, eu faria o mesmo. ----

-----Senhor Vereador Nuno Neto não se trata de desconfiar de ninguém, para bem de todos, para não pormos em risco e isto em termos de guerra na rua vale tudo e eu não sei como é que as pessoas por vezes reagem, porque neste momento estamos em estado de pandemia mesmo no que diz respeito à leitura que alguns fazem, noutra altura já nos tinham entalado várias vezes,



Câmara Municipal  
de Oeiras

até mesmo em outras situações que são decididas, aqui não vão ter essa contemplação. -----

----- Todos os Municípios têm tratado esta matéria com muita contenção, até politicamente, basta ver os pareceres das Câmaras da CDU e acabam sempre por dizer o que devia de haver era isto e isto..., ou seja, aprovamos isto, mas não era isto que queríamos, o que devia de haver era isto, reafirmar isso naquilo que é a decisão da Câmara e devíamos pôr o problema da portaria regulamentadora, que está por regulamentar há não sei quantos anos e não inclui o subsídio de risco. -----

----- Vou fazer a entrega da declaração de voto e não é não ter confiança no Senhor Vereador Nuno Neto, não posso confiar em que vai analisar isto e quem vai decidir.” -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** acrescentou o seguinte: -----

----- “Não há aqui parecer do Gabinete Jurídico, mas esta Câmara não tem só o Gabinete Jurídico, os juristas do Recursos Humanos acompanharam todo o processo com o doutor Paulo Veiga e Moura, no entanto, tal como comprometi, farei anexar à proposta o parecer da doutora Verónica Maia.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “O meu voto fica pendente da apresentação do documento do Gabinete Jurídico.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão da **Senhora Vereadora Joana Baptista** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

**21 - PROPOSTA Nº. 332/21 - DGA - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS AO “ACORDO CIDADE VERDE”:** -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

**22 - PROPOSTA Nº. 346/21 - DRU - AUGI DO CASAL DA CHOCA - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS DE PARTICIPAÇÃO PELAS INFRAESTRUTURAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS E EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - ARTIGO**

**MATRICIAL 416º. - RUA D. SANCHO I - LOTE 13: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o pagamento na modalidade de prestações, proposto pelo requerente, via registo número ENT-CMO/dois mil e vinte/trinta e seis mil e oitenta e um, solicitando o pagamento das taxas e licenças de valor total de doze mil oitocentos e setenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos, em prestações no valor mensal de cinquenta e cinco euros. -----

-----Nos termos da alínea n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, bem como na alínea ccc), do número um, do artigo vigésimo terceiro e nas alíneas c) e r), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de dezembro.

-----Artigos quadragésimo nono e quinquagésimo-A, número um, da Lei número noventa e um, de noventa e cinco, de dois de setembro. -----

-----Artigo décimo, número um, da Lei número cinquenta e três-E, de dois mil e seis, de vinte e nove de dezembro. -----

-----Artigos quinquagésimo sexto e quinquagésimo sétimo, número dois, do Regulamento número trezentos e sessenta e quatro, de dois mil e doze, de catorze de agosto. -----

-----Artigo segundo, números um e dois, artigo terceiro, número um, artigos quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**23 - PROPOSTA Nº. 347/21 - PCM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CARNAXIDE, PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RETIRADA DA COBERTURA DE AMIANTO: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos



Câmara Municipal  
de Oeiras

Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à Associação de Bombeiros Voluntários de Carnaxide, no valor de oitenta e um mil trezentos e trinta euros, para realização de obras de retirada da cobertura de amianto.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de dezembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, conjugados com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e do artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto. ----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário. -----

**24 - PROPOSTA Nº. 348/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA LAJE, PARA LIMPEZA DO CENTRO CULTURAL DA LAJE NO ANO DE 2021:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à

Associação Cultural e Recreativa da Laje, para a limpeza do Centro Cultural da Laje no ano de dois mil e vinte e um, no valor de seis mil oitocentos e cinquenta euros. -----

-----O acompanhamento da boa execução do serviço pelo DHRU/DRU.-----

-----O termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de dezembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, na redação da Lei número setenta e dois, de dois mil e vinte, de dezasseis de novembro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, na redação da Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

**25 - PROPOSTA Nº. 349/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**ASSOCIAÇÃO FOLEFEST, PARA ORGANIZAÇÃO DA 14ª. EDIÇÃO DO FESTIVAL FOLEFEST: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor oito mil euros à Associação Folefest, destinada a suportar parte dos custos, para organização da décima quarta edição do Festival Folefest, a decorrer em julho de dois mil e vinte e um. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze de dois de junho.

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário. -----

**26 - PROPOSTA Nº. 350/21 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO MENUHIN PORTUGAL, PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO PROJETO MUS-E, NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA AQUILINO RIBEIRO - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS AQUILINO RIBEIRO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos

Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de participação financeira à Associação Menuhin Portugal, no valor de vinte mil euros, destinados a suportar as despesas decorrentes da execução do Projeto MUS-E, na Escola Básica e Secundária Aquilino Ribeiro, pertencente ao Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, entre os meses de janeiro e dezembro de dois mil e vinte e um. -----

-----Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de dezembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

**27 - PROPOSTA Nº. 351/21 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO PARA AS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO E INSPEÇÃO ÀS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL NOSSA SENHORA DE PORTO SALVO: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição da subvenção



Câmara Municipal  
de Oeiras

financeira ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante de cinco mil trezentos e setenta e três euros e oitenta e sete cêntimos, destinado a apoiar a realização das intervenções no âmbito das Medidas de Autoproteção no estabelecimento de infância do Centro Comunitário do Moinho das Rolas. -----

----- A atribuição de subvenção financeira ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo, no montante de seiscentos e oitenta e oito euros e oitenta cêntimos, para apoio à realização da inspeção das instalações elétricas no estabelecimento de infância do Centro Comunitário do Moinho das Rolas. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, na redação dada pela Lei número cento e dezanove, de dois mil e dezanove, de dezoito de setembro.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e

ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

**28 - PROPOSTA Nº. 352/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 11ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL: -----**

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar a informação número INT-CMO/dois mil e vinte e um/oito mil e quarenta e um, referente à décima primeira Alteração Orçamental de dois mil e vinte e um, no valor de seiscentos e noventa e dois mil e quatrocentos euros. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**29 - PROPOSTA Nº. 353/21 - DTGE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E APOIO LOGÍSTICO AO CLASSIC CLUBE DE PORTUGAL, PARA REALIZAÇÃO DA 4ª. EDIÇÃO DO OEIRAS ECO RALLY PORTUGAL: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor cinquenta mil euros, ao Classic Clube de Portugal, para realização do Oeiras Eco Rally Portugal. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Apoiar logisticamente o Oeiras Eco Rally Portugal.-----

----- A minuta do protocolo. -----

----- Nos termos da alínea f), do número um, do artigo vigésimo terceiro e alínea o), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Números um e dois, do artigo segundo, número um, do artigo terceiro, artigo quarto, números um e dois, do artigo quinto e número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**30 - PROPOSTA Nº. 354/21 - GATPI – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À PROVÍNCIA MOÇAMBICANA DOS SACERDOTES DO CORAÇÃO DE JESUS DA CONGREGAÇÃO DOS DEHONIANOS, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE FABRICAÇÃO DE TIJOLOS, NO ÂMBITO DO “PROJETO DE REFORÇO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E AGRICULTURA, EM MOÇAMBIQUE”:** -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos

Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Nuno Boavida, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de vinte mil euros, à Província Moçambicana dos Sacerdotes do Coração de Jesus da Congregação dos Dehonianos, no âmbito da política de cooperação descentralizada do Município de Oeiras, com vista à aquisição de equipamento de fabricação de tijolos para o projeto de desenvolvimento do ensino e da agricultura no Gurué, Zambézia, Moçambique. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea p) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e aaa), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigo quinto, número quatro, alínea c), do Código dos Contratos Públicos (redação da Resolução da Assembleia de República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março). ---- -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-A e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário (redação da Lei número dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março).-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -- -----

### **31 - PROPOSTA Nº. 355/21 - DDPE - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR 2020/2021**

#### **- ADITAMENTO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 894/2020, DE 21 DE OUTUBRO:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de seis mil trezentos e quarenta e cinco euros, à Associação



Câmara Municipal  
de Oeiras

de Pais e Encarregados de Educação da Escola António Rebelo de Andrade, responsável pelo desenvolvimento das Atividades Extra Curriculares no Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras, referente ao pagamento de reuniões e materiais, conforme consta no orçamento apresentado no projeto das Atividades de Enriquecimento Curricular, para o ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Alínea c), do artigo trigésimo nono e artigo quadragésimo, do Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, conjugados com o artigo vigésimo, da Portaria número seiscentos e quarenta e quatro-A, de dois mil e quinze, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze de dois de junho.

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.- -----

**32 - PROPOSTA Nº. 356/21 - DAEGA - REFEIÇÕES ESCOLARES DOS ALUNOS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO EM REFEITÓRIOS ADJUDICADOS PELA DGESTE -**

**PAGAMENTO DAS REFEIÇÕES CONSUMIDAS NOS MESES DE DEZEMBRO, JANEIRO E  
FEVEREIRO DE 2020/2021: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a transferência do valor total de doze mil quatrocentos e noventa e três euros e oitenta e oito cêntimos, para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, relativo à comparticipação do Município nas refeições encomendadas e servidas aos alunos do primeiro ciclo nos refeitórios adjudicados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (meses de dezembro, janeiro e fevereiro de dois mil e vinte/dois mil e vinte e um).-----

-----Cabimento do valor global de quarenta e quatro mil euros, para pagamento das refeições encomendadas e servidas aos alunos do primeiro ciclo nos refeitórios adjudicados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares nos meses de março a julho, devendo mensalmente o Departamento de Educação informar a Divisão de Gestão Financeira sobre a quantia certa a transferir para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d), e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e hh), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.- -----

-----Artigo décimo primeiro, número dois, alíneas a) e b), da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, concretizado no Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.- -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**33 - PROPOSTA Nº. 357/21 - DP - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS, ACORDO DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO - EDIFÍCIO 51, SITO NA FÁBRICA DA PÓLVORA, EM BARCARENA:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a revogação do Contrato de Comodato número trezentos e dezanove, de dois mil e quinze, celebrado em quatro de novembro de dois mil e quinze, com o Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português e aprovar a minuta de celebração de Acordo de Revogação, relativo ao Edifício Cinquenta e Um, sito na Fábrica da Pólvora, em Barcarena.-----

----- Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e ee), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Número um, do artigo ducentésimo e número dois, do artigo ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Artigos ducentésimo septuagésimo oitavo, número um, do artigo quadringentésimo sexto, milésimo centésimo vigésimo nono a milésimo centésimo quadragésimo primeiro, do Código Civil.-----

**34 - PROPOSTA Nº. 358/21 - DPE - Pº. 04/DPE/2021 - AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO**

**CLUBE DE VÓLEI DE OEIRAS - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREITADA: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a abertura do procedimento na modalidade de concurso público.-----

-----O preço base do concurso de trezentos e quarenta e nove mil euros, ao qual será acrescido do IVA à taxa legal em vigor.-----

-----O prazo de execução de cento e oitenta dias.-----

-----As peças do procedimento.-----

-----A designação do júri do procedimento. -----

-----A designação dos técnicos procedimentais. -----

-----A delegação de competências no júri. -----

-----A programação plurianual, que terá por base o valor contratual que resultar do procedimento que agora se inicia e cujo preço base é de trezentos e quarenta e nove mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor de seis por cento, totalizando trezentos e sessenta e nove mil novecentos e quarenta euros:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e um - trinta mil euros (valor com IVA);-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e dois - trezentos e trinta e nove mil novecentos e quarenta euros (valor com IVA). -----

-----Nos termos das alíneas a), f), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, bem como nas alíneas f) e bb), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, em



Câmara Municipal  
de Oeiras

especial no disposto na alínea c), do número um, do artigo décimo sexto, alínea b), do artigo décimo nono, número um, do artigo trigésimo sexto, artigo trigésimo oitavo, alínea c), do número um e número dois, do artigo quadragésimo, artigo quadragésimo terceiro, artigo quadragésimo sétimo, número um, do artigo sexagésimo sétimo, número dois, do artigo sexagésimo nono e artigo centésimo trigésimo e seguintes. -----

**35 - PROPOSTA Nº. 359/21 - DPE - CONCURSO PÚBLICO 35/DPE/2020 - CENTRO CULTURAL DE BARCARENA - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO: -**

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo mencionou o seguinte: -----

----- “Esta proposta vem à reunião para aprovação do relatório final e adjudicação, tem antecedentes e em dezoito de novembro de dois mil e vinte foi a abertura do procedimento de concurso público, foi deliberado, por unanimidade, a abertura do mesmo, tinha o valor base, prazo de execução, peças procedimentais. -----

----- O relatório preliminar está no anexo quatro, página quarenta e dois, mas depois há o relatório preliminar da ata número três, de dois mil e vinte e um, que era a pronúncia da audiência prévia com uma contestação, na altura, foram feitas todas essas análises. -----

----- Estive a ver todas estas matéria e em determinado momento verifiquei que se apresentam os trabalhos dentro do perímetro do terreno que é definido para a obra e há outro que apresenta os trabalhos ocupando a via pública e pela simples razão que esta situação foi valorizar um e desvalorizar outro.-----

----- Os concorrentes, à partida, podiam utilizar o espaço para além do espaço de intervenção?-----

----- Na minha opinião, dever-se-ia colocar todos os concorrentes em pé de igualdade, porque se é um terreno que apanha o passeio e outros espaços que incluem a perturbação do ponto de vista urbano, se isso não estiver definido, sendo que as pessoas quando apresentam um projeto fazem-no de acordo com o perímetro de implantação da própria obra. -----

-----Como não foi dado provimento a esta situação, mas a razão é mais em relação ao futuro e nós temos que ter essa noção, caso contrário, uns sabem que podem utilizar o espaço da parte de fora e há outros que não têm essa noção, acho que isso não pode ser motivo de penalização, é preciso que haja um planeamento da obra com a instalação daquilo que é do perímetro de toda a intervenção para poder fazer a implantação do estaleiro. -----

-----É só um alerta.”-----

-----A **arquiteta Patrícia Fernandes** explicou o seguinte: -----

-----“A questão que o Senhor Vereador Joaquim Raposo apresenta verificou-se na análise das propostas, elas eram muito equivalentes, mas a outra proposta não apresentava caminhos de evacuação, não tinha sinalização e tivemos de valorar uma em relação à outra, foi essa a justificação.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Foi a análise que foi feita, não tenho questões. -----

-----Uma coisa é saber que posso contar com o terreno. -----

-----A outra é se poderei contar com o terreno ao lado para colocar o estaleiro com uma área diferente e com uma implantação completamente diferente, fora do perímetro da intervenção. -----

-----O estaleiro pode ser colocado dentro ou fora do espaço público, uma coisa é contar com o estaleiro dentro do espaço que tem e outra é dizer que pode ocupar o passeio ou a via pública, não tem nenhum problema. -----

-----É só um alerta, porque nada garante que não possa haver contestação”. -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** frisou o seguinte: -----

-----“Estes procedimentos estão sempre sujeitos a impugnação, agora é a decisão de adjudicação, vamos ver se é uma situação pacífica ou não, mas fica o alerta.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores



Câmara Municipal  
de Oeiras

Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Armando Soares, Heloísa Apolónia e abstenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a adjudicação à entidade “Habitâmega - Construções, Sociedade Anónima”, pelo valor de um milhão quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos euros, mais IVA à taxa legal em vigor, perfazendo um valor global de um milhão seiscentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta euros, com o prazo contratual de quatrocentos e cinquenta dias para a execução da obra, nas condições expressas na proposta apresentada, e com a seguinte programação plurianual:-----

----- Para o ano de dois mil e vinte e um - quinhentos mil euros (valores com IVA);-----

----- Para o ano de dois mil e vinte e dois - um milhão cento e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta euros (valores com IVA).-----

----- Que sejam notificados todos os concorrentes da decisão de adjudicação na plataforma eletrónica Anogov, bem como notificar a entidade adjudicatária para a apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, no prazo de dez dias.-----

----- A minuta do contrato de empreitada de obras públicas, a celebrar entre o Município de Oeiras e o adjudicatário.-----

----- A designação do Gestor do Contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.-----

----- A descabimentação do saldo diferencial entre o valor base fixado para o presente procedimento (um milhão setecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e seis euros) (valores com IVA) e o valor da proposta a adjudicar (um milhão seiscentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta euros) (valores com IVA).-----

----- Nos termos das alíneas a), e), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro, bem como nas alíneas f), bb) e qq), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e ainda o disposto no número um, do

artigo septuagésimo sexto, artigo septuagésimo sétimo, número um, do artigo nonagésimo oitavo e números três e quatro, do artigo centésimo quadragésimo oitavo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Alínea b), do número um, do artigo quadragésimo sexto e do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na redação dada pela Lei número vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho. -----

**36 - PROPOSTA Nº. 360/21 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS PARA OBRAS OU AQUISIÇÃO/MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO DE OEIRAS (RAAD), ANO - 2021: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição das seguintes participações financeiras, às coletividades do Concelho, que irão desenvolver obras e aquisição/manutenção de equipamentos descritos, num montante global de quatrocentos e quinze mil oitocentos e cinquenta euros:-----

-----Entidade - Tipologia de investimento - Descrição do investimento - Participação financeira máxima proposta: -----

-----Academia Recreativa de Linda-a-Velha - Obras - Requalificação total de balneários - quinze mil euros;-----

-----Academia Recreativa de Linda-a-Velha - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de material desportivo diverso (equipamento para desportos de combate e tatami) - dois mil setecentos e cinquenta euros;-----

-----ACKO - Clube Kempo de Oeiras - Obras - Pintura parcial de três fachadas do interior



Câmara Municipal  
de Oeiras

das instalações do clube - mil e setecentos euros;-----  
----- Associação António Ramalho - Boxing Spirit, IPSS - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de equipamento para treino de boxe - três mil euros;-----  
----- Associação de Moradores Dezoito de Maio - Aquisição/manutenção de equipamentos - Instalação de meios de deteção de incêndio e medidas de autoproteção - vinte e cinco mil euros;-----  
----- Associação Desportiva de Oeiras - Aquisição/manutenção de equipamentos - Apetrechamento do pavilhão desportivo (cento e dez cadeiras para bancada e máquina de lavar roupa de grande porte) - dois mil e quatrocentos euros;-----  
----- Associação Desportiva de Oeiras - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de equipamentos de apoio à condição física (material desportivo diverso) - sete mil euros;-----  
----- Associação Desportiva NúcleOeiras - ADNO - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de equipamento diverso de apoio à condição física - três mil euros;----  
----- Associação Run Tejo - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de material desportivo diverso - mil duzentos e cinquenta euros;-----  
----- ATEP - Associação de Ténis Evolution Portugal - Obras - Requalificação de três campos de ténis e Club House - vinte e cinco mil euros;-----  
----- Clube Carnaxide Cultura e Desporto - Obras - Pintura do ginásio do piso zero (paredes e teto) - três mil euros;-----  
----- Clube Desportivo de Paço de Arcos - Obras - Remodelação das instalações sanitárias e balneários do Centro Náutico - vinte e nove mil euros;-----  
----- Clube do Mar Costa do Sol - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de duas embarcações kUm de competição - dois mil euros;-----  
----- Clube Escola de Ténis de Oeiras - Aquisição/manutenção de equipamentos - Alteração do sistema de iluminação dos campos de ténis seis, sete, oito e central por tecnologia

LED - quarenta mil euros; -----  
-----Clube Kayak-Polo da Barra - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de  
pagaias de iniciação para a prática de kayak-polo - mil e quinhentos euros;-----  
-----Clube Olímpico de Oeiras - Aquisição/manutenção de equipamentos - Material de  
treino de iniciação ao triatlo e equipa de competição na componente de ciclismo (seis medidores  
de potência) - três mil euros; -----  
-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Aquisição/manutenção de equipamentos -  
Manutenção do piso desportivo do pavilhão - dezasseis mil e quinhentos euros;-----  
-----Clube Recreativo Leões de Porto Salvo - Obras - Substituição do sistema de  
abastecimento de água com objetivo de redução de consumos - doze mil e quinhentos euros; ----  
-----Grupo Desportivo Unidos Caxienses - Obras - Obras de reparação e conservação  
exterior das fachadas do edifício sede; substituição de janelas e remodelação da sala de convívio  
- vinte e um mil euros; -----  
-----Grupo Musical Primeiro de Dezembro - Aquisição/manutenção de equipamentos -  
Aquisição de equipamentos informáticos (computador portátil mais “software”,  
impressora/”scanner”, disco externo, “router” e acessórios) - mil euros;-----  
-----Grupo Recreativo Cultural e Desportivo de Leião - Obras - Requalificação da sala  
multiusos - três mil euros; -----  
-----Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés - Obras - Substituição do sistema de  
aquecimento de águas sanitárias - trinta e dois mil euros; -----  
-----Liga dos Melhoramentos e Recreios de Algés - Obras - Colocação de caleiras novas  
de recolha de águas pluviais no perímetro do pavilhão - quatro mil e quinhentos euros; -----  
-----Minigolfe Clube de Portugal - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição  
de dois abrigos de jardim para arrumação de material diverso - mil e quinhentos euros;-----  
-----Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia” - Aquisição/manutenção de



Câmara Municipal  
de Oeiras

equipamentos - Instalação de equipamentos e execução de alterações estruturais necessárias ao cumprimento da legislação relativa à segurança contra incêndios em edifícios de utilização pública - vinte e um mil e quinhentos euros;-----

----- Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de material desportivo diverso para badminton - mil setecentos e cinquenta euros; -----

----- Sociedade de Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense - Obras - Obras e reparações diversas em todo o edifício - quarenta e cinco mil euros; -----

----- Sociedade de Instrução Musical Escolar Cruz Quebradense - Aquisição/manutenção de equipamentos - Substituição do sistema de aquecimento de águas sanitárias - dez mil euros;---

----- Sport Algés e Dafundo - Aquisição/manutenção de equipamentos - Substituição do sistema de doseamento e controlo do PH e Cloro da água das duas piscinas - dez mil euros;-----

----- Sport Algés e Dafundo - Aquisição/manutenção de viaturas - Aquisição de viatura nova de nove lugares - vinte e oito mil euros; -----

----- União Recreativa do Dafundo - Aquisição/manutenção de viaturas - Aquisição de viatura nova de nove lugares - vinte e oito mil euros; -----

----- União Recreativa do Dafundo - Aquisição/manutenção de equipamentos - Aquisição de material gímnico diverso - quinze mil euros.-----

----- A minuta de contrato programa, a celebrar posteriormente com cada uma das coletividades, como instrumento de concretização dos apoios financeiros ora propostos.-----

----- Que seja designado como gestor dos referidos contratos, para efeitos de acompanhamento permanente da execução dos contratos conducentes à concretização destes apoios, o Técnico Superior da Divisão de Desporto. -----

----- Nos termos das alíneas f), g), h) e m), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o), r) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de

dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, conjugados com o artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho. -----

-----Artigo segundo e alínea d), do número um, do artigo terceiro, do Decreto-Lei número quarenta e um, dois mil e dezanove, de vinte e seis de março, que altera e republica o Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro, conjugados com o número dois, do artigo quinto, número oito, do artigo oitavo e os artigos quadragésimo sexto e quadragésimo sétimo, da Lei número cinco, de dois mil e sete, de dezasseis de janeiro e artigo nono, do Decreto-Lei número duzentos e setenta e dois, de noventa e sete, de oito de outubro.----

-----Números um e dois, do artigo segundo, número um, do artigo terceiro, artigo quarto, números um e dois, do artigo quinto e número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Alínea b), do número dois, números quatro e cinco, do artigo terceiro e artigo nono, do Regulamento de Apoio ao Associativo Desportivo do Município de Oeiras, publicado no Diário da República, segunda série, número duzentos e cinquenta e quatro, de trinta de dezembro de dois mil e quinze.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, conjugada com o Decreto-Lei número vinte e dois-A, de dois mil e vinte e um, de dezassete de



Câmara Municipal  
de Oeiras

março.-----

**37 - PROPOSTA Nº. 361/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS, PARA CONCERTO COMEMORATIVO DO “XXIII ANIVERSÁRIO DA FÁBRICA DA PÓLVORA DE BARCARENA”:**-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, no valor de dez mil duzentos e sessenta e cinco euros, para apoio à realização do concerto comemorativo do “Vigésimo terceiro aniversário da Fábrica da Pólvora de Barcarena”.-----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, na redação da Lei número setenta e dois, de dois mil e vinte, de dezasseis de novembro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, na redação da Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

**38 - PROPOSTA Nº. 362/21 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE SÃO JULIÃO DA BARRA, DESTINADO AO CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE OEIRAS, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO CONCELHO PARA O ANO DE 2021: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de trinta e oito mil quatrocentos e noventa e oito euros e cinquenta cêntimos, ao Agrupamento de Escolas de São Julião da Barra, destinado ao Centro de Formação de Escolas do Concelho de Oeiras, para apoio ao desenvolvimento das ações de formação e capacitação de professores do Agrupamento de Escolas e Escola Não Agrupada da rede pública de ensino do Concelho de Oeiras, a realizar durante o ano de dois mil e vinte e um. -

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro,



Câmara Municipal  
de Oeiras

número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

**39 - PROPOSTA Nº. 363/21 - DAEGA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE TEMPOS LIVRES NO ANO LETIVO 2020/2021:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de participação financeira no montante global de cinquenta e dois mil e cinquenta e dois euros, repartidos pelas vinte e quatro associações de pais e encarregados de educação, para o funcionamento dos Centros de Tempos Livres no ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, conforme se apresenta:-----

----- Agrupamento - Escola - Valor a atribuir:-----

----- Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Porto Salvo - cinco mil quinhentos e setenta e sete euros;-----

----- Agrupamento de Escolas Carnaxide - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Antero Basalisa - mil duzentos e oitenta e sete euros; -----

-----Agrupamento de Escolas Carnaxide - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Sylvia Philips - três mil duzentos e oitenta e nove euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Carnaxide - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada Vieira da Silva - mil quatrocentos e trinta euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica António Rebelo de Andrade - mil e um euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Conde de Oeiras - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Sá de Miranda - dois mil duzentos e oitenta e oito euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Linda-a-Velha/Queijas - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Gil Vicente - mil duzentos e oitenta e sete euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Linda-a-Velha/Queijas - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Santo António de Tercena - mil cento e quarenta e quatro euros;--

-----Agrupamento de Escolas Linda-a-Velha/Queijas - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Cesário Verde - quatrocentos e vinte e nove euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Linda-a-Velha/Queijas - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Jorge Mineiro - dois mil quatrocentos e trinta e um euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Linda-a-Velha/Queijas - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Narcisa Pereira - mil cento e quarenta e quatro euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Miraflores - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Alto de Algés - cinco mil e cinco euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Paço de Arcos - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Anselmo de Oliveira - dois mil duzentos e oitenta e oito euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Paço de Arcos - Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Dionísio dos Santos Matias - mil e um euros;-----

-----Agrupamento de Escolas Paço de Arcos - Associação de Pais e Encarregados de



Câmara Municipal  
de Oeiras

Educação da Escola Básica Maria Luciana Seruca - dois mil e dois euros; -----  
----- Agrupamento de Escolas Paço de Arcos - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Doutor Joaquim de Barros - dois mil setecentos e dezassete euros; ---  
----- Agrupamento de Escolas de São Bruno - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Samuel Johnson - três mil cento e quarenta e seis euros;-----  
----- Agrupamento de Escolas de São Bruno - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Visconde de Leceia - mil duzentos e oitenta e sete euros;-----  
----- Agrupamento de Escolas São Julião da Barra - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Conde de Ferreira - setecentos e quinze euros;-----  
----- Agrupamento de Escolas São Julião da Barra - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Gomes Freire de Andrade - seis mil setecentos e vinte e um euros; ---  
----- Agrupamento de Escolas São Julião da Barra - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Manuel Beça Múrias - mil cento e quarenta e quatro euros; -----  
----- Agrupamento de Escolas Santa Catarina - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Armando Guerreiro - mil quatrocentos e trinta euros; -----  
----- Agrupamento de Escolas Santa Catarina - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica Dom Pedro Quinto - mil quatrocentos e trinta euros; -----  
----- Agrupamento de Escolas Santa Catarina - Associação de Pais e Encarregados de  
Educação da Escola Básica João Gonçalves Zarco - mil oitocentos e cinquenta e nove euros. ----  
----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro,  
número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na  
redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----  
----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro. -----  
----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de  
fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março,

regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.- -----

-----Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto e quinto, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**40 - PROPOSTA Nº. 364/21 - SIMAS - RESPONSABILIDADE DOS SIMAS NA GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTOS DA MARINA DE OEIRAS E PISCINA OCEÂNICA DA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE OEIRAS:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a transferência para os SIMAS, mediante a assunção por esta entidade dos respetivos encargos financeiros, sem prejuízo da titularidade da propriedade dos referidos imóveis continuar a permanecer ao Município de Oeiras, da responsabilidade pela gestão e manutenção de três Estações Elevatórias de drenagem de águas residuais domésticas, designadamente da Doca Seca, da Marina de Oeiras e da Piscina Oceânica, situadas nas imediações da Marina de Oeiras e identificadas na informação INT-SIMAS/dois mil e vinte e um/setecentos e oito, de um de fevereiro, complementada pela INT-SIMAS/dois mil e vinte e um/mil duzentos e setenta e sete, de quinze de março, designadamente a assunção dos valores dos investimentos a realizar a curto e médio prazo, que representam a quantia global de cerca de sessenta e nove mil euros.-----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

**41 - PROPOSTA Nº. 365/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, AO ABRIGO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A EMPREITADA DESTINADA À EXECUÇÃO DO “COLETOR 59 - REMODELAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NA PRAÇA CENTRAL DE QUEIJAS”:** -----

----- I - O Senhor Vereador **Joaquim Raposo** salientou o seguinte: -----

----- “Neste processo a empresa Plandese, Sociedade Anónima, ganhou o concurso, houve uma troca de argumentos entre mim próprio e o arquiteto Pedro Carrilho sobre a primeira página do relatório e a última, faltavam as folhas do meio e, por essa razão, houve empresas que não constavam, faltava o miolo do processo que diz respeito à intervenção dos SIMAS na área do saneamento na praça Central de Queijas. -----

----- Como estamos em obra, o que se propõe é o ajuste direto à mesma empresa que está a fazer a obra por parte da Câmara. -----

----- Quando se começa uma obra com esta dimensão os coletores fazem-se antes de acabar a rotunda, ou pararam a obra, ou então fizeram aqui um outro tipo de gestão para que a obra não podendo parar, continuasse à espera da adjudicação, apesar de ser um ajuste direto, neste caso devíamos votar a proposta para depois se fazer o contrato e começar a obra. -----

----- Era previsto realizar-se a obra num determinado tempo e não está concluída, os prazos em que a obra foi adjudicada não vão estar corretos. -----

----- Na altura quando se fez esta intervenção e este planeamento, não se sabia se havia necessidade de se fazer esse tipo de intervenção a nível dos coletores? -----

----- Acho que sim, não é a Câmara que está a fazer a obra, são os SIMAS e é por isso que existe a coordenação entre os SIMAS e as Câmaras, as obras são interligadas e permite que haja

intervenção em simultâneo e há casos em que não é assim, por vezes, adjudicamos e depois temos que suspender, porque, entretanto, as Câmaras Municipais não concordam com a intervenção feita naquele momento ou porque tinham planeado mais tarde ou porque já tinham feito uma intervenção e não querem destruir aquilo que já fizeram. -----

-----A nível do procedimento legal está cumprido, do ponto de vista do que foi a fundamentação utilizada pelos SIMAS, em relação a esta obra está cumprido, não tenho dúvidas sobre isso, mas uma obra que era para custar trezentos e tal mil euros com mais os duzentos e tal mil que tivemos de gastar agora, fica para cima de seiscentos mil euros. -----

-----Não poderei votar diferente daquilo que votei em relação à própria justificação, não tem a folha dois, nem três, nem quatro e assim sucessivamente e, nesse sentido, votarei contra em conformidade com o que tinha votado quando foi a situação da obra por parte da Câmara.”---

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** explicou o seguinte: -----

-----“Depois destas declarações do Senhor Vereador Joaquim faz todo o sentido fazer aqui um enquadramento sobre este procedimento e esta empreitada, para que todos os Senhores Vereadores consigam perceber a correlação permanente e contínua que deve haver entre as empreitadas da Câmara e as empreitadas dos SIMAS. -----

-----O Senhor Vereador Joaquim Raposo tocou numa situação e numa área que é sensível, a coordenação entre duas entidades, a coordenação das várias empreitadas que nesta altura do campeonato, temos muitas coisas em curso nos SIMAS e temos muitas outras empreitadas na Câmara.-----

-----Esta coordenação, Senhor Vereador, é a coordenação que é possível ter, hoje em dia, posso-lhe garantir que ela é feita todos os meses, porque por via de uma reunião que acontece entre os Serviços da Câmara Municipal de Oeiras e os Serviços dos SIMAS, aliás, amanhã vai acontecer uma reunião, precisamente, onde vamos abordar temas que são polémicos, no âmbito de empreitadas de um lado e do outro lado.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Neste momento, temos uma empreitada dos SIMAS, em Cacilhas, no Casalinho Morais e às vezes é normal os Municípios não perceberem, porque é que nalgumas ruas estamos a fazer de uma forma e noutras o estamos a fazer de outra forma, no mesmo aglomerado urbano, porque numa rua só está a intervencionar os SIMAS ao nível da remodelação de redes e o que acontece é que os pavimentos são exatamente os mesmos, ou seja, são repostos e noutras ruas estão a intervir a Câmara e os SIMAS e nessas ruas os pavimentos são novos, assim também esclareço umas questões que o Senhor Vereador Pedro Patacho me colocou, aliás, o Senhor Vereador Carlos Morgado reside nesse aglomerado, certamente, saberá daquilo que eu estou a falar.-----

----- Mas é uma situação que com uma melhor coordenação conseguimos atingir outro tipo de desempenho nesta matéria. -----

----- No caso em concreto deste procedimento já estava prevista a intervenção dos SIMAS naquela área, que é o coletor cinquenta e nove e o que se prevê aqui é a divisão desta intervenção em duas fases, uma agora por via e acompanhando a empreitada da Câmara e uma outra que haverá de ser subsequente na totalidade, na Rua João Iteperano Duarte que vai acontecer em dois mil e vinte e dois. -----

----- O munícipe não vai perceber e nós politicamente também não queremos que tal aconteça, ou seja, haver uma empreitada da Câmara, que fazemos e embelezamos e depois passados uns meses ou um ano voltamos a destruir para remodelar as redes de água ou saneamento. -----

----- Na verdade, isto não é gerir convenientemente o erário público, razão pela qual vamos aproveitar a empreitada da Câmara para também intervir neste coletor. -----

----- Este tipo de intervenção não era para ter acontecido desta forma, era a solução inicial que os SIMAS me apresentaram em Conselho de Administração, que era aproveitarmos uma empreitada genérica da Divisão de Saneamentos de Oeiras, uma empreitada de quase seiscentos

mil euros, em que um terço era gasto nesta intervenção, contudo, depois apresentaram-me uma outra solução a dizer que não era possível recorrermos a essa empreitada genérica, tínhamos que consultar o empreiteiro da Câmara, porque uma obra é sempre melhor termos um só empreiteiro do que dois, porque senão a dada altura nem no mês de agosto, de dois mil e vinte e dois tínhamos a obra pronta. -----

-----O objetivo deste ajuste direto por critérios materiais é aproveitar a boleia do empreiteiro da Câmara e temos esta dupla valência na obra, é imperativo Senhor Vereador terminarmos esta intervenção no mês de agosto.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Armando Soares, Heloísa Apolónia e voto contra do Senhor Vereador Joaquim Raposo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a abertura de procedimento por ajuste direto, por critérios materiais, com consulta à empresa “Plandese, Sociedade Anónima”, para a empreitada destinada à execução do “Coletor Cinquenta e Nove - Remodelação da rede de saneamento na Praça Central de Queijas” (Rua António Maria Costa Macedo junto ao Mercado de Queijas, entre as câmaras de visita domésticas vinte e sete e trinta e quatro e entre as câmaras de visita pluviais vinte e sete e trinta e um), no Concelho de Oeiras, pelo preço base de duzentos e dezoito mil novecentos e oitenta e nove euros e trinta e três centimos, acrescido de IVA, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, pelo prazo máximo de noventa dias, com a execução a ocorrer integralmente no ano de dois mil e vinte e um.-----

-----As peças do concurso, compostas pelo convite e caderno de encargos.-----

-----A celebração de contrato escrito.-----

-----A designação do gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente



Câmara Municipal  
de Oeiras

a execução do mesmo, em todos os seus aspetos e ainda delegar na mesma a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico.-----

----- A delegação no Diretor-delegado do ato de liberação de cauções a que possa haver lugar, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato. ---

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. ----

----- Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**42 - PROPOSTA Nº. 366/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À SUBSTITUIÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ESTRADA DA FALAGUEIRA E ARRUAMENTOS CONFINANTES, NA FREGUESIA DA FALAGUEIRA-VENDA NOVA, NA AMADORA:-----**

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a abertura do procedimento por concurso público, para a empreitada destinada à substituição de redes e ramais de abastecimento de água na Estrada da Falagueira e arruamentos

confinantes, na Freguesia da Falagueira-Venda, na Amadora, pelo preço base de trezentos e vinte e um mil cento e oitenta euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, a desenvolver num prazo de execução de duzentos e quarenta dias, prevendo-se que a mesma decorra entre novembro de dois mil e vinte e um e junho de dois mil e vinte e dois e demais atos nela referidos. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**43 - PROPOSTA Nº. 367/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA: -----**

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte:-----

-----“Trata-se de uma ratificação.” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Estamos a falar de uma abertura de procedimento.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** atalhou o seguinte: -----

-----“Isto é SIMAS, estamos a ratificar a proposta de deliberação número cento e onze/SIMAS/dois mil e vinte e um.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Não Senhor Vereador, não é nenhuma ratificação, é a abertura de procedimento.”---

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** mencionou o seguinte:-----

-----É um procedimento por concurso público para a prestação de serviços de higiene e limpeza. --- -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A abertura já foi aprovada, a Câmara está a ratificar a proposta de deliberação aprovada nos SIMAS.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** frisou o seguinte:-----

----- “A abertura foi a Conselho de Administração e vem ao Órgão Executivo de Oeiras e da Amadora.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** insistiu no seguinte:-----

----- “Nós estamos a ratificar a proposta de deliberação dos SIMAS.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** atalhou o seguinte:-----

----- “Não estamos a ratificar, aliás, o Senhor Vereador Joaquim Raposo várias vezes em reuniões de Câmara tem suscitado essa questão e eu na última reunião do Conselho de Administração suscitei essa temática junto do arquiteto Romano e o Senhor Vereador em algumas propostas menciona que estamos a ratificar e não estamos, no fundo, é uma abertura que em função da despesa, tem que vir ao Órgão Executivo de Oeiras e Amadora.-----

----- O Conselho de Administração não tem competência de despesa para permitir e autorizar a abertura deste procedimento, tem que vir ao Órgão Executivo e não é uma ratificação.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** perguntou o seguinte:-----

----- “Então o que é?-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte:-----

----- “É a autorização para a abertura do procedimento.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** acrescentou o seguinte:-----

----- “Se aprovam e se vem à Câmara é para ratificar a aprovação que fizeram na vossa proposta de deliberação.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte:-----

----- “Eu tenho competência de despesa até aos duzentos mil euros, mas o Senhor

Presidente não ratifica uma autorização da Vereadora, eu concordo e coloco à consideração do Senhor Presidente.”-----

-----A **Coordenadora do NAOM-CM, Maria Adelaide Silva** esclareceu o seguinte: ----

-----“O Senhor Vereador Joaquim Raposo tem razão, porque na Ata, se a Senhora Vereadora for verificar a proposta dos SIMAS no fim diz: “...para a Câmara de Oeiras ratificar a deliberação do Conselho de Administração de tantos, de tantos...” -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Eu até percebo esta terminologia na proposta, mas sinceramente, não concordo com a mesma, não me tinha apercebido ainda disso.”-----

-----A **Coordenadora do NAOM-CM, Maria Adelaide Silva** reiterou o seguinte: -----

-----“Mas sempre foi assim.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Não concordo na mesma, porque quem tem competência de despesa para autorizar a abertura deste procedimento não é o Conselho de Administração dos SIMAS, é o Órgão Executivo de Oeiras e Amadora, mas pronto está aqui a ratificação, ratifique-se.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** salientou o seguinte: -----

-----“Todas as propostas dos SIMAS têm ratificação, mas se é assim, alteram e não vem com ratificação e vêm se têm competência ou não, mas isso é outra coisa, o que não posso é aprovar algo diferente do que está.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a abertura de procedimento por concurso público com publicidade internacional para a



Câmara Municipal  
de Oeiras

prestação de serviços destinados à higiene e limpeza das instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora, pelo preço base de oitocentos e noventa mil e cem euros, acrescido de IVA, a executar no prazo de doze meses, prevendo-se a possibilidade de renovação por períodos não superiores a doze meses, até ao limite de três anos, a desenvolver nos anos de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, devendo, face ao carácter plurianual da prestação de serviços em causa, ser afeto para efeitos cabimentais os montantes de cento e vinte e três mil seiscentos e vinte e cinco euros ao ano de dois mil e vinte e um, de duzentos e noventa e seis mil e setecentos euros ao ano de dois mil e vinte e dois, de duzentos e noventa e seis mil e setecentos euros ao ano de dois mil e vinte e três e de cento e cento e setenta e três mil e setenta e cinco euros ao ano de dois mil e vinte e quatro, todos acrescidos de IVA.----

----- As peças do concurso, compostas pelo programa do procedimento e caderno de encargos.-- -----

----- A celebração de contrato escrito. -----

----- O júri do procedimento, com atribuição e delegação de competências para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos. -----

----- A designação do Chefe da Divisão de Gestão de Património, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos e ainda delegar na mesma a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico.-----

----- A delegação no Diretor-delegado do ato de liberação de cauções a que possa haver lugar, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na

sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato.---

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**44 - PROPOSTA Nº. 368/21 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO CONTROLO DE PRAGAS - DESRATIZAÇÃO E DESINFESTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a adjudicação do procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para a aquisição de serviços destinados ao controlo de pragas - desratização e desinfestação do Município de Oeiras, à entidade “Pestox, Limitada”, pelo valor de trezentos e oitenta e três mil cento e vinte e oito euros e vinte cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de trinta e seis meses, nos termos dos relatórios preliminar e final elaborados pelo júri.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**45 - PROPOSTA Nº. 369/21 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS ORIGINÁRIOS NO “PRINTING & FINISHING” - ALTERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO E GESTOR DO CONTRATO:-----**

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** frisou o seguinte:-----

----- “Na altura em que a primeira proposta veio à Câmara o júri já estava composto, mas fruto da reestruturação a qualquer momento iriam ser substituídos, assim sendo, passa a elemento efetivo o engenheiro Linares, vogal a doutora Rosa Lopes e como gestora do contrato também a doutora Rosa Lopes, o único que se mantém é o doutor António Mascarenhas. -----

----- Na altura, podíamos ter acautelado esta situação, antes de se ter aprovado a outra proposta, mas pronto.” -----

----- II - Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Armando Soares, Heloísa Apolónia e abstenção do Senhor Vereador Joaquim Raposo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um, na qual aprovou no âmbito do procedimento por concurso público destinado à contratação da prestação de serviços para a expedição de objetos postais originários no “Printing & Finishing”, autorizar a alteração do júri do procedimento anteriormente nomeado, com a recomposição do mesmo. -----

----- A designação do Diretor do Departamento de Gestão de Clientes e Serviços Operacionais, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as

medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**46 - PROPOSTA Nº. 370/21 - DP - ALARGAMENTO DO PERÍODO DE NÃO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE POR PARTE DA “NMRJ - GESTÃO DE NEGÓCIOS, S.A.”, PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ELETRICIDADE E DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DO COMPLEXO DE PADEL: -----**

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“Este assunto já veio aqui há Câmara em dois mil e dezoito, depois veio em maio de dois mil e dezanove, nessa altura era para aprovar o alargamento do período de não pagamento da remuneração do direito de superfície por mais oito meses ou até ao final de dois mil e dezanove e depois veio em junho de dois mil e vinte a conclusão da instalação elétrica e equipamento e agora quando finalmente pensava que estava resolvido, afinal não está, ou seja, são precisos mais não sei quantos meses, porque veio uma carta em janeiro deste ano a propor o alargamento do período, porque até agora a obra não está feita, nem se encontra iniciada, ou seja, a própria Câmara comprometeu-se a fazer a obra ao fim de sete meses e a obra ainda não começou. -- -----

-----Quando é que começa a obra ou vamos estar permanentemente a adiar? -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Há aqui um prazo, se não começa há uma altura em que caduca, há aqui atrasos que não se compreendem.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Há aqui uma coresponsabilidade da minha parte até porque é o Departamento de Obras que está com a responsabilidade de realizar as infraestruturas, eu até penso que aprovei a abertura do procedimento há uns meses, desconheço se a obra está em curso ou não razão pela qual vou passar a palavra ao Senhor Vereador Nuno Neto para esclarecer cabalmente esta proposta.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

----- “Este concurso público foi herdado neste mandato, sofreu várias vicissitudes com a execução dos ramais, há alguns que se devem a atrasos da Câmara, outros que se devem a atrasos dos SIMAS e da EDP, mas sofreu também outro atraso que não foi culpa nossa, nem da Câmara nem da EDP, nem dos concessionários, nem de ninguém, mas houve uma impossibilidade da realização da obra devido a uma providência cautelar que paralisou os trabalhos e que veio a ser julgada improcedente, portanto, puderam já retomar os trabalhos. -----

----- É indiscutível que aconteceram todas estas vicissitudes, temos tentado levar este contrato a bom porto, na altura da providência cautelar estava a receber os equipamentos para instalar e com a obrigatoriedade de paralisação da obra teve que atrasar a instalação, teve de deixar os equipamentos na fábrica a aguardar.-----

----- Neste momento os ramais estão já em execução. -----

----- Quanto à execução da obra do ramal, mereceu projeto, mereceu adjudicação, todas as complexidades que a contratação pública obriga, mais a questão da paralisação durante os meses da providência cautelar, portanto, acredito que é agora, tenha esperança Senhor Vereador que arranca até ao fim.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“A questão é que a Câmara vai fazer a obra, vai tratar da eletricidade, eu estou a ler um email de vinte e sete de fevereiro, ou seja, passaram sete meses e nada, mas será que a empresa tem interesse, porque estão permanentemente a arranjar uma desculpa, ninguém os obriga a fazer a obra, eles concorreram e ganharam, mas quando estas questões se colocaram era preciso ter-se acautelado isso.-----

-----De certeza que nós não temos a mesma tolerância que outros, se tivessem dito que havia aqui um problema, e há uma providência cautelar, é evidente que ficava parado à espera, mas não foi isso, é falta de informação que permite que organizemos as coisas de outra forma.”--

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Joaquim Raposo acabei de entrar em contacto telefónico com os Serviços e eu posso informar que a construção do ramal está finalizada, agora há de faltar a iniciativa privada, que é o particular a solicitar à EDP a ligação, portanto, da parte da Câmara a obra está finalizada.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, autorizar o alargamento do período de não pagamento da remuneração do direito de superfície, por parte da “NMRJ - Gestão de Negócios, Sociedade Anónima”, com efeitos a um de março de dois mil e vinte e um, por mais seis meses, até ao final do mês de agosto de dois mil e vinte e um, por forma a permitir a conclusão das obras tendentes à construção das infraestruturas urbanísticas que possibilitem as ligações de eletricidade do terreno cedido à rede de abastecimento pública e permita a conclusão da obra de instalação do Complexo de Padel. -----

-----Nos termos dos artigos quadringentésimo quinto, quadringentésimo sexto e milésimo quingentésimo vigésimo quarto, do Código Civil.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

**47 - PROPOSTA Nº. 371/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À CASA DO PARQUE, PARA CONTRATAÇÃO DE COLABORADORES: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Crescer Ser - Associação Portuguesa para os Direitos dos Menores e da Família/Centro de Acolhimento Temporário “Casa do Parque”, no valor total de dois mil quinhentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos, para apoio à contratação de mais colaboradores. -----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea o), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**48 - PROPOSTA Nº. 372/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AZEREDO PERDIGÃO, Nº. 5, 2º. DTO., NO BAIRRO DO POMBAL: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Três, situado na Rua Azeredo Perdigão, número cinco, segundo direito, no Bairro do Pombal.----

-----A fixação da renda mensal no valor de oito euros e setenta e oito cêntimos.-----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

**49 - PROPOSTA Nº. 373/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE, PARA A AQUISIÇÃO DE 2 CAMAS ARTICULADAS/ELEVATÓRIAS PARA A ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma



Câmara Municipal  
de Oeiras

comparticipação financeira, ao Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide, no montante global de três mil e cinquenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos, IVA incluído, para apoiar a aquisição de duas camas articuladas/elevatórias para a Estrutura Residencial para Idosos.

----- O compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

----- Em caso de não aplicação, no todo ou em parte, da participação financeira aprovada à referida aquisição, reservar para si o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, na redação da Lei número setenta e dois, de dois mil e vinte, de dezasseis de novembro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**50 - PROPOSTA Nº. 374/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À “PROATLÂNTICO - ASSOCIAÇÃO JUVENIL”, PARA DESENVOLVIMENTO DAS SUAS ATIVIDADES:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cinco mil euros, à “ProAtlântico - Associação Juvenil”, para apoio ao desenvolvimento das suas atividades. -----

-----A minuta de termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea a) e alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e setenta, de dois mil e dezanove, de quatro de dezembro. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e Processo Tributário e do número um, do artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

**51 - PROPOSTA Nº. 375/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO LITERATURA, LITERACIA E MEDIAÇÃO (ALEM), PARA APOIO A POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL FACE AO COVID-19: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à Associação Literatura, Literacia e Mediação, no montante global de mil trezentos e trinta e três euros, para apoio a agregados ciganos de Carnaxide, em situação de vulnerabilidade acrescida devido à pandemia do Covid-Dezanove. -----

----- O termo de aceitação. -----

----- Nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme o previsto nos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro, número um, alínea u). -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

**52 - PROPOSTA Nº. 376/21 - DCS - APOIO EXTRAORDINÁRIO À “APOIO - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL”, PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS AOS UTENTES DA UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA, NO 1º. TRIMESTRE DE 2021:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à “Apoio - Associação de Solidariedade Social”, no montante de dois mil cento e vinte e dois euros e cinco cêntimos, para apoio às refeições confeccionadas e disponibilizadas aos residentes da Unidade Residencial Madre Maria Clara, no primeiro trimestre de dois mil e vinte e um.-----

-----A minuta de termo de aceitação.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas u) e v), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código de Contratos Públicos.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

**53 - PROPOSTA Nº. 377/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS E À FUNDAÇÃO OBRA SOCIAL DAS RELIGIOSAS DOMINICANAS IRLANDESAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS, NO ÂMBITO DO PLANO MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - COVID-19: -----**



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição das seguintes participações financeiras que totalizam trinta mil euros, no âmbito do Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade Social, para disponibilização de refeições confeccionadas, de acordo com o seguinte:-----

----- À Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, no montante de vinte mil euros, correspondente à confeção de quatro mil refeições (quarenta e oito refeições confeccionadas e já disponibilizadas até vinte e seis de abril de dois mil e vinte e um e as restantes para assegurar refeições subsequentes);-----

----- À Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, no montante de dez mil euros, correspondente à confeção de duas mil refeições.-----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conforme o previsto na alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro.-----

----- Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Código do Procedimento e Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

**54 - PROPOSTA N.º 378/21 - DCS - TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS ATRIBUIÇÃO DE**

**COMPARTICIPAÇÃO À “PET B HAVIOR” RENOVAÇÃO DE PROPOSTA:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à “Pet B Havior”, no valor total de nove mil e seiscentos euros, para o desenvolvimento de Terapia Assistida por Animais, no Centro Nuno Belmar da Costa e no Centro Social e Paroquial de São Romão.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea g) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentado pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro e artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

-----Artigos segundo, números um e dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

**55 - PROPOSTA Nº. 379/21 - DCS - ALTERAÇÃO DE COMPROMISSO ORÇAMENTAL E DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 1125/2020, DE 16 DE DEZEMBRO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a descabimentação do valor remanescente da proposta de deliberação número mil cento e vinte e cinco, de dois mil e vinte, de dezasseis de dezembro, na quantia de quatro euros e sessenta e nove cêntimos.-----

----- Nos termos do artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, aditado pelo artigo ducentésimo vigésimo terceiro, da Lei número oitenta e dois-B, de dois mil e catorze, do Código do Procedimento e do Processo Tributário.-----

----- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, nos termos do anexo oito ponto três ponto um.-----

----- Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo nono a centésimo septuagésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

**56 - PROPOSTA Nº. 380/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO NAVARRO, Nº. 6, 3º. A, NA UNIDADE RESIDENCIAL MADRE MARIA CLARA:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Um, situado na Rua António Navarro, número seis, terceiro A, na Unidade Residencial Madre Maria Clara.-----

----- A fixação da renda mensal no valor de oito euros e setenta e oito cêntimos, com entrada em vigor a um de junho de dois mil e vinte e um e calculada de acordo com os

rendimentos declarados pelo requerente, acrescida de dez euros de taxa de condomínio. -----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

**57 - PROPOSTA N.º 381/21 - DGSH - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 999/2020 APROVADA A 18 DE NOVEMBRO, RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA QUINTA DO SALES, N.º 5, 2.º ESQ., NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA, EM CARNAXIDE, POR NECESSIDADE DE REAJUSTAMENTO TIPOLOGICO: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a revogação da proposta de deliberação número novecentos e noventa e nove, de dois mil e vinte, de dezoito de novembro, relativa à atribuição do fogo municipal T Dois, sito na Rua Quinta do Sales, número cinco, segundo esquerdo, no Bairro Encosta da Portela, em Carnaxide, por necessidade de reajustamento tipológico. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Artigos centésimo sexagésimo quinto, número um, centésimo sexagésimo sétimo,



Câmara Municipal  
de Oeiras

número dois, alínea c), centésimo sexagésimo nono, número um e centésimo septuagésimo, número um, do Código do Procedimento Administrativo.-----

**58 - PROPOSTA Nº. 382/21 - DGSH - TRANSFERÊNCIA PARA O FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, Nº. 4 A, NO BAIRRO S. MARÇAL, EM CARNAXIDE, POR NECESSIDADE DE MUDANÇA PARA PISO TÉRREO:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Rua António Gomes Leal, número quatro A, no Bairro São Marçal, por necessidade de mudança para piso térreo. -----

----- A manutenção do valor de renda atualmente fixado em trinta e sete euros e oitenta e um cêntimos.-----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, em especial o artigo décimo sexto-A, número cinco, alínea a). -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

**59 - PROPOSTA Nº. 383/21 - DGSH - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO RELATIVO AO FOGO SITO NA RUA DR. ALBERTO PINHEIRO TORRES, Nº. 5, R/C DTO., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS, EM CARNAXIDE: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a elaboração de novo contrato de arrendamento apoiado, relativo ao fogo sito na Rua Doutor Alberto Pinheiro Torres, número cinco, rés-do-chão direito, no Bairro Páteo dos Cavaleiros, em Carnaxide. -----

-----O reajustamento tipológico do atual agregado, para fogo T Dois, logo que existe disponibilidade de fogos. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

**60 - PROPOSTA Nº. 384/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA TOMÁS DE LIMA, Nº. 1, R/C ESQº., NO BAIRRO DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição condicional da habitação T Dois, situada na Rua Tomás de Lima, número um, rés-do-chão esquerdo, no Bairro Doutor Francisco Sá Carneiro. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta



Câmara Municipal  
de Oeiras

e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

**61 - PROPOSTA Nº. 385/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA CONSUELO CENTENO, Nº. 22, NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da habitação T Zero, situada na Rua Consuelo Centeno, número vinte e dois, no Bairro Encosta da Portela. ----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

**62 - PROPOSTA Nº. 386/21 - DGSH – REAJUSTAMENTO TIPOLOGICO PARA FOGO SITO NA RUA DR. NUNO SIMÕES, Nº. 11, R/C ESQº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: ----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos

Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo de tipologia T Dois, sito na Rua Doutor Nuno Simões, número onze, rés-do-chão esquerdo, no Bairro Páteo dos Cavaleiros. -----

-----A fixação da renda no valor de nove euros e sessenta e dois cêntimos. -----

-----A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

**63 - PROPOSTA Nº. 387/21 - DAEGA - DESCABIMENTAÇÃO DE 4 BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE OEIRAS - ANO LETIVO 2020/21: -----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a descabimentação da verba no valor de cinco mil e setenta e cinco euros. -----

-----Que o valor global do cabimento explanado na proposta de deliberação número trinta e nove, de dois mil e vinte e um, deverá ser alterado de seiscentos e trinta e oito mil euros para seiscentos e trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco euros. -----

-----Nos termos da alínea d), do número um, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e



Câmara Municipal  
de Oeiras

hh), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Número um, do artigo centésimo septuagésimo terceiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

**64 - PROPOSTA Nº. 388/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÃO FINANCEIRA À LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO XAVIER, PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA:-----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de subvenção financeira à Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco Xavier, no montante global de sessenta e três mil novecentos e noventa e seis euros e noventa cêntimos, para aquisição de uma ambulância. -----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário.- -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

**65 - PROPOSTA Nº. 389/21 - GCAJ - EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO SOBRE PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, EM VILA FRIA - PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** questionou o seguinte:-----

-----“Haveria algum problema de nós adiarmos esta proposta, porque eu gostava de dar uma olhadela de forma mais aprofundada, porque suscita-me alguns problemas de consciência a votação desta proposta de acordo com a leitura que fiz.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte:-----

-----“Eu vou-lhe fazer aqui um enquadramento sobre esta proposta de deliberação cuja história está relacionada com uma empreitada em curso que acompanhei. -----

-----Estamos a falar da Rua Ator António Pinheiro, em Vila Fria, de quem vem da A Cinco e vai para a Rotunda das Oliveiras e segue para Vila fria, temos aquela curva que desde sempre esteve estrangulada e nós conseguimos ao final de dez anos ou mais chegar a acordo com o proprietário maioritário que era o Senhor Luís Porfírio, pagámos uma indemnização e conseguimos demolir parte do edificado, contudo, para melhorar o traçado faltava uma pequena casa que lá estava, essa pequena casa há muitos anos atrás foi constituído um direito de superfície, entretanto, os superficiários faleceram, ficando os filhos dos superficiários.-----

-----Os filhos dos superficiários são um casal de Porto Salvo com uma irmã que tem problemas de deficiência e que havia a suspeita de morar nessa casa. -----

-----Eu reuni com os descendentes dos superficiários e chegámos à conclusão de que a



Câmara Municipal  
de Oeiras

casa na presente data estava devoluta, a reunião aconteceu no início do mês de março e eles predispuseram-se a disponibilizar de imediato a casa, aliás, nós já avançámos com a remoção do fibrocimento, se passarem lá podem constatar que nós já fizemos o pedido junto do ACT para remover o fibrocimento, aliás, eu até acho que já avançámos com a demolição da própria casa, portanto, eu gostava de votar esta proposta hoje por uma razão, são três irmãos, um deles deficiente, há quantias a despender face a uma das irmãs ter problemas adicionais por ser deficiente e os dois outros irmãos têm vindo diariamente aqui à Câmara, porque tiveram uma grande disponibilidade para com o Município no sentido de disponibilizar a casa para nós continuarmos a obra, melhorarmos o traçado da via, melhorarmos o desempenho dos passeios e eu gostava sinceramente, dado que pressionei muito o Gabinete Jurídico para ultimar esta proposta, votarmos hoje, para em breve, no máximo dentro de uma semana, podermos dar a indemnização a estes dois irmãos.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

----- “O meu problema de consciência reside mais na componente social do que propriamente naquilo que a Senhora Vereadora acabou de explicar, que compreendo, tem a ver, por exemplo, com compreender como é que foi achada esta indemnização de vinte mil euros e tendo em conta aquilo a que se destina, no fundo o apoio a essa senhora que tem problemas de deficiência e tendo em conta a idade da senhora eu não consigo compreender como é que estes vinte mil euros serão quantia suficiente para assegurar o propósito a que eles se destinam.-----

----- A minha preocupação e o que eu gostava mais de compreender é exatamente de qual é a garantia e se assegurará a essa senhora aquilo que se pretende assegurar.-----

----- Por exemplo, está assegurado um acompanhamento por parte da Segurança Social se for caso disso?”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Vereadora Heloísa Apolónia estamos aqui a baralhar conceitos, esta

indeminização foi escrutinada pela Comissão Municipal de Avaliações e chegámos a este valor de vinte mil euros, até tínhamos chegado a um valor mais baixo, mas tentámos fazer aqui um sacrifício para chegarmos aos vinte mil euros e foi o valor que falámos com os dois irmãos, porque a terceira irmã não tem capacidade cognitiva para perceber o que é que está em causa, essa irmã já vive de forma alternada com um dos irmãos semana sim, semana não, portanto, este valor não é para colocar essa irmã num lar ou numa instituição, até porque é preciso ficar isto saliente que a casa já estava devoluta há muito tempo, aquilo não é uma casa, a área daquela casa são talvez dez ou doze metros quadrados, não tem mais do que isso, portanto, é uma casa muito pequena que não tem as mínimas condições de habitabilidade e salubridade e já lá não tinha nada. -----

-----Eu até partindo do pressuposto que a casa estaria ocupada, no mês de março coloquei à disposição dos dois irmãos os nossos Serviços de Logística para podermos carregar mobília, como fizemos com o senhor Porfírio, mas no caso em concreto os irmãos colocaram-me à vontade e disseram-me, a casa está devoluta e ela vive connosco, portanto, a casa não estava ocupada por esta senhora e estes vinte mil euros não servem fins sociais, servem para uma indemnização pelo término do direito de superfície.”-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

-----“Mas de qualquer maneira eles estão adjudicados ao apoio à senhora, daí a minha preocupação, foi um pormenor que eu não tinha percebido.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a extinção do direito de superfície constituído por escritura pública, em quinze de janeiro de mil novecentos e oitenta e oito, sobre uma parcela de terreno municipal, sem inscrição própria na matriz, situada em Vila Fria, com a



Câmara Municipal  
de Oeiras

área de oitenta e sete metros quadrados, descrita na Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número dezanove mil quatrocentos e sessenta e nove. -----

----- O pagamento de vinte mil euros, a título de indemnização pela extinção do direito de superfície aos herdeiros, com o compromisso desse valor ser utilizado no sustento da filha, a efetivar mediante a assinatura da declaração de aceitação. -----

----- Nos termos do número dois, da cláusula sétima, do Contrato de constituição do direito de superfície de quinze de janeiro de mil novecentos e oitenta e oito. -----

----- Artigo vigésimo primeiro, número três, do Decreto-Lei número setecentos e noventa e quatro, de setenta e seis, de cinco de novembro, na redação dada pelo Decreto-Lei número quatrocentos, de oitenta e quatro, de trinta e um de dezembro. -----

----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e qq), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**66 - PROPOSTA Nº. 390/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA DR. VÍTOR SÁ MACHADO, Nº. 14, R/C ESQº., NO BAIRRO PÁTEO DOS CAVALEIROS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, situado na Rua Doutor Vítor Sá Machado, número catorze, rés-do-chão esquerdo, no Bairro Páteo dos Cavaleiros. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de cento e oitenta euros e dezassete cêntimos, com entrada em vigor a um de julho de dois mil e vinte e um e calculada de acordo com os rendimentos declarados pelo requerente. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta

e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

**67 - PROPOSTA Nº. 391/21 - DOM - Pº. 2020/158-DEM - “REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA SECUNDÁRIA AMÉLIA REY COLAÇO, EM LINDA-A-VELHA” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR, 2º. PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----**

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“Isto é um concurso para a remoção do amianto numa escola e a questão tinha a ver com a exclusão de quatro empresas e uma empresa que não apresentou proposta, por isso, não foi qualificada como concorrente, de maneira que, sobraram as restantes empresas.-----

-----No primeiro relatório preliminar ficou em primeiro lugar a empresa Sotecnisol, Sociedade Anónima, do ponto de vista do valor da proposta e o valor da classificação final, tem a ver com a percentagem que está atribuída na valia técnica e do preço, acontece que houve uma contestação, foi excluída a empresa Sotecnisol e passou para primeiro lugar a empresa OMEP, Obras Medições e Projetos, Limitada, que estava em segundo lugar, apesar de que quem contestou foi uma empresa que estava em terceiro lugar e passou para segundo lugar. -----

-----O relatório final é de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um, foi submetido a audiência prévia, a reclamação foi da empresa Mundimap, Limitada, mas o júri não deu razão, fez-se os cálculos de acordo com o que está ficando a empresa que estava em segundo lugar, a OMEP, com o valor de trezentos e dez mil euros, a empresa que estava em primeiro lugar estava com o valor de trezentos e quarenta e cinco mil euros. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A empresa Sotecnicol foi excluída por causa da questão das assinaturas nos documentos.” -----

----- A **engenhira Fátima Rabuge** disse o seguinte: -----

----- “O Senhor Vereador Joaquim Raposo já disse tudo, houve aqui uma reclamação da Mundimap à Sotecnisol relativamente ao facto de não ter dado cumprimento à Lei noventa e seis, de dois mil e quinze, que obriga a que todas as pastas e documentos sejam devidamente assinados aquando da introdução na plataforma da sua proposta e foi acatada essa reclamação, tendo sido verificadas todas as outras propostas se tinham cumprido ou não a questão das assinaturas e a classificação final foi subir em todas uma posição, excluindo o que estava em primeiro lugar que era a Sotecnisol.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar, segundo preliminar e final e consequentemente da proposta para execução da empreitada de obra pública “Remoção de coberturas com amianto - Escola Secundária Amélia Rey Colaço, em Linda-a-Velha”, do concorrente “OMEP - Obras, Medições e Projetos, Limitada”, pelo valor de trezentos e dez mil trezentos e noventa e três euros e noventa e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento e com o prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias.

----- O Gestor do Contrato.-----

----- A minuta do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, centésimo quadragésimo oitavo e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de

setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quatro, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos). -----

**68 - PROPOSTA Nº. 392/21 - DOM - Pº. 5307/UGPO/20 - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM SUBSTITUIÇÃO) DOS EQUIPAMENTOS HOTELEIROS DE TODOS OS REFEITÓRIOS E BARES DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL DO JÚRI - DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: -----**

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----

-----“No quadro dos concorrentes vi a empresa Número Virtual - Contabilidade e Gestão, Unipessoal, Limitada e tive curiosidade de ir ver, achei estranho como uma empresa de contabilidade e gestão concorre a um procedimento destes, estamos a falar de assistência aos refeitórios e bares municipais. -----

-----Tive a oportunidade de ver os critérios de avaliação e têm de ter experiência profissional e um funcionário permanentemente afeto, isto vale quarenta e cinco por cento. -----

-----Em relação à experiência profissional têm de ter o técnico um e o técnico dois, há aqui um conjunto de questões que não têm esse ponto de vista. -----

-----Depois o valor da proposta dá trinta e cinco por cento e o valor dos equipamentos vinte por cento. -----

-----Há aqui um conjunto de valores apresentados, o valor para a manutenção pretendida e o valor dos equipamentos, depois quando chegamos ao valor final chegamos à conclusão que é a empresa Electritel - Instalações de Energia e Telecomunicações, Limitada, que é de alarmes de segurança e reparação e manutenção de equipamento hoteleiro, por isso, acho estranho que em primeiro lugar fique uma empresa de instalações de energia e telecomunicações e em segundo lugar fique uma empresa que é de gestão e contabilidade, a minha interrogação é esta.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Eu gostava de realçar que ao longo destes últimos meses tenho ficado surpreendida como é que algumas empresas concorrem a determinados procedimentos, vou dar o exemplo, temos uma empresa chamada Gás Fomento que está nos SIMAS a substituir contadores, mas está na Câmara também a substituir pavimentos e foi adjudicado na Câmara a substituição e colocação de equipamento de “fitness”, ou seja, a mesma empresa que substitui contadores e que substitui pavimentos está agora a colocar equipamentos “fitness”, vejam a diversidade e a atividade.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** questionou o seguinte: -----

----- “Quando foi a classificação para os contadores, sabe qual foi a experiência que tinha, o “Know How” que tinha e a faturação que tinha?-----

----- Era em contadores de gás, não é a mesma coisa que contadores de água.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte: -----

----- “E agora temos uma empresa de contabilidade a concorrer a este procedimento, mas eu mais do que a tramitação técnica deste procedimento que a engenheira Fátima Rabuje está presente e poderá elucidar, eu gostava de dar conta da simbologia e da importância desta proposta de deliberação, por uma razão muito simples. -----

----- Quando um refeitório de uma escola não funciona, nada funciona numa escola, ou seja, a importância que é confeccionar comida para as crianças de uma escola, portanto, nós tivemos ao longo destes últimos anos, algumas reclamações sobre equipamentos que tinham deficiências, não estavam devidamente cuidados, razão pela qual abrimos um procedimento com este horizonte temporal de três anos para termos aqui algum desafogo e termos com a presença, com continuidade, alguém nas escolas a cuidar e a reparar esta tipologia de equipamentos. -----

----- Quanto aos concorrentes e à tramitação eu passo a palavra à engenheira Fátima Rabuje que está presente e poderá dar algum esclarecimento adicional.” -----

-----A **engenhaira Fátima Rabuje** disse o seguinte: -----

-----“Também nós estranhámos que uma empresa de contabilidade e gestão apresentasse aqui uma proposta, mas tem objeto comercial para tal, por isso, temos que a admitir.-----

-----Por acaso, não foi a proposta ganhadora, foi a Electritel que faz instalações de energia e telecomunicações que também tem objeto comercial para tal, por isso, temos de a admitir.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“E ainda bem que ganhou, porque ficou trinta mil euros abaixo.”-----

-----A **engenhaira Fátima Rabuje** esclareceu o seguinte:-----

-----“O que nos deixa de alguma forma descansados tem a ver com os critérios de adjudicação, porque nós acabámos por considerar nesta proposta e porque nos concursos hoteleiros e eletromecânicos devemos ter algum cuidado, porque há especificação muito própria e não é qualquer empresa que trabalha na área, portanto, nós tivemos aqui o cuidado de ter a ponderação de quarenta e cinco por cento na avaliação dos técnicos afetos e para o corpo técnico que vai acompanhar, tivemos a consideração dos trinta e cinco por cento em termos de valor da proposta que não deixa de ser aqui o valor da preventiva, portanto, de toda a intervenção e manutenção preventiva futura e o valor do equipamento de vinte por cento que acabámos por listar, se repararem existe aí um quadro onde estão listados todos os equipamentos com valores base atribuídos e eles não poderiam ultrapassar esse valor. -----

-----O critério em si acho que está muito bem esgalhado no sentido de nos dar alguma confiança agora com o adjudicatário que apresentou e cumpriu esses critérios e foi o vencedor e o ganhador.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante



proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final e, conseqüentemente, a adjudicação da “Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva (com substituição) dos equipamentos hoteleiros de todos os refeitórios e bares do Município de Oeiras”, ao concorrente “Electritel - Instalações de Energia e Telecomunicações, Limitada”, no montante de quinhentos e trinta e três mil quatrocentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com prazo de execução de três anos.-

----- A minuta de contrato escrito. -----

----- O Gestor do Contrato.-----

----- Nos termos do artigos septuagésimo sexto e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o disposto no artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e no artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos, que remete para o artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

**69 - PROPOSTA Nº. 393/21 - DOM - Pº. 2020/156-DEM - “REMOÇÃO DE COBERTURAS COM AMIANTO - ESCOLA SECUNDÁRIA DE MIRAFLORES, EM ALGÉS” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR, 2º. PRELIMINAR E FINAL, E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO:-----**

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Em relação à questão dos processos, nós em vez de irmos para a alínea a), que é o preço mais vantajoso, fomos para a alínea b), que o critério é a valia técnica, tendo em conta a dificuldade da escola e as características do concurso, eu percebo isso. -----

----- É preciso aqui uma intervenção, mas se calhar há empresas que devido ao tipo de obra não pode ser só a questão do preço, porque não é só retirar o amianto, tem de haver um conjunto de normas do ponto de vista de precauções que são necessárias.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Este tipo de empreitadas representa, neste momento, para esta Administração, alguma preocupação acrescida, para já porque já tivemos alguma experiência e gato escaldado tem naturalmente receio de água quente. -----

-----Nós tivemos uma experiência negativa recentemente na Escola Conde de Oeiras com a remoção da cobertura em fibrocimento, que não correu bem, aí demos primazia à proposta economicamente mais vantajosa, partindo dessa experiência negativa tivemos que salvaguardar este conjunto de propostas dando primazia às condições técnicas, como sabe a nível nacional e face aos objetivos estratégicos que existem para remoção do fibrocimento, existe u m conjunto muito alargado de empresas que agora quer concorrer para a remoção do fibrocimento e nós temos que agir nesta matéria com alguma cautela e prevenção, razão pela qual estabelecemos este critério de adjudicação. -----

-----Aqui não fazemos propriamente uma poupança à semelhança da proposta anterior, aqui temos que dar primazia às questões técnicas.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar, segundo preliminar e final e, conseqüentemente, a adjudicação da proposta para execução da empreitada de obra pública “Remoção de coberturas com amianto - Escola Secundária de Miraflores, em Algés”, ao concorrente “M. L. Moita, Limitada”, pelo valor de trezentos e quarenta e três mil oitocentos e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento e com o prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias. -----

-----O Gestor do Contrato.-----

-----A minuta do contrato.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois, centésimo quadragésimo oitavo e nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quatro, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos).-----

**70 - PROPOSTA Nº. 394/21 - DAQV - REGULARIZAÇÃO DA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS E A COMISSÃO VITIVINÍCOLA DA REGIÃO DE LISBOA:-----**

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

**71 - PROPOSTA Nº. 395/21 - DCA - ATRIBUIÇÃO DE SUBVENÇÃO FINANCEIRA À CULTURXIS, PARA A REALIZAÇÃO DA III EDIÇÃO DO CONCURSO DE PIANO DE OEIRAS: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a concessão de um apoio de vinte mil euros à CulturXis, Associação sem fins lucrativos, para organização, dinamização e divulgação do Terceiro Concurso de Piano de Oeiras.-----

----- A minuta de protocolo a assinar em dois mil e vinte e um.-----

----- Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos.-----

-----Números um e dois, do artigo segundo, do número um, do artigo terceiro, artigo quarto, dos números um e dois, do artigo quinto e do número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

**72 - PROPOSTA Nº. 396/21 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/20, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - RELATÓRIO DOS 6º BIMESTRE DE 2020 E 1º BIMESTRE DE 2021:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e dois euros e doze cêntimos, para a Junta da União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, correspondente ao somatório das verbas para a remuneração das ações concretizadas durante os sexto bimestre de dois mil e vinte e primeiro bimestre de dois mil e vinte e um, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número



Câmara Municipal  
de Oeiras

quatrocentos e oitenta e cinco, de dois mil e vinte, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

**73 - PROPOSTA Nº. 397/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 12ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL:**-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar a informação número INT-CMO/dois mil e vinte e um/nove mil cento e vinte e três, referente à décima segunda alteração orçamental de dois mil e vinte e um, no valor de quinhentos e setenta e um mil quinhentos e setenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos.-----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

**74 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

----- Às vinte horas e cinquenta minutos, a **Senhora Vereadora Joana Baptista** declarou

encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

**A Vereadora Joana Baptista**

JOANA  
MICAELA  
SALVADOR  
BAPTISTA

Assinado de forma digital por JOANA MICAELA SALVADOR BAPTISTA  
Dados: 2021.05.24 11:58:53 +01'00'

---

**(Joana Baptista)**

**A Chefe de Divisão,**

 Vera Lúcia da Rocha Ferreira  
de Carvalho de Ascensão /  
500745943  
2021.05.21 17:58:06 +01'00'

---

**(Vera Carvalho)**